



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Controladoria-Geral da União



# Relatório de Gestão 2008

Brasília, abril de 2009

Ministro de Estado do Controle e da Transparência  
**Jorge Hage Sobrinho**

Secretário-Executivo  
**Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho**

Secretário Federal de Controle Interno  
**Valdir Agapito Teixeira**

Secretário de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas  
**Marcelo Stopanovisk Ribeiro**

Corregedor-Geral da União  
**Marcelo Nunes Neves da Rocha**

Ouvidora-Geral da União  
**Antônia Eliana Pinto**

Diretor de Gestão Interna  
**Cláudio Torquato da Silva**

Diretor de Sistemas e Informação  
**José Geraldo Loureiro Rodrigues**

Chefe da Assessoria Especial de Gestão de Projetos  
**Jaine Mailda Pena Cirqueira**

## ÍNDICE

<b>1. IDENTIFICAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS .....</b>	<b>4</b>
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS – PAPEL DA CGU NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	8
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA CGU NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	9
2.3 DETALHAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 1173.....	13
2.3.1 AÇÃO: 2D58 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS.....	13
2.3.2 AÇÃO: 2B15 – CORREIÇÃO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL.....	27
2.3.3 AÇÃO 2B13 - AÇÕES DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL.....	34
2.3.4 AÇÃO 4998- GESTÃO DO SISTEMA FEDERAL DE OUVIDORIAS.....	39
2.3.5 AÇÃO 2272 – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA .....	41
2.3.6 AÇÃO 4572 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO.....	43
2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL .....	59
2.4.1 EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS – PROGRAMA 1173 .....	60
<b>3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS (VALORES LANÇADOS NA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.1.11.00 – POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECURSOS DO SIAFI) .....</b>	<b>61</b>
<b>4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....</b>	<b>62</b>
<b>5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS NO EXERCÍCIO) .....</b>	<b>62</b>
<b>6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.....</b>	<b>63</b>
<b>7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....</b>	<b>63</b>
<b>8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>63</b>
<b>9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA .....</b>	<b>63</b>
<b>10. OPERAÇÃO DE FUNDOS .....</b>	<b>63</b>
<b>11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO.....</b>	<b>63</b>
<b>12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>65</b>
<b>13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU .....</b>	<b>67</b>
<b>14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO.....</b>	<b>69</b>
<b>15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO.....</b>	<b>69</b>
<b>16. COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS .....</b>	<b>69</b>

## 1. IDENTIFICAÇÃO

### Controladoria-Geral da União – Dados Identificadores

<b>Nome completo da unidade e sigla</b>	Controladoria-Geral da União - CGU	
<b>CNPJ</b>	05.914.685/0001-03	
<b>Natureza jurídica</b>	Órgão da administração direta do Poder Executivo.	
<b>Vinculação ministerial</b>	Poder Executivo – Presidência da República (PE-PR)	
<b>Endereço completo da sede</b>	Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco A, Ed. Darcy Ribeiro, Asa Sul, Brasília-DF; CEP 70070-905; Telefones: (61) 3412.7241/ 3412.7242 Fax: 3412.7030/ 3412.6740.	
<b>Endereço da página institucional na internet</b>	<a href="http://www.cgu.gov.br">http://www.cgu.gov.br</a>	
<b>Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 – Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências (com a redação dada pela Lei nº 11.204, de 05 de dezembro de 2005);</li> <li>• Decreto nº 5.683, de 24 de janeiro de 2006 - aprova a Estrutura Regimental da Controladoria-Geral da União;</li> <li>• Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005 – dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;</li> <li>• Portaria nº 570, de 11 de maio de 2007 – Aprova o Regimento Interno da Controladoria-Geral da União.</li> <li>• Decreto nº 6.656, de 20 de novembro de 2008 - Dá nova redação aos arts. 3º, 7º, 11 e 13 do Anexo I e ao Quadro “a” do Anexo II ao Decreto no 5.683, de 24 de janeiro de 2006.</li> </ul>	
<b>Código da UJ titular do relatório</b>	CGU	20125
<b>Códigos das UJ abrangidas</b>	DGI	110174
	CGPO	170940
	CGU/AC	170206
	CGU/AL	170068
	CGU/AP	170365
	CGU/AM	170212
	CGU/BA	170084
	CGU/CE	170044
	CGU/ES	170105
	CGU/GO	170200
	CGU/MA	170031
	CGU/MT	170194
	CGU/MS	170113
	CGU/MG	170099
	CGU/PA	170023
	CGU/PB	170054
	CGU/PR	170165
	CGU/PE	170063
	CGU/PI	170037
	CGU/RJ	170130
	CGU/RN	170049
	CGU/RS	170189
	CGU/RO	170202
	CGU/RR	170366
	CGU/SC	170174

	CGU/SP	170152
	CGU/SE	170074
	CGU/TO	170364

<b>Situação da unidade quanto ao funcionamento</b>	Em funcionamento	
<b>Função de governo predominante</b>	Administração	
<b>Tipo de atividade</b>	Controle interno, correição, prevenção e combate à corrupção.	
<b>Unidades gestoras utilizadas no SIAFI</b>	<b>Nome</b>	<b>Código</b>
	CGU	20125
	DGI	110174
	CGPO	170940
	CGU/AC	170206
	CGU/AL	170068
	CGU/AP	170365
	CGU/AM	170212
	CGU/BA	170084
	CGU/CE	170044
	CGU/ES	170105
	CGU/GO	170200
	CGU/MA	170031
	CGU/MT	170194
	CGU/MS	170113
	CGU/MG	170099
	CGU/PA	170023
	CGU/PB	170054
	CGU/PR	170165
	CGU/PE	170063
	CGU/PI	170037
	CGU/RJ	170130
	CGU/RN	170049
	CGU/RS	170189
	CGU/RO	170202
	CGU/RR	170366
	CGU/SC	170174
CGU/SP	170152	
CGU/SE	170074	
CGU/TO	170364	

## 2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS

À Controladoria-Geral da União (CGU), criada pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão, atuando como órgão central do Poder Executivo Federal para as funções de controle interno e correição.

A CGU tem sob sua responsabilidade no Plano Plurianual o Programa de Governo *1173 – Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção*, que tem por objetivo desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, assim como prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública, além de aprimorar e fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo Federal.

**Programa 1173 – Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção**

<b>TIPO DE PROGRAMA</b>	Serviços ao estado – Apoio às Políticas
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, bem como aprimorar e fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo com o objetivo de prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública.
<b>OBJETIVO SETORIAL</b>	Desenvolver as atividades do sistema de controle interno, prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública.
<b>OBJETIVO DE GOVERNO</b>	Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.
<b>GERENTE DO PROGRAMA</b>	Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito Filho
<b>GERENTE EXECUTIVO</b>	Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito Filho
<b>PÚBLICO-ALVO (BENEFICIÁRIOS)</b>	Governo
<b>INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS</b>	Índice de Desempenho Institucional da Controladoria-Geral da União (IDIC)

Fonte: SIGPlan

**Execução Orçamentária e Financeira do Programa 1173 – Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção no exercício de 2008**

RS 1,00

Projeto/Atividade		Dotação Autorizada	Despesa Realizada	Crédito Disponível	% de execução
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do PSS.	68.296.742	67.726.646,76	570.095,24	99,17
2272	Gestão e Administração do Programa (Pessoal)	330.210.741,00	329.748.820,69	461.920,31	99,86
2272 *	Gestão e Administração do Programa (Custeio)	29.164.735,00	26.761.496,00	2.403.239,00	91,76
2272*	Gestão e Administração do Programa (Investimentos)	4.724.500,00	3.569.512,82	1.154.987,18	75,55
10TI	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União/MG	3.150.000,00	3.150.000,00	0,00	100,00
110C	Reforma, adaptação e modernização das Unidades Regionais da CGU (Custeio)	575.000,00	277.973,14	297.026,86	48,34
110C	Reforma, adaptação e modernização das Unidades Regionais da CGU (Investimento)	525.000,00	76.711,29	448.288,71	14,61
10TK	Construção do Órgão Central Controladoria-Geral da União	2.304.000,00	0	2.304.000,00	0,00
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados	2.393.196,00	2.250.143,91	143.052,09	94,02
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	444.617,00	374.371,40	70.245,60	84,20
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	792.610,00	568.441,86	224.168,14	71,72
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	4.481.095,00	4.390.020,29	91.074,71	97,97
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação	1.000.000,00	788.271,81	211.728,19	78,83
4641	Publicidade de Utilidade Pública	500.000,00	254.422,34	245.577,66	50,88

Projeto/Atividade		Dotação Autorizada	Despesa Realizada	Crédito Disponível	% de execução
2B13	Prevenção à Corrupção e Transparência das Ações de Governo	5.399.754,00	5.256.039,00	143.715,00	97,34
2B15	Correição no Poder Executivo Federal	2.634.000,00	1.483.316,00	1.150.684,00	56,31
2D58	Fiscalização e Controle da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	12.543.280,00	11.581.528,00	961.752,00	92,33
4998	Sistema Federal de Ouvidorias	350.000,00	335.195,00	14.805,00	95,77
<b>TOTAL</b>		<b>469.489.270</b>	<b>458.592.910</b>	<b>10.896.360</b>	<b>97,67</b>

\* Incluso o valor de R\$ 1.115.000,00, referente a doação de recursos externos, não utilizado.

Fonte: SIAFI Gerencial – Base de Dados 03.02.2009

A dotação disponibilizada à CGU em 2008 no *Programa 1173 - Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção* totalizou R\$ 469.489.270,00 e atingiu o percentual de execução da despesa de 97,67% deste total.

Assim, comparando-se a execução com as dotações consignadas, a CGU utilizou em custeio o equivalente a R\$ 54.321.218,75 representando 90,11% da dotação disponibilizada ao grupo de despesa. Quanto ao grupo de investimentos, foram executados R\$ 6.796.224,11, atingindo 63,49% do total da sua dotação. Entretanto, com relação à execução específica de cada ação do programa, temos a observar que a ação de construção do órgão central da CGU não foi executada em virtude de seu cancelamento por orientação da casa civil.

Em se tratando das despesas com pessoal, a execução de R\$ 397.475.467,45 representou um desempenho da ordem de 99,5%.

#### Execução Física do Programa 1173 – Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção no exercício de 2008

Projeto/Atividade		Unidade de Medida	Previsão LOA	Execução	% de execução
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do PSS.	n/a *	n/a	n/a	n/a
2272	Gestão e Administração do Programa	n/a	n/a	n/a	n/a
10TI	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União/MG **	Edifício construído (percentual de execução física)	57	0	0
110C	Reforma, adaptação e modernização das Unidades Regionais da CGU (Custeio)	Sede reformada (unidade)	5	1,61	32,20
10TK	Construção do Órgão Central Controladoria-Geral da União	Edifício construído (percentual de execução física)	8	0	0
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados	Pessoa beneficiada (unidade)	4939	3916	79,29
2010	Assistência Pré-Escolar Aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Criança atendida (unidade)	438	373	65,16
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Servidor beneficiado (unidade)	500	321	64,20
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Servidor beneficiado (unidade)	2872	2450	85,31
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação	Servidor capacitado (unidade)	1540	2658	172,60

Projeto/Atividade		Unidade de Medida	Previsão LOA	Execução	% de execução
4641	Publicidade de Utilidade Pública	n/a	n/a	n/a	n/a
2B13	Prevenção à Corrupção e Transparência das Ações de Governo	Ação de prevenção realizada (unidade)	279	398,09	142,68
2B15	Correição no Poder Executivo Federal	Ação de correição realizada- (unidade)	1400	2150	153,57
2D58	Fiscalização e Controle da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	Ação de controle realizada (unidade)	10.182	10.344	101,59
4998	Sistema Federal de Ouvidorias	Evento realizado (unidade)	17	15	88,24

Fonte: SIGPlan – Base de Dados 08.04.2009

\*n/a = não se aplica

\*\* não houve execução física com recursos do exercício de 2008

O demonstrativo acima reflete a execução das metas físicas previstas para o exercício de 2008, na Lei Orçamentária Anual, para as ações integrantes do programa 1173. As análises relativas a execução das principais ações estão contidas no subitem 2.3 deste relatório.

A CGU estabeleceu para o PPA 2008-2011, o indicador - *Índice de Desempenho Institucional da Controladoria-Geral da União (IDIC)*, o qual tem por objetivo medir, de forma quantitativa, o desempenho das principais ações governamentais que fazem parte do programa 1173 - *Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção*, sob responsabilidade desta instituição. O Índice de Referência estabelecido, para apuração anual, foi de 100,00%.

A fórmula de cálculo do referido indicador considera o resultado numérico representativo do desempenho das quatro ações finalísticas da CGU. O resultado de cada ação é medido pelo *Indicador de Desempenho da Ação (IDa)*. Conforme definido no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), fazem parte da fórmula do IDa tanto o percentual de execução da meta física estabelecida para uma ação orçamentária (desempenho físico), quanto a participação relativa do valor liquidado de uma ação orçamentária em relação ao somatório do valor liquidado das ações finalísticas (desempenho financeiro).

As fórmulas para cálculo do *Indicador de Desempenho da Ação – IDa* e do *Índice de Desempenho Institucional da CGU – IDIC* estão demonstradas a seguir. Mediante utilização dos dados do SIGPlan - exercício 2008 efetuou-se a apuração do IDIC, cujo resultado alcançou o percentual de 116,98%, ultrapassando o índice de referência estabelecido para o exercício (de 100,00%).

Fórmula para cálculo do Indicador de Desempenho da Ação:	$IDA = DFa * Poa$ , sendo que:
DFa é o percentual de execução da meta física estabelecida para uma ação orçamentária (desempenho físico), desde o início do exercício até o final do período de apuração.	
Poa é a participação relativa do valor liquidado de uma ação orçamentária em relação ao total liquidado por todas as ações finalísticas, desde o início do exercício até o final do período de apuração.	

Fórmula de cálculo do Índice de Desempenho Institucional da CGU:	$IDIC = \text{Somatório do IDa de cada ação finalística}$ .
--	---



**Dados Utilizados para Apuração do Indicador de Desempenho da Ação (IDa)**

Ações Finalísticas		Previsto		Realizado			
		Meta Física	Meta Financeira	Meta Física	Valor (*) Liquidado R\$	% Execução Física (DFa)	Participação Relativa (Poa)
2B13	Prevenção à Corrupção e Transparência Governamental	279	5.399.754,00	398,09	5.175.349,00	142,68	0,2792
2B15	Correição no Poder Executivo Federal	1.400	2.634.000,00	2.150	1.479.118,00	153,57	0,0797
2D58	Fiscalização e Controle da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	10.182	12.543.280,00	10.344	11.559.911,00	101,59	0,6236
4998	Gestão do Sistema Federal de Ouvidorias	17	350.000,00	15	321.840,00	88,24	0,0200
<b>TOTAIS (R\$)</b>			<b>20.927.034,00</b>		<b>18.536.218,00</b>		

Sigplan – em 14 de abril de 2009

(\*) no Sigplan, o termo utilizado é Realizado.

**Índice de Desempenho das Ações (IDa) e Índice de Desempenho Institucional da CGU (IDIC)**

INDICADORES DE DESEMPENHO DAS AÇÕES E DA CGU	
AÇÃO	PERCENTUAL DE ALCANCE DA META $IDa = Dfa * Poa$
Indicador de Desempenho da Ação 2B13 - SPCI	39,83782
Indicador de Desempenho da Ação 2B15 - CRG	12,2544
Indicador de Desempenho da Ação 2D58 - SFC	63,35615
Indicador de Desempenho da Ação 4998 - OGU	1,532009
<b>Índice de Desempenho Institucional da CGU (IDIC) = <math>\sum IDa</math></b>	<b>116,9804</b>

**2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS – PAPEL DA CGU NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

A Controladoria-Geral da União (CGU) está estruturada em quatro unidades finalísticas: a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), cuja principal incumbência é o Controle Interno; a Corregedoria-Geral da União (CRG), responsável pelas ações correicionais; a Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI), coordenadora de ações preventivas contra a corrupção; e a Ouvidoria-Geral da União (OGU), responsável pelas ações de ouvidoria.

Também integra a estrutura da CGU, como órgão colegiado e consultivo, o Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC). O Conselho é formado paritariamente por representantes do governo e da sociedade civil, e tem a finalidade de debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento para as atividades de controle dos recursos públicos, de promoção da transparência na gestão pública e de combate à corrupção e à impunidade

A atuação da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) compreende o conjunto das atividades relacionadas à avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual (PPA), da execução dos Programas de Governo e dos orçamentos da União e à avaliação da gestão dos administradores públicos federais, bem como o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União e ao apoio ao controle externo.

No desempenho dessas atividades, a SFC dá ênfase ao acompanhamento da execução dos programas e das ações governamentais, à realização de ações de controle em áreas geográficas estaduais e municipais brasileiras, mediante sorteio público, à criação de mecanismos ágeis e eficientes de investigação e

apuração mediante trabalho conjunto com a Advocacia-Geral da União (AGU), com o Tribunal de Contas da União (TCU) e com o Ministério Público Federal (MPU) e à certificação anual de contas e avaliação da gestão dos administradores de recursos públicos federais das unidades da Administração Direta e entidades supervisionadas da Administração Indireta Federal.

No que tange à correição, uma das atividades finalísticas mencionada no caput do art. 17 da Lei nº 10.683/2003, a CGU atua, por intermédio da Corregedoria-Geral da União (CRG), na condição de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, no combate à impunidade no âmbito da administração pública federal: promovendo, coordenando e acompanhando a execução de ações disciplinares que visem à apuração de responsabilidade de servidores públicos; realizando encontros e cursos com o objetivo de discutir e disseminar as melhores práticas relativas ao exercício do Direito Disciplinar; e fortalecendo as unidades componentes do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCor-PEF), criado por meio do Decreto nº 5.480/2005.

A Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI) detém competência regimental para atuar na prevenção e combate à corrupção, no incremento da transparência pública, na produção de informações estratégicas para prevenção e combate à corrupção, na coordenação, elaboração e implementação de programas e projetos voltados para o fortalecimento da gestão pública e do controle social, fomentando a participação da sociedade civil na prevenção da corrupção.

A Ouvidoria-Geral da União (OGU) é responsável pela formulação da política de ouvidoria e gestão técnica do segmento de ouvidoria do Poder Executivo Federal e, entre outras atividades, orienta as unidades de ouvidoria dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; examina manifestações de cidadãos referentes à prestação de serviços públicos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; propõe a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões dos responsáveis pela inadequada prestação do serviço público; produz estatísticas indicativas do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Federal; contribui com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos; sugere a expedição de atos normativos e de orientações, visando corrigir situações de inadequada prestação de serviços públicos; e promove capacitação e treinamento.

## 2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA CGU NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

No ano de 2008, a Controladoria-Geral da União (CGU) avançou ainda mais no decidido combate que trava contra a corrupção e tem certeza de que importantes resultados foram alcançados. Essa atuação prossegue orientada por princípios fundamentais adotados pela CGU desde 2003: a articulação permanente com os órgãos de controle e fiscalização do Estado brasileiro; o incentivo à ampliação do controle social, por meio da parceria com diferentes setores da sociedade brasileira; a ênfase nas medidas de prevenção da corrupção; o incremento da transparência pública; e a articulação com organismos internacionais.

Esses princípios têm permitido à CGU dar prioridade, em suas ações, tanto à área da repressão quanto à linha da prevenção da corrupção, dois aspectos do problema que não podem ser tratados separadamente. Por isso mesmo, esse mal que aflige todos os países tem encontrado no Governo Brasileiro ações firmes e persistentes no seu enfrentamento.

A CGU tem se firmado também como uma típica agência anti-corrupção, visto que privilegia a elaboração de estratégias e políticas para a prevenção e combate sistemático da corrupção assim como se dedica ao controle do dinheiro público federal em todas as suas formas e vertentes de aplicações, sempre com ações assentadas nas diretrizes a seguir, estabelecidas no seu *Plano de Integridade Institucional, Controle dos Recursos Públicos e Prevenção da Corrupção 2007/2010 - PII*:

- **Qualificação do controle interno para o cumprimento pleno de suas funções constitucionais** – a função de Controle Interno tem como finalidades precípua, de raiz constitucional, a avaliação da execução dos programas de governo e a comprovação da legalidade da gestão orçamentária, patrimonial e financeira dos órgãos do Poder Executivo Federal, bem como da aplicação de recursos federais por entidades privadas. Na primeira vertente, a ênfase na avaliação da execução dos programas de governo, ao privilegiar o caráter preventivo da auditoria, busca auxiliar os gestores federais na identificação e correção das fragilidades existentes nas ações governamentais. A segunda, voltada para a identificação tempestiva de irregularidades e práticas ilícitas, situa-se dentro de um objetivo mais amplo de prevenção e enfrentamento da corrupção. O atual governo estabeleceu como diretriz a busca de equilíbrio e complementaridade entre essas duas funções

da CGU, desempenhadas pela sua Secretaria Federal de Controle Interno, de modo a que o órgão não se descuide nem do seu papel no aperfeiçoamento da gestão, nem do enfrentamento sistemático da corrupção.

- **Responsabilização administrativa como forma eficaz de combate à impunidade** – a responsabilização administrativa, quando bem conduzida, é mais célere do que a responsabilização civil e criminal, que dependem do Poder Judiciário. Por essa razão, é na esfera administrativa que o Poder Executivo pode dar a primeira resposta à sociedade, demonstrando a determinação do governo de combater a impunidade nos ilícitos contra a Administração, independentemente de eventual atuação da Justiça, para aplicação das sanções que a ela cabem. Disso decorre a prioridade que vem sendo atribuída à implantação e ao fortalecimento de um eficiente Sistema de Correição na Administração federal, comandado pela CGU e com uma Corregedoria Setorial em cada Ministério;
- **Ênfase em medidas de prevenção da corrupção** – o debate internacional sobre a corrupção, que afeta praticamente todos os países, tem-se concentrado, cada vez mais, no campo das medidas preventivas, em lugar da ênfase tradicionalmente posta apenas naquelas de caráter repressivo. Isso ocorre porque se reconhece, hoje, que a punição depois de consumado o fato ilícito não é suficiente para impedir sua repetição. Por comungar desse entendimento, o Governo Brasileiro criou, em 2005, na CGU, a Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas, que se volta precisamente para esse ângulo da questão, trabalhando na elaboração de medidas preventivas. Além disso, as ações do Controle Interno, a cargo da Secretaria Federal de Controle, procuram orientar-se, crescentemente, para a detecção antecipada de potenciais problemas e para a advertência, de caráter preventivo, dos gestores;
- **Articulação interinstitucional** - é convicção deste governo que o enfrentamento de desafios complexos como são a garantia da integridade institucional e a prevenção da corrupção exigem a combinação de ações e esforços de organismos os mais diversos, vinculados aos três Poderes do Estado. Assim, CGU foi, desde o início, orientada a atuar de forma cooperativa e integrada com todos os demais órgãos incumbidos da defesa do Estado e do aperfeiçoamento da gestão pública, em particular com os vinculados aos Ministérios da Justiça (sobretudo a Polícia Federal), da Fazenda (particularmente a SRF e o COAF), e do Planejamento, além do Banco Central, do Ministério Público da União e dos Estados, do Tribunal de Contas da União e dos órgãos de controle estaduais e municipais;
- **Fomento ao controle social** – fundado na crença de que o Controle Social constitui complemento indispensável do Controle Institucional, a orientação do governo foi, desde o início, no sentido de que a CGU adotasse como diretriz essencial investir em ações de estímulo à participação da sociedade na fiscalização do Estado, promovendo a conscientização e capacitação de cidadãos e lideranças e apoiando entidades não governamentais que se dedicam à fiscalização das ações de governo;
- **Incremento da transparência pública** – intimamente relacionada à diretriz anterior, constitui orientação básica na CGU o esforço de ampliação, cada vez maior, da visibilidade das ações do governo, assentada na convicção de que a vigilância da sociedade, nos regimes democráticos, é a maior garantia da integridade institucional e o melhor antidoto contra todas as formas de irregularidade e desvio de conduta, bem assim que essa vigilância depende diretamente das condições de transparência da atividade pública, assegurada, de resto, como princípio constitucional e
- **Articulação internacional** – é entendimento unânime que, no mundo globalizado, a corrupção não pode ser enfrentada isoladamente dentro das fronteiras de cada país. A indispensável articulação entre as diversas nações, seja de modo bilateral, seja na forma propiciada pela coordenação dos organismos internacionais, expressa nas diversas Convenções Internacionais já existentes para essa finalidade, tem contribuído fortemente para os avanços até aqui obtidos. O Brasil está, hoje, plenamente inserido nesse esforço articulado, mercê de sua intensa participação em todos os conclave internacionais sobre o tema e do crescente cumprimento que tem dado aos compromissos assumidos. Como fruto desse esforço, o nosso País vem recebendo apoio de organismos internacionais sob a forma de consultoria e capacitação para transformar a CGU em centro de referência internacional nesse campo.

Há que se destacar que os esforços empreendidos pelas instituições de defesa do Estado (CGU, Polícia Federal, Ministério Público, Advocacia-Geral da União, entre outras) não passam despercebidos pela sociedade. Pesquisa de âmbito nacional, realizada em maio de 2008 pela Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com o Instituto Vox Populi, apontou que cerca de 75% dos entrevistados reconhece que cresceu neste governo “a apuração dos casos de corrupção que antes ficavam escondidos”. No âmbito internacional, pesquisa semelhante da ONG chilena Latinobarômetro mostra que 45% dos entrevistados reconhecem progressos na luta contra a corrupção no Brasil, percentual superior à média do continente.

Reflexo das ações positivas empreendidas pelo Brasil em relação ao tema é o reconhecimento oficial dos organismos internacionais especializados da Organização das Nações Unidas (ONU), que tem convocado a CGU para oferecer assistência técnica e capacitação a outros países nessas áreas.

O detalhamento das principais ações desenvolvidas pela Instituição no exercício de 2008 constam de tópicos específicos deste relatório, entretanto, cabe ressaltar que, com foco na ampliação do controle preventivo e consciente de que é também parte integrante e ativa do ciclo da gestão pública, a CGU tem aprofundado as relações de cooperação de suas equipes com os gestores federais, em todas as instâncias e oportunidades, com vistas à conjugação de esforços para melhorar os resultados do trabalho realizado. A partir dessa orientação geral, foram realizadas várias ações de controle preventivo, destacando-se as seguintes:

- Realização de cursos, seminários, fóruns e reuniões de discussão com os gestores federais em diversos níveis, sobre temas inerentes à gestão pública, dentre os quais ressalta-se:
  - Integração das ações de acompanhamento e de controle das obras do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC (principal instrumento da estratégia de desenvolvimento do país);
  - Elaboração da prestação de contas anual;
  - Processo relacionado ao exercício do controle, com destaque para os controles internos necessários na gestão dos recursos governamentais, visando proteger o patrimônio público;
  - O papel da Auditoria Interna das Entidades da Administração Pública Federal;
  - Tomada de Contas Especial;
  - Transferências de recursos públicos mediante “Convênios” e “Contratos de Repasse”, destacando a implantação de sistema informatizado de registro, acompanhamento e controle da execução dessas transferências no âmbito de toda a Administração Pública (federal, estadual e municipal).
- Implementação do Observatório da Despesa Pública (ODP), projeto promissor, que utiliza as ferramentas mais avançadas de tecnologia da informação para análise e acompanhamento da despesa pública. Lançado em dezembro de 2008, o ODP simula uma “malha fina”, concebida para identificar situações que possam constituir irregularidades, a fim de evitar que elas ocorram. Tais instrumentos já foram utilizados na análise de gastos realizados por meio de Suprimento de Fundos, para identificação de situações atípicas e de irregularidades potenciais no uso do CPGF, bem como no apoio aos trabalhos da CPMI relativa ao tema. O ODP está sendo utilizado, também, para análise da base de dados do Compronet – o sistema de compras do Governo Federal –, de forma a verificar tipologias de irregularidades potenciais e produzir estatísticas e relatórios gerenciais sobre as compras efetuadas pela Administração Federal.
- Implementação e disponibilização no Portal da Transparência do Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS), já com cerca de mil registros de empresas punidas pelos entes federais e estaduais, tendo como objetivo consolidar o rol das empresas que sofreram sanções pelos órgãos e entidades da Administração Pública das diversas esferas federativas, evitando que empresas punidas por um determinado órgão ocultem essa punição para contratar com outro órgão público. Ao consolidar dados de várias fontes e traduzi-los para uma linguagem mais compreensível, o CEIS aumenta a transparência sobre o assunto. Além disso, para preservar a fidedignidade das informações, traz a indicação da fonte, o que possibilita ao usuário aprofundar sua consulta, caso deseje o contato direto com o órgão sancionador.
- Lançamento do Manual de Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento, disponibilizado no site da CGU, além de distribuídos aos gestores federais cerca de 6.000 exemplares, tem como objetivo orientar quanto à utilização dos recursos destinados ao suprimento de fundos e movimentados por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF) para pagar despesas extraordinárias, evitando erros e subsidiando o servidor com informações essenciais para melhorar a qualidade do gasto público.

Visando atender aos gastos dessas atividades, a programação orçamentária da CGU encontra-se estruturada em quatro ações finalísticas inerentes às atividades de Controle Interno, Correição, Prevenção e Combate à Corrupção e Ouvidoria, as quais integram o *Programa 1173*. No quadro abaixo segue discriminado o volume de recursos previstos para essas atividades e executados pelas áreas responsáveis:

AÇÃO		LOA + CRÉDITOS	DESPESAS EXECUTADAS	DESTAQUES CONCEDIDOS	% EXECUÇÃO SOBRE LOA
2B13	Ações de Prevenção a Corrupção e Transparência Governamental	5.399.754	4.555.725	700.314	97,34%
2B15	Correição No Poder Executivo Federal	2.634.000	820.513	662.803	56,31%
2D58	Fiscalização e Controle da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	12.543.280	7.869.238	3.712.290	92,33%
4998	Gestão do Sistema Federal de Ouvidorias	350.000	263.612	71.583	95,77%
<b>TOTAL</b>		<b>20.927.034</b>	<b>13.509.088</b>	<b>5.146.989</b>	<b>89,15%</b>

Como pode ser verificado pelo demonstrativo acima, durante o exercício de 2008 foram descentralizados créditos orçamentários para outros Órgãos no montante de R\$ 5.146.990,00. Tal movimentação, prevista no Manual da Despesa Nacional, instituída pela Portaria Conjunta nº3, de 15 de outubro de 2008 – STN/SOF, destinou-se à consecução dos principais objetivos institucionais das áreas finalísticas, em especial, fiscalização e auditoria, capacitação de gestores, controle social, eventos de ouvidoria e capacitação de servidores em Sindicância/PAD.

No caso da descentralização de recursos, o grande volume teve como seu destino as Unidades Gestoras das Gerências Regionais Administrativas do Ministério da Fazenda nos Estados, as quais fornecem apoio logístico e operacional para a execução das despesas das Unidades Regionais/CGU, tais como:

AÇÃO	PROGRAMAÇÃO
Prevenção	Concurso de Monografia
	Programa Olho Vivo
	Fortalecimento da Gestão Pública
	Dia Internacional de Combate à Corrupção
Correição	Plano de Capacitação em CPAD
	Inspeção Correcional
	CGU-PAD
	Especialização em Direito Administrativo Disciplinar
Fiscalização	Sorteio Público
	Investigação e apuração de denúncias
	Avaliação da Gestão e dos Programas de Governo
Ouvidoria	Curso de Aperfeiçoamento em Ouvidorias Públicas

Dessa forma, verifica-se que foram adotados todos os procedimentos durante o exercício 2008, no que diz respeito à eficiência na execução orçamentária do orçamento das áreas finalísticas da CGU, com estrita conformidade procedimental com o que foi estabelecido nas leis do Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e demais Decretos.

O exemplo prático da maximização na busca da eficiência dos gastos da atividade finalística assenta-se no contato permanente entre CGU e Receita Federal, para repasse de bens apreendidos às Unidades Descentralizadas da Casa, desde câmeras digitais para fiscalização até notebooks para o Programa Olho Vivo.

Por fim, é mister ressaltar as dificuldades enfrentadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), não só no exercício de 2008, como ao longo dos últimos anos, com a queda não somente do valor orçamentário aprovado, mas dos limites definidos à gestão orçamentária da CGU. Tal prática além de frustrar expectativas, vem gerando problemas no planejamento de investimento, principalmente nas Unidades Regionais.

Neste ponto é pertinente frisar o grave contingenciamento imposto à execução orçamentária da CGU. Apenas no mês de junho, quando já decorrido metade do exercício 2008, foi estabelecido e liberado o valor total do limite orçamentário para custeio, no valor total/CGU de R\$ 45.000.000,00 pela Setorial

Orçamentária e Financeira da Casa Civil, esse valor correspondia a 83,50% da dotação total, que por sua vez já havia sofrido um corte razoável da ordem de 10% na aprovação da Lei Orçamentária Anual/2008, o que já seria insuficiente para as despesas já existentes, quanto mais para as que estavam por serem efetivadas.

DESPESA	LIBERAÇÃO DE LIMITE					
	MARÇO	MAIO	JUNHO	OUTUBRO	DEZEMBRO	TOTAL
Custeio	9.031.000	7.382.468	28.586.531	5.600.000	-700.000	<b>49.900.000</b>
Investimento	0	293.584	6.666.415	1.400.000	-1.494.899	<b>6.865.100</b>

Após várias negociações junto à Casa Civil, somente em outubro foi concedida à CGU expansão no valor de R\$ 5.600.000,00. Contudo a programação estimada para o último trimestre ficou frustrada, haja vista a intempetividade na liberação desses limites que refletiram diretamente na impossibilidade de realização de algumas ações (licitações), como por exemplo: o procedimento para a aquisição de mobiliário e equipamentos que iniciou a partir de jul/2008. Diante do exposto a CGU fez-se obrigado a devolver um total de R\$ 2.194.899 de limites não utilizados, entre custeio (R\$ 700.000) e investimento (R\$1.494.899).

Históricos de desembolso de limites como este que se repetem a cada ano, bem como a dificuldade em se obter referenciais monetários maiores na elaboração da Proposta Orçamentária têm sido fatores impeditivos para esta Pasta em cumprir uma programação plena e que afetam significativamente os resultados e desempenhos da nossa execução orçamentária e financeira.

Ressalte-se que essa situação é mais relevante na ação 2272 – Gestão e Administração do Programa, responsável pelas despesas de manutenção das atividades da CGU como um todo, onde a quantidade de contratos é maior e os procedimentos para tal requerem um planejamento apurado e tempestivo.

## 2.3 DETALHAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 1173

### 2.3.1 AÇÃO: 2D58 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS

#### Dados Gerais da Ação 2D58 - Fiscalização e Controle da Aplicação dos Recursos Públicos Federais

TIPO	Atividade
FINALIDADE	Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração federal; avaliar a execução dos programas de governo federais verificando a aplicação de recursos públicos federais por estados, municípios e entidades privadas em cumprimento ao disposto no inciso II, do artigo 74, da Constituição Federal.
DESCRIÇÃO	Acompanhamento da execução dos programas e das ações governamentais, realização de ações de controle em áreas geográficas estaduais e municipais brasileiras, mediante sorteio público, criação de mecanismos ágeis e eficientes de investigação e apuração mediante trabalho conjunto com a Advocacia-Geral da União - AGU, com o Tribunal de Contas da União - TCU e com o Ministério Público Federal - MPU e certificação anual de contas e avaliação da gestão dos administradores de recursos públicos federais das unidades da Administração Direta e entidades supervisionadas da Administração Indireta Federal.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS	Controladoria-Geral da União
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ronald da Silva Balbe
UNIDADES EXECUTORAS	Unidades da Secretaria Federal de Controle Interno e Unidades Regionais da CGU
ÁREAS RESPONSÁVEIS PELO GERENCIAMENTO DA AÇÃO	Diretoria de Planejamento e Coordenação das Ações de Controle
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	Exercer as atividades de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal; fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo, inclusive ações descentralizadas realizadas à conta de recursos oriundos dos orçamentos da União, quanto ao nível de execução das metas e dos objetivos estabelecidos e à qualidade do gerenciamento.

## PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

### Avaliação da execução dos Programas de Governo

Em atendimento ao disposto no Art. 74 da Constituição Federal, a CGU realizou ações de controle com o objetivo de avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos Programas de Governo e dos Orçamentos da União.

Sob esta ótica foram executadas 8.051 fiscalizações que oferecem subsídio à avaliação dos principais Programas de Governo, bem como de Políticas Públicas, entre os quais podemos destacar:

- **Qualificação e Aperfeiçoamento Profissional** – ações de controle realizadas em unidades do SENAI, com a finalidade de avaliar a realização dos cursos de Qualificação e Aperfeiçoamento Profissional, que atualmente prevê alcançar 210.402 matrículas a um custo de R\$ 475 milhões. Com relação às constatações observadas na execução da ação, o gestor já tomou conhecimento e está adotando providências com vistas ao aprimoramento dos cursos ministrados pela Entidade, principalmente quanto ao levantamento da demanda e o controle da evasão dos alunos por parte de alguns Departamentos Regionais.
- **Programa Primeiro Emprego** – realização de fiscalizações para acompanhar as ações de Qualificação Profissional dos Jovens e de Auxílio Financeiro aos Jovens, a partir da verificação dos Consórcios Sociais da Juventude e Juventude Cidadã no montante total de R\$ 72,3 milhões. Dos 96 convênios fiscalizados em 2008, observou-se que as entidades convenientes têm atingido a meta de inserção de jovens no mercado de trabalho, haja vista que houve o cumprimento da meta em 90% dos convênios fiscalizados. Em razão das constatações encontradas, o gestor editou dois manuais de orientação para celebração de convênios anuais e plurianuais, com o objetivo de aprimorar e corrigir as situações detectadas pelo controle interno.
- **FGTS** – As constatações das ações de controle realizadas no FGTS em 2008 encontram-se regularizados e/ou com providências em andamento, no que diz respeito: aos saques realizados para aquisição/construção de imóveis; controles e rotinas de acompanhamento do Conselho Curador e agente operador do FGTS; aplicações dos recursos do Fundo no mercado financeiro; a política formal de investimento para os recursos do FGTS no mercado financeiro; a metodologia no acompanhamento da linha de crédito do CAIXA-RURAL; atesto nos valores pagos pelo FGTS ao seu agente operador a título de taxa de administração; e metas e indicadores de desempenho para mensuração da eficiência, eficácia e efetividade alocativa - econômica e social - dos investimentos realizados à conta do FI-FGTS no PAC.
- **FAT** – As constatações do controle interno permitiram ao gestor renegociar sistematicamente a diminuição da taxa de administração no Fundo de Investimento do FAT, que em 2008 representou uma economia anual de cerca de R\$ 3 milhões.
- **Pagamento de aposentadorias** – A ação dispôs de mais de 200 bilhões de reais no ano de 2008, o que correspondeu a quase 50% do orçamento do INSS. Em consequência das ações de controle interno realizadas em 2008 o gestor adotou melhorias nos processos relacionados ao atendimento dos segurados e às concessões de benefícios, com medidas corretivas, como cessação de benefícios e cobranças administrativas, representando uma economia anual em torno de R\$ 780 milhões, sem levar em consideração o retorno potencial referente aos atrasados que se encontra em diversos processos de cobranças administrativas.
- **Processamento, Remuneração dos DETRAN e Arrecadação de Multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal** – As ações de controle realizadas na sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e nas Superintendências/Delegacias e que objetivaram avaliar o principal sistema de controle de infrações de trânsito, bem como verificar as origens dos autos de infração inseridos no sistema, indicaram melhoria na execução da Ação de Governo em relação a outros exercícios, sobretudo quanto à evolução do Sistema de Controle de Multas – SISCOM, que permitiu o fim da locação de software para processamento de imagens, gerando economia de recursos.
- **Brasil Universitário - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI** - No que se refere ao componente “obras”, nos meses de setembro e outubro/2008 foram examinados todos os 53 Projetos elaborados no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

Universidades Federais – REUNI aprovados pela Secretaria de Educação Superior – SESU, os quais totalizam R\$ 1.613.927.202,19. A partir das recomendações da CGU, a SESU orientou as Universidades em relação ao uso do SINAPI desde a fase de orçamento das obras do REUNI, com isso evitou-se na fase de orçamentação o uso de parâmetros de preços não compatíveis com o SINAPI

- **Programa Bolsa Família – PBF** – A partir da visita a 4.592 famílias beneficiadas do Bolsa Família, conclui-se que o critério de elegibilidade referente à renda per capita está sendo respeitado em 96% dos casos. Nos 175 municípios visitados observou-se que na grande maioria (87%) existe técnico responsável pelo acompanhamento das condicionalidades de educação e de saúde. Outras questões relacionadas com o Programa que necessitavam de providências foram encaminhadas à Secretaria Nacional de Renda e Cidadania para implementação de correções e melhorias.
- **Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena** – Nos trabalhos realizados na FUNASA foram identificadas distorções na execução de contrato de fornecimento de combustíveis. A implementação das recomendações da CGU resultou em uma economia mensal de R\$ 1 milhão.
- **Programa Saúde da Família** – Em 2008 a CGU fiscalizou 240 Municípios onde evidenciou-se que: 83% das equipes implantadas obedecem a composição mínima prevista para o PSF e 90% das famílias recebem visitas dos agentes comunitários de saúde. Nos casos onde foram identificados problemas graves, a Secretaria de Atenção à Saúde – SAS/MS emitiu Portarias suspendendo as transferências de recursos financeiros a esses municípios.
- **Fiscalização da Atividade Minerária** – foi realizada ação de controle em 11 distritos do DNPM, resultando em recomendações aos gestores referentes à necessidade de demonstrar as providências adotadas pela falta da arrecadação da CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais pelos mineradores, inclusive no que se refere à fiscalização regular sobre a arrecadação daquela Compensação Financeira e licenças concedidas há vários anos, além da efetiva aplicação de penalidades, nos casos de infringência às normas legais.
- **Segundo Tempo** – Os resultados preliminares das ações de controle registram a implantação de 83,1% dos núcleos previstos - espaço físico adequado para a prática das modalidades esportivas previstas no Plano de Trabalho em 81,1% das fiscalizações; atividades esportivas praticadas/desenvolvidas com monitoramento de profissionais contratados para o Núcleo em 84,1% das fiscalizações. Como consequência da atuação da CGU, destacam-se ações de aprimoramento implementadas pelo gestor: revisão das normas e diretrizes do Programa; mudança do modelo organizacional da unidade gestora do Programa; revisão do Sistema de Cadastramento e implantação de filtros na base de dados de beneficiados; estabelecimento de um conjunto de procedimentos preliminares que o conveniente deve adotar e comprovar para início do atendimento aos beneficiados; e estabelecimento de uma Rede de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo do Programa, por meio de parceria firmada com as Universidades Federais, visando ao assessoramento técnico/pedagógico; à capacitação de coordenadores de núcleos e ao acompanhamento in loco da execução dos convênios.
- **Recuperação de Crédito e Defesa da Fazenda Nacional** – Foram realizados exames sobre a gestão do estoque da Dívida Ativa da União, que em 2008 atingiu R\$ 532 bilhões, notadamente sobre os fluxos e processos de extinção e inscrição suspensa da Dívida Ativa da União, sobre as funções, rotinas e requisitos de segurança dos sistemas informatizados e sobre a adequação do quadro de pessoal. As fragilidades encontradas nesses fluxos e processos foram objeto de recomendações de providências, as quais já estão sendo implementadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

#### **Acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento**

Após o lançamento do *Programa de Aceleração do Crescimento – PAC* em janeiro de 2007, esta Controladoria deu início ao planejamento dos trabalhos de controle interno, mediante o mapeamento dos programas, dos recursos envolvidos e dos principais empreendimentos previstos. A atuação da CGU tem se desenvolvido em pelo menos três frentes de trabalho distintas e complementares entre si: acompanhamento sistemático dos principais programas de governo, com especial destaque às grandes obras; fiscalização de pequenos e médios empreendimentos nas áreas de saneamento e de habitação, por meio do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos; e fiscalização de obras em decorrência de denúncias e representações de outros órgãos de defesa do Estado, como, por exemplo, a Operação João de Barro (Investigação do Departamento de Polícia Federal em 114 municípios em Minas Gerais, 1 em Tocantins, 1 no Espírito Santo e 3 no Rio de Janeiro).



Considerando que a segunda e a terceira frente de trabalho possuem seções específicas neste documento, neste tópico será tratado o acompanhamento sistemático, com destaque para as grandes obras. Nos anos de 2007 e 2008, foram iniciadas mais de 1200 fiscalizações envolvendo os principais programas de governo do PAC, das quais 892 foram encerradas. Em resumo, destacam-se as seguintes iniciativas:

#### INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

##### Rodoviária:

- Operação dos Postos de Pesagem de Veículos - Considerada uma das principais ações do Governo no âmbito do Ministério dos Transportes, foi ajustada no PPA 2008-2011 sob o Programa Segurança Pública nas Rodovias Federais. Em face às constatações apontadas pela auditoria da CGU, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) concluiu a licitação referente à 1ª etapa do novo Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem, que prevê a implantação, num prazo estimado de cinco anos, de 228 postos de pesagem, sendo 145 fixos e 83 postos móveis.
- Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros – A atuação da CGU se procedeu na sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e na Secretaria de Política Nacional dos Transportes (SPNT/MT), com objetivo de avaliar a proposta do novo modelo de outorga de permissões para o transporte rodoviário de passageiros, que deve substituir 98,5% das linhas em operação no país até o final de 2009. As ações de controle, efetuadas durante o ano de 2008, buscaram antever entraves e dificuldades relacionadas ao processo licitatório, procurando colaborar para a consistência dos estudos que embasarão o certame.
- A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) implementou algumas das recomendações exaradas, principalmente no que se refere à modificação do modelo de outorgas a ser adotado nas licitações, com a adoção da definição de lotes que incluíssem tanto ligações mais rentáveis quanto menos rentáveis em um mesmo objeto de licitação, tendo em vista que o novo modelo proposto prevê a realização da licitação em bloco de ligações, intraregionais e inter-regionais. Como a ANTT não havia concluído os estudos do novo modelo para realizar as licitações, foram publicadas as Resoluções nº 2.868 e 2.869/2008, que autorizaram as empresas prestadoras dos serviços públicos regulares de transporte coletivo rodoviário a continuar operando esses serviços no regime de Autorização Especial até o dia 31/12/2009. Além disso, a ANTT elaborou um novo cronograma, com previsão de realizar a licitação em julho/2009, e vem desenvolvendo estudos que deram origem ao ProPass Brasil - Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros.

##### Ferrovária:

- Construção da Ferrovia Norte-Sul - As ações de governo que contemplam, por trechos, a construção da Ferrovia Norte-Sul, além de serem as ações de maior materialidade do Ministério dos Transportes, são de extrema relevância, uma vez que visam proporcionar uma via econômica de escoamento à produção da região Centro-Oeste/Norte/Nordeste, com possibilidade de integração aos demais modais de transporte, mediante a garantia da operacionalização dos trechos construídos dentro dos padrões tecnicamente estabelecidos de segurança e confiabilidade. Após as ações de controle e o encaminhamento dos relatórios para adoção das providências julgadas pertinentes, houve ações da Valec para atendimento das recomendações da CGU e retomada do ritmo das obras. Os resultados dessas ações de controle têm auxiliado na solução dos problemas detectados para evitar a sua repetição na execução dos lotes ainda não concluídos e contribuído para evitar a paralisação do empreendimento.
- Construção de Contornos Ferroviários – São diversas as ações de construção de contornos ferroviários que objetivam melhorar a segurança e a circulação de trens, veículos e pessoas, bem como a ordenação do tráfego das vias públicas e a conseqüente revitalização das áreas afetadas. A atuação da CGU sobre o contorno ferroviário de São Francisco do Sul/SC, por exemplo, detectou ausência de cronograma físico-financeiro atualizado; atraso na obtenção da autorização para supressão da vegetação e inexistência de ART de serviço para execução da obra. Essas constatações foram encaminhadas ao DNIT para providências e justificativas para posterior avaliação pela CGU.

##### Hidroviária:

- Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação – A execução das ações do Programa Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval envolve um conjunto de medidas destinadas a arrecadar os recursos referentes do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), que se destina a prover recursos para a renovação, ampliação e recuperação da

frota mercante nacional e para o desenvolvimento da indústria de construção naval no país. Como resultado dos trabalhos da CGU, destaca-se a interação entre o Ministério dos Transportes (MT) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), com vistas à alteração do regimento interno do MT de forma a melhorar a estrutura da Secretaria de Fomento das Ações de Transporte (SFAT) e, conseqüentemente, dos Serviços de Arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (SERRAR).

- Financiamento de Embarcações para a Marinha Mercante – Principal ação do Programa Fundo da Marinha Mercante, consiste, principalmente, em aumentar a participação da bandeira brasileira nas navegações de longo curso, apoio marítimo, aumentar a participação da navegação de cabotagem e interior no transporte de carga geral e agrogranéis na matriz de transportes brasileira. A ação da CGU buscou avaliar os contratos de financiamento em execução autorizados pelo Departamento do Fundo da Marinha Mercante (DEFMM) e recomendou aprimoramento pelo agente financeiro do processo de fiscalização da aplicação dos recursos contratados.

#### Infraestrutura Social e Urbana

- Programa Luz para Todos – Conclusão do ciclo de fiscalizações do período 2007/2008. Foram finalizadas ações de controle nos Comitês Gestores Estaduais e nas Coordenações Regionais do Programa, bem como fiscalizadas as contratações de terceiros para execução do Programa por parte das concessionárias federais de distribuição, totalizando 37 ações de controle concluídas. Os resultados foram encaminhados à Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia para providências e saneamento das impropriedades detectadas.
- Habitação, Urbanização e Saneamento Básico – A CGU descentralizou ações de controle para fiscalização de Contratos de Repasse operacionalizados pela Caixa Econômica Federal para obras de habitação, urbanização e saneamento básico. Os resultados já obtidos forneceram informações oportunas sobre o andamento da execução dos empreendimentos, possibilitando ao Ministério das Cidades adotar providências junto à CAIXA e aos entes executores locais (prefeituras e estados), a fim de solucionar falhas que poderiam implicar prejuízos efetivos ou paralisação das obras.

#### Recursos Hídricos

- Na área de Recursos Hídricos – que envolve revitalização da Bacia do São Francisco, perímetros de irrigação, infra-estrutura hídrica, construção de barragens, sistemas adutores e de abastecimento de águas e integração de bacias – a atuação ocorreu de forma preventiva, em especial nas obras em início de implantação ou que receberam reforço de dotação orçamentária. As ações de controle foram estruturadas com foco no diagnóstico e na inspeção in loco da obra, haja vista que a maioria dos problemas acontece até o momento da contratação, portanto, ainda passíveis de correção na maior parte dos casos, sem a necessidade de interrupção da obra. Nesse sentido, a CGU tem realizado monitoramento periódico e reunião com os gestores envolvidos visando assessorá-los na busca de alternativas de solução frente aos problemas e vulnerabilidades apontadas. Ressalte-se que, até o momento, não houve recomendação para paralisação de obras no âmbito do Ministério da Integração Nacional, uma vez que a maioria das situações está sendo objeto de ajustes no decorrer da execução dos empreendimentos.

#### **Auditorias Ordinárias Anuais**

No desempenho de suas competências constitucionais, relativas ao controle interno dos órgãos do Poder Executivo Federal, a Controladoria realizou nos últimos seis anos 7.378 auditorias ordinárias anuais sobre tomada e prestações de contas anuais, sendo 1180 em 2008.

TIPO DE UNIDADE	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Administração Direta	840	890	943	995	987	838
Administração Indireta	260	338	289	321	335	342
<b>TOTAL</b>	<b>1.100</b>	<b>1.228</b>	<b>1.232</b>	<b>1.316</b>	<b>1.322</b>	<b>1.180</b>

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno – 02/03/2009

Os normativos referentes aos processos de Tomadas e Prestações de Contas anuais foram revisados e simplificados, racionalizando os trabalhos e possibilitando o atendimento às demandas do Tribunal de Contas da União – TCU e, concomitantemente, orientando e favorecendo a organização do processo, de forma a apresentar as estratégias utilizadas na implementação das ações de governo e os resultados obtidos. Neste sentido, por sugestão da CGU, o TCU estabeleceu, para 2008, a prestação de contas anual de forma eletrônica assim como definiu um conjunto seletivo de unidades passíveis de auditoria, pelo controle interno.

### **Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos**

Em 2008, a CGU deu continuidade ao Programa de Fiscalização em Pequenos e Médios Municípios a partir de Sorteios Públicos, sistemática inovadora e exitosa adotada a partir de abril de 2003, e que se encontra na 27ª edição, com 1.461 municípios fiscalizados, correspondendo a 26,25% do total de municípios brasileiros (5.564 municípios), e englobando recursos públicos federais da ordem de R\$ 10,3 bilhões. Em 2008 foram fiscalizados 120 municípios, em duas edições do Programa, alcançando R\$ 1,4 bilhão fiscalizado. No exercício de 2008, foi realizado o 1º Sorteio Especial que fiscalizou 50 municípios beneficiados com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), envolvendo recursos no montante de R\$ 317 milhões.

Estendido, em 2004, à fiscalização da aplicação de recursos federais pelos Estados, foram realizadas até 2008, 8 edições do Sorteio de Estados, resultando 77 fiscalizações conduzidas pela CGU, que contemplaram recursos da ordem de R\$ 8,2 bilhões.

A partir de 2007, as Capitais e os grandes municípios (com mais de 500 mil habitantes) passaram a ser objeto de um programa contínuo de fiscalização. Em 2008, foram realizadas 455 fiscalizações, garantindo uma cobertura de 98% dos municípios não abrangidos pelo Sorteio de Municípios. A CGU atuou em 15 municípios com população acima de 500 mil habitantes e ainda em todas as 27 capitais brasileiras. Cabe destacar que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) representou cerca de 15% das fiscalizações realizadas.

A atuação da CGU foi focada, principalmente, em políticas públicas voltadas para Saneamento Básico, Qualificação Profissional, Assistência Social, Turismo, Alfabetização de Jovens e Adultos, Núcleos de Esporte, Habitação e Urbanismo, Rodovias, Inclusão Digital, Atenção Básica à Saúde, Investimento de Estatais em Infraestrutura e Combate às Secas. Cabe destacar que o Programa de Aceleração do Crescimento representou cerca de 15% das fiscalizações realizadas. O trabalho do Controle Interno nesses municípios ocorreu tanto em programas e ações cujos recursos são repassados diretamente às Prefeituras Municipais, como também na execução de políticas públicas em que os recursos são aplicados diretamente por órgãos federais (manutenção da malha rodoviária executada pelo DNIT); repassados a órgãos estaduais (inclusão digital, projetos de turismo, etc.), a famílias (Bolsa Família) e a entidades não governamentais (Alfabetização de Jovens e Adultos e Qualificação Profissional) na localidade municipal.

Os relatórios contendo os resultados dos sorteios são encaminhados aos Ministérios gestores das políticas públicas, possibilitando a adoção de providências para a correção de desvios verificados, bem como subsidiando a avaliação dos programas de governo e a implementação de melhorias eventualmente identificadas como necessárias.

### **Fiscalização de Transferências Federais para Entidades Privadas sem Fins Lucrativos**

A CGU deu continuidade em 2008 ao programa de fiscalização sobre recursos federais repassados para entidades privadas sem fins lucrativos, para o qual, foram emitidas 2.383 ordens de serviço para as 315 entidades que compuseram a amostra, sendo que desse total foram concluídas, até o período, cerca de 2.075 ordens de serviço. Os trabalhos realizados envolveram um montante de recursos de R\$ 3,4 bilhões, referente às transferências efetuadas para as entidades no período de 1999 a 2006, e os resultados dos trabalhos foram encaminhados aos gestores federais diretamente responsáveis pela implementação das políticas públicas, bem como aos respectivos Ministros.

### **Auditorias Especiais em Órgãos e Entidades Federais**

A CGU vem realizando, ao longo dos últimos anos, a par das auditorias anuais (ordinárias) de gestão, várias auditorias especiais em órgãos federais que se diferenciam substancialmente das auditorias ordinárias, seja pela motivação seja pelo escopo. Algumas vezes, se originam de constatações feitas nas auditorias ordinárias que foram aprofundadas; outras vezes, decorrem de denúncias, representações, ou mesmo de notícias veiculadas nos meios de comunicação.

No contexto das Auditorias Especiais, foram executadas ou se encontram em andamento diversas ações iniciadas em 2008, com destaque às seguintes:

- **Nuclebrás Equipamentos Pesados – NUCLEP** – Ação de controle realizada nas contratações efetuadas pela NUCLEP para construção de partes da Plataforma P-51 da Petrobrás, por demanda da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. Como resultado dessa ação de controle destaca-se: (a) contratação, sem licitação, de empresa para construção de partes da Plataforma P-51, não estando caracterizada a inviabilidade de competição; (b) obra paralisada por diversas vezes em virtude de não cumprimento de obrigações trabalhistas pela empresa contratada pela NUCLEP; e (c) contratação de terceirizados, via fundação de apoio, com salários superiores aos praticados pela NUCLEP.
- **SE/MI** – Auditoria com a finalidade de apurar as denúncias apresentadas a esta CGU acerca dos programas do MI, abrangendo 109 convênios.
- **BNB** – Auditoria especial em que foram analisadas operações de renegociação de dívidas com redução de encargos de normalidade, no período de janeiro/2003 a setembro/2007, em contratos lastreados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE. A auditoria teve por objetivo a apuração de denúncia do então Presidente do Comitê de Auditoria do banco, recebida em 17/08/2007. Diante das irregularidades e impropriedades detectadas, o respectivo Relatório foi encaminhado ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União, ao Secretário Executivo do Ministério da Fazenda e ao Banco do Nordeste do Brasil para adoção de diversas providências, especialmente as seguintes: a) proceder ao levantamento da renúncia de créditos devidos ao FNE resultante do contrato firmado com a empresa citada na denúncia e restituir ao Fundo os valores de encargos de normalidade dispensados sem previsão legal; reformular os manuais normativos para não permitir renegociações e liquidações de operações contratadas com recursos do FNE com dispensa de valor de encargos de normalidade; promover o levantamento das demais operações que foram renegociadas extrajudicialmente com redução de encargos de normalidade após 12/07/2006, apurando responsabilidade dos agentes que deram causa. O BNB informou a adoção de diversas providências, notadamente quanto ao levantamento, desarquivamento e análise de processos judiciais envolvendo a empresa envolvida na denúncia e à articulação com a AGU/PI para atuação conjunta de ambas as instituições em ação visando anular acordos e sentenças homologatórias. Quanto ao levantamento para identificação de outras operações com redução de encargo, o Banco afirmou que após a proibição, somente a operação da empresa envolvida na denúncia foi autorizada.
- **FUB/MEC** – Auditoria realizada por solicitação da Reitoria da Universidade de Brasília, objetivando apurar supostas irregularidades na gestão dos recursos da FUB (Fundação Universidade de Brasília) e no relacionamento com as Fundações de Apoio, compreendendo o período de 1996-2008. Estes trabalhos vêm sendo realizados em parceria com a Reitoria da FUB e a Procuradoria da República no Distrito Federal. Quanto às falhas detectadas destacam-se: controles deficientes na gestão de pessoal, atuação imprópria de Fundações de Apoio e problemas na contratação e execução de obras.
- **UNIFESP/MEC** – Auditoria especial realizada no período de 17 a 28 de abril de 2008 visando verificar a utilização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal pelo então Reitor da Universidade Federal de São Paulo, conforme levantamento de gastos disponibilizado no Portal da Transparência, referentes aos exercícios de 2006, 2007 e 2008, até a data do início dos trabalhos de auditoria (período de abrangência: junho de 2006 a abril de 2008). Foi analisada a totalidade dos gastos realizados no período pelo mencionado suprido, no montante de R\$ 90.762,22. Concluiu-se que R\$ 61.324,99 foram gastos com despesas inelegíveis, correspondentes a 67,6% do total das despesas realizadas, tendo sido o montante restituído pelo então Reitor aos cofres públicos.
- **CNAS/MDS** – No 4º trimestre de 2008 foi finalizada auditoria operacional realizada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS/MDS, no período de 06/08/2008 a 05/09/2008, referente à concessão e renovação dos Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS. Em resumo, as principais constatações encontradas são relacionadas a: (a) falhas na instrução processual desses processos, visto terem sido detectadas impropriedades referentes à comprovação dos pré-requisitos para concessão do CEBAS, estabelecidos pelo Decreto nº 2.536/1998; (b) falhas no que tange à adequação de demonstrativos contábeis aos requisitos do Decreto nº 2.536/1998 e, principalmente, aos princípios fundamentais da contabilidade e às normas aplicáveis às entidades de assistência social, definidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. O resultado deste trabalho foi encaminhado ao gestor para implementação de providências e melhorias.

- **CONJUR/MPS** – auditoria realizada para avaliar julgamento de processos relativos aos Certificados de Entidades Benéficas de Assistência Social – CEBAS (considerável passivo de processos, demora na análise e julgamento dos mesmos e risco de decadência dos créditos tributários não recolhidos em virtude da isenção concedida). O resultado do trabalho permitiu ao Gestor adotar melhorias quanto ao processo de julgamento, com a racionalização e distribuição dos processos aos órgãos da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social.
- **Ministério do Turismo** – apuração de denúncias envolvendo obras de infra-estrutura turística e aprofundamento de fiscalização realizada no âmbito do acompanhamento sistemático de programas de governo, com prejuízo potencial da ordem de R\$ 12 milhões. O resultado das apurações foi apresentado aos gestores para as providências corretivas que se fazem necessárias.
- **Ministério do Esporte** – Apuração sobre as transferências de recursos para realização do 6º Campeonato Mundial de Futsal da FIFA 2008. Como resultado da atuação destaca-se a ocorrência de economia da ordem de R\$ 3,5 milhões, com potencial probabilidade de economias adicionais, visto as ações preventivas adotadas pelos gestores federais no acompanhamento da execução dos objetos do convênio, a partir de orientações emanadas desta CGU.
- **IBAMA** – Auditoria nos contratos de locação de helicópteros destinados às atividades de combate e controle a desmatamentos e incêndios florestais e de fiscalização da fauna, flora e pesca.
- **ICMBio** – auditoria em processos referentes a criação de Unidades de Conservação nos estados de Santa Catarina e Paraná, quanto aos aspectos finalísticos e orçamentário-financeiros.
- **Ministério das Comunicações – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos** – aprofundamento dos trabalhos de auditoria iniciados em 2005, mediante análise do acervo documental disponibilizado pelo Ministério Público da União e de subsídios disponibilizados em decorrência da *Operação Selo* e também da *Operação Deixa Vê*. Continuidade dos trabalhos que evidenciaram a existência de *listas suspeitas* de pagamento de vantagem indevida a empregado da Empresa por fornecedores, tendo-se constatado a continuidade de favorecimentos a terceiros pela prática de liberalidades não autorizadas em Lei na execução dos contratos. Foi recomendada a responsabilização de empregados e penalização de fornecedores.

#### **Fiscalizações Especiais de Transferências Voluntárias**

A CGU, como órgão atuante no combate à Corrupção, além dos trabalhos regulares de fiscalização e auditoria, realiza ações de controle em objetos selecionados utilizando-se de informações previamente coletadas nos trabalhos regulares, em que se identifique um padrão de desvios e irregularidades, ou por decisão compartilhada com outros órgãos de defesa do Estado, tais como a Polícia Federal ou o Ministério Público. Em 2008, importantes trabalhos nessa linha de atuação foram desenvolvidos, tais como:

- **Operação Rapina (Maranhão)** – resultado de investigação conjunta com a Polícia Federal que constatou a ação de quadrilha formada por 51 empresas inexistentes e outras 40 empresas que davam suporte a desvios de recursos públicos, mediante o uso de notas fiscais falsas e licitações montadas envolvendo as prefeituras municipais de Axixá, Urbano Santos, Nina Rodrigues, Araióses, Tufilândia, São Luís Gonzaga, Tuntum, Paulo Ramos e Governador Newton Bello.
- **Operação Rapina II (Maranhão)** – a partir da análise da documentação apreendida na operação anterior, foram identificados documentos utilizados para forjar prestações de contas de recursos públicos federais recebidos pelos municípios maranhenses de Carutapera, Centro Novo, Marajá do Sena, Olho D'Água das Cunhãs, São Roberto, Viana, Alcântara, Magalhães de Almeida, Paraibano e Cândido Mendes.
- **Operação Telhado de Vidro (Rio de Janeiro)** – ações de controle desenvolvidas pela CGU nos municípios do Norte Fluminense, em especial em São João da Barra e Quissamã, por solicitação da Polícia Federal, que verificou a ocorrência de licitações irregulares e contratações fraudulentas de funcionários municipais terceirizados, inclusive para execução do Programa de Saúde da Família e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde.
- **Operação Higia (Rio Grande do Norte)** – objetivou desarticular, na Secretaria Estadual de Saúde, fraudes em processos licitatórios para locação de mão-de-obra e higienização hospitalar. Foi identificado que os contratos eram aditados, logo após celebrados, mediante a utilização de transferências fundo a fundo dos programas Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU e Farmácia Popular do Brasil.

- **Operação Pasárgada (Minas Gerais)** – teve por objetivo desarticular esquema de liberação irregular de verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) envolvendo os municípios de Açucena, Águas Vermelhas, Almenara, Bocaiúva, Cachoeira da Prata, Cipotânea, Estiva, Itambacuri, Juiz de Fora, Minas Novas, Nova Belém, Patrocínio, Pedro Leopoldo, Ponte Nova, Rubim, Salto da Divisa, Santa Bárbara do Leste, Tapira, Timóteo, Vespasiano, Mateus Leme e Conselheiro Lafaiete, bem como Cansanção e Sobradinho no Estado da Bahia. Mediante contratação, pelos prefeitos, de um escritório de advocacia que oferecia vantagens a juizes e servidores da Justiça para obter decisões favoráveis e, depois, os honorários eram divididos com os prefeitos que os contratava.
- **Operação João de Barro (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Tocantins e Espírito Santo)** – envolveu a avaliação da aplicação de recursos federais (parte dos quais do Programa de Aceleração do Crescimento) oriundos dos Ministérios das Cidades, Integração Nacional, Saúde, Turismo e Esporte, em 114 municípios do estado de Minas Gerais, em Palmas no estado do Tocantins, Cachoeiro do Itapemirim no estado do Espírito Santo e em Angra dos Reis, Belford Roxo e Cabo Frio no estado do Rio de Janeiro, com fiscalização de 351 convênios e/ou contratos de repasses. A CGU fez parceria com a CAIXA para avaliação de 289 operações em 101 municípios, com a CODEVASF para avaliação de 31 convênios em 20 municípios e com a FUNASA para avaliação de 67 convênios e Termos de Parceria em 30 municípios.
- **Operação Toque de Midas (Amapá)** – análise da licitação para concessão da exploração pela iniciativa privada da Estrada de Ferro do Amapá, na qual constatou-se limitação à competitividade e a inexistência de elementos e informações consistentes que pudessem embasar os valores definidos para a contratação e outorga da Concessão.
- **Operação Nêmesis (Maranhão)** – investigação realizada pela Superintendência de Polícia Federal no Maranhão, em conjunto com a CGU e com o Ministério Público Federal, e que visa coibir a ação de quadrilha de funcionários do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde (NEMS), envolvidos em desviar valores decorrentes de Suprimentos de Fundos obtidos mediante fraude ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.
- **Operação Vassoura de Bruxa (Bahia)** - investigação realizada pela Polícia Federal em parceria com a Controladoria-Geral da União, envolvendo os municípios de Itabuna, Ilhéus, Almadina, Arataca, Coaraci, Floresta Azul, Ibicarai, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Juçari, Santa Luzia, São José da Vitória, Santa Cruz da Vitória, Una, Ubata, Uruçuca, Barro Preto, Brejões, Dário Meira, Firmino Alves, Guandu, Gongogi, Ibirapitanga, Ibirataia, Itagimirim, Itapebi, Itapitanga, Jaguarari, Jequié, Jussari, localizados no Sul da Bahia. Verificou-se fraudes em licitações, principalmente por meio da atuação de empresas de contabilidade junto às prefeituras, prestando consultoria e organizando a documentação, bem como auxiliando na realização das licitações. Os procedimentos ilegais permitiam o desvio de recursos de verbas federais de diversas áreas, em especial do FUNDEF, do PNAE e do PAB, especificamente na aquisição de medicamentos.
- **Operação Aliança (Rio Grande do Norte)** – os trabalhos desenvolvidos pela CGU, em consequência da “Operação Aliança”, deflagrada pelo Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Superintendência de Polícia Federal no Rio Grande do Norte, referem-se à análise de documentações apreendidas da Prefeitura de Goianinha referentes à utilização de recursos federais das áreas da saúde e educação.
- **Operação Dupla Face (Mato Grosso)** – os trabalhos foram desenvolvidos na sede da Superintendência da Polícia Federal no Mato Grosso, cobrindo a análise de processos de certificação e atualização cadastral de imóveis rurais pela Superintendência Regional do Incra naquele estado e em relação aos quais houvesse suspeita de favorecimento na ordem de análise do processo mediante pagamento de propina.
- **Operação Anopheles** – Operação realizada no município de Mucajaí-RR com o objetivo de evitar o desvio de recursos destinado ao combate da malária (obra de drenagem) e desarticular quadrilha envolvida em fraudes em licitação.

#### Apuração de Denúncias e Representações

Durante o exercício de 2008, foram recebidas na CGU um total de 3.259 denúncias, representações ou solicitações de informações ou documentos. Dessas, 2.477 demandaram ação de controle específica por parte da CGU, objetivando identificar e apurar a procedência dos fatos apontados como irregulares na aplicação dos recursos públicos federais. Em 2008 foram concluídas 881 fiscalizações, realizadas

em 348 municípios, envolvendo com maior frequência os seguintes Programas/Ações: Implantação ou Melhoria de Obras de Infraestrutura Urbana, Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares, Apoio à Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, Estímulo à Produção Agropecuária, Melhoria das Condições de Habitabilidade, Atenção Integral à Família, Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil, Apoio ao Transporte Escolar, Programa Dinheiro Direto na Escola, Educação de Jovens e Adultos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, FUNDEF, FUNDEB, Programa Bolsa família; Atenção Básica em Saúde, Proteção Social Básica.

Os resultados, além de constar dos Relatórios Anuais de Auditoria sobre a Prestação de Contas dos responsáveis pelas respectivas unidades/entidades, são enviados ao Tribunal de Contas da União e, ainda, se for o caso, à Polícia Federal e ao Ministério Público.

#### **Ações de Controle sobre Temas Específicos da Gestão Pública**

Iniciados no exercício de 2007, os trabalhos contemplando temas específicos da gestão pública, os quais, pela sua relevância em dispêndios e riscos envolvidos, justificaram ações especialmente focadas, foram ampliados ou concluídos em 2008. Os resultados obtidos foram analisados e encaminhados aos gestores federais. Foram tratados diversos temas relevantes na gestão de contratos, a exemplo da áreas de tecnologia da informação; publicidade e propaganda; vigilância, limpeza e conservação, além de outras terceirizações.

#### **Dinamização das Auditorias Internas das Entidades da Administração Indireta (Incluindo as Estatais)**

Durante o exercício de 2008 foram realizadas 400 ações de controle que tratam da avaliação do desempenho das auditorias internas, de sua sistemática de planejamento e do acompanhamento dos seus trabalhos. Destaca-se, ainda, a realização de ações específicas junto às unidades de auditoria interna, com o objetivo de fomentar suas atividades e disseminar informações. Como resultado dessas interações com as unidades de auditoria interna sempre é recomendada a inserção, nos planos de auditoria das unidades, de temas relevantes sobre os quais a auditoria interna deva manifestar-se e sugestões de padronização de Relatórios de Auditoria. Cite-se, a título de exemplo, as seguintes atividades:

- **IV Encontro das Auditorias Internas do Sistema “S”** – encontro realizado com o objetivo de reciclar, aperfeiçoar, trocar e gerar conhecimentos relativos às unidades de auditorias internas. Participaram, aproximadamente, setenta pessoas, entre auditores internos, dos departamentos nacionais e regionais das unidades do sistema “S”; assessores especiais de controle interno; e representantes da CGU.
- **Encontro Nacional da Área de Inteligência do INSS** – participação em encontro nacional realizado pela área de inteligência do INSS para discutir as realizações do exercício de 2008 e planejar as atividades a serem realizadas no exercício de 2009.
- **FONAI** – participação no Fórum Nacional dos Auditores Internos de Instituições Federais vinculadas ao Ministério da Educação, objetivando a troca de informações.
- **Encontro Anual das Auditorias Internas do Ministério da Integração Nacional** – apresentação e avaliação dos resultados obtidos pelas unidades de auditoria interna em 2008 e projeção dos trabalhos a serem realizados em 2009, bem como propostas que visem à melhoria da atuação das auditorias internas e formas de ampliar a integração dos trabalhos com a CGU. A discussão teve foco especial nos trabalhos relacionados ao acompanhamento da gestão e formas de integração e maximização das ações de acompanhamento do PAC.
- **Encontro das Unidades de Auditoria e Inspeção da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos** – apresentação dos fundamentos da vinculação técnica e supervisão normativa exercidos pela CGU sobre os trabalhos de auditoria, decorrentes da fusão das duas unidades. Houve a participação dos chefes das 27 inspetorias regionais e auditoria da Empresa.

#### **Controle Preventivo Mediante Orientações aos Gestores Federais**

Durante o exercício de 2008, em decorrência das ações de controle realizadas, foram identificadas situações que possibilitaram a adoção de providências pelos órgãos gestores de forma a corrigir problemas identificados ainda durante a fase de aplicação dos recursos, evitando-se, assim, desperdícios.

Também houve atuação preventiva, buscando-se mitigar possíveis problemas que pudessem impactar no regular andamento das atividades. Cite-se a título de exemplo:

- **Ministério da Saúde (FUNASA):** Economia de R\$ 18,5 milhões em razão de cancelamento de contratos de prestação de serviço de gestão inteligente e de R\$ 14,3 milhões de serviços de multimídia em virtude de diversas irregularidades identificadas pela CGU.
- **Ministério da Saúde (FUNASA):** Redução de 120 milhões para 12,8 milhões nas aquisições de medicamentos para o Programa de Saúde Indígena, após constatação de diversas irregularidades pela CGU.
- **Ministério da Educação (CAPES):** A auditoria realizada na Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES detectou, no processo de construção do novo prédio da CAPES, situações que implicariam prejuízo de cerca de R\$ 1.200.000,00 ao erário. Os trabalhos efetuados pela CGU culminaram na reavaliação, pelo gestor federal, do processo de construção da nova sede, tendo a mesma sido suspensa.
- **Ministério das Cidades:** Identificação de sobrepreço no contrato PASS-BID. A partir de recomendação da CGU, a taxa de administração geral do contrato de empresa gerenciadora foi repactuada de 50% para 16%, resultando em economia de R\$2,4 milhões. Os valores já pagos (R\$980 mil) foram compensados nas faturas seguintes.
- **Ministério da Integração Nacional:** Organização de fóruns, reuniões de discussão e capacitação, visando integrar as ações de acompanhamento e controle das obras do PAC. Neste sentido, coordenou reunião com os diversos atores (gestores federais, órgãos financiadores) envolvidos na realização das obras da Ferrovia Transnordestina; realizou fórum de discussão sobre acompanhamento do PAC envolvendo as auditorias internas no âmbito do MI, BASA e BNB e ministrou treinamento sobre análise de custos de obras para mais 30 servidores do MI e Codevasf.
- **Ministério da Previdência Social:** No acompanhamento das análises dos processos licitatórios foi possível orientar o gestor quanto à real necessidade da contratação de serviço, que apresentava descrição subjetiva do objeto e fundamentação inadequada, permitindo uma economia de cerca de R\$ 8 milhões de reais.
- **Ministério da Cultura, do Esporte, do Turismo e do Desenvolvimento Agrário:** Capacitação de 210 servidores para utilização do Sistema Siconv e realização de diagnóstico sobre as dificuldades operacionais em sua utilização. O referido sistema, criado pelo Decreto nº 6.170/2007, tem por objetivo dar maior transparência à gestão pública, no tocante às transferências realizadas mediante “Convênios” e “Contratos de Repasse”.

#### Auditoria sobre os Contratos de Recursos Externos

O Controle Interno é responsável pela realização de auditorias de avaliação do desempenho dos contratos/acordos com organismos internacionais de financiamento e cooperação técnica. Nos últimos anos, a abordagem de atuação adotada evoluiu consideravelmente, passando de um processo de simples auditoria contábil para um enfoque de avaliação dos objetivos e metas da ação de governo beneficiada com tais recursos.

Os projetos auditados pela CGU, nos últimos seis anos, alcançaram o quantitativo de 1.083, com a realização de 2.228 auditorias. Em 2008, até novembro, 153 projetos foram auditados, mediante a realização de 301 auditorias, conforme carteira abaixo retratada:

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS PROJETOS INTERNACIONAIS E DA AUDITORIA						
ASSUNTO/ANO	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
Nº de Projetos Federais Total	518	585	550	540	521	551
Nº de Projetos Federais Auditados	165	190	198	202	175	153
Nº de Auditorias Realizadas	257	397	401	432	440	301

(\*) Auditorias realizadas no mencionado exercício, tendo como base auditada o exercício anterior.

Em 2008, as análises relativas à execução dos projetos com recursos externos durante o exercício de 2007, apontam para o retorno potencial de recursos a serem recuperados por conta de constatações de auditoria da ordem de: a) nos projetos com o PNUD (R\$ 2.990.751,00 e US\$ 1,559,699.00 não cumulativos);



b) nos projetos com o Banco Mundial (R\$ 1.075.392,00 e US\$ 1,071,940.00 não cumulativos); c) nos projetos com o Banco Interamericano (R\$ 186.546,00 e US\$ 5,855.00 não cumulativos); d) nos projetos JBIC (R\$ 350.485,00) e nos projetos com a UNODC (R\$ 1.148,00 e US\$ 32.926,00 não cumulativos).

Os resultados dos trabalhos são encaminhados aos órgãos centrais do Governo Federal (Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – ST/MF; Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEAIN/MP e Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores – ABC/MRE) responsáveis pelos controles primários do governo, no sentido de aprimoramento dos mecanismos de supervisão e monitoramento dos projetos. Este esforço do controle tem levado ao desenvolvimento de melhores instrumentos de gestão, tais como o Sistema de Informação Gerencial de Projetos de Cooperação Técnica Internacional desenvolvido pela ABC/MRE, a criação do Cadastramento de Projetos de Cooperação Técnica Internacional desenvolvido no SIAFI pela STN, o aprimoramento do Sistema de Informação de Projetos de Financiamento Externo na SEAIN/MP, o desenvolvimento das Macrofunções do sistema SIAFI, que possibilitaram uma melhor orientação aos gestores de projetos e a consolidação das ações de controle das Contribuições a Organismos Internacionais na SEAIN/MP, entre outras ações adotadas pelo Governo.

Em relação ao aprimoramento do marco legal junto à SEAIN/MP foram oferecidas contribuições para a adequação do Decreto 3.502, de 12 de junho de 2000, que dispõe sobre o funcionamento da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX/MP. Atualmente está se desenvolvendo junto à ABC/MRE um reestudo dos normativos aplicados à Cooperação Técnica Internacional, no sentido de aprimoramento dos instrumentos normativos ora existentes.

Adicionalmente, o encaminhamento dos resultados dos trabalhos de auditoria de projetos de financiamento externo à SEAIN/MP possibilita uma constante revisão dos acordos, viabilizando repactuação de contratos, cortes tempestivos nos orçamentos dos projetos e maior segurança nas tomadas de decisão por parte do colegiado dos órgãos do grupo econômico do Governo.

Em relação ao intercâmbio de informações entre o controle interno e os organismos internacionais, o encaminhamento dos resultados a estes últimos, como por exemplo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, possibilita a avaliação que o Organismo realiza em relação ao modelo de implementação da cooperação técnica no País, e faz do País, fornecendo uma retroalimentação importante do fluxo de informação para o controle e para a gestão pública, demonstrando quais são efetivamente as áreas de risco do governo e também os caminhos a serem trilhados para uma atuação mais efetiva do controle.

#### **Auditoria sobre Processos de Tomada de Contas Especiais**

As Tomadas de Contas Especiais (TCE) são os instrumentos processuais utilizados para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública federal e obtenção do respectivo ressarcimento.

O quadro a seguir demonstra o total de TCE analisadas pela CGU ao longo dos últimos seis anos e o potencial retorno de recursos aos cofres públicos federais em decorrência do procedimento. Em 2008, o número de TCE analisadas foi de 1.446, indicando retorno potencial aos cofres públicos de R\$ 642.829.005,20.

<b>EXERCÍCIOS</b>	<b>TCE ANALISADAS</b>	<b>CERTIFICADAS AO TCU</b>	<b>DILIGENCIADAS AO ÓRGÃO DE ORIGEM</b>	<b>RETORNO POTENCIAL RS</b>
2003	1.751	1.424	327	404.479.498,73
2004	1.999	1.550	449	450.503.315,30
2005	1.938	1.632	306	448.495.468,99
2006	1.500	1.161	339	663.047.246,64
2007	1.722	1.459	121	659.622.763,60
2008	1.446	1.062	384	642.829.005,20
<b>TOTAL</b>	<b>12.335</b>	<b>9.233</b>	<b>3.102</b>	<b>3.717.318.527,29</b>

A CGU tem buscado estreitar as relações com servidores responsáveis pela instauração de processos de TCE, propiciando canal de comunicação permanente visando dirimir eventuais dúvidas, fato que reduziu significativamente a demanda por treinamentos, evitou a devolução de processos ao órgão/entidade instaurador das contas para correção de eventuais imperfeições registradas nas contas, assim como permitiu a celeridade no encaminhamento dos casos ao julgamento do Tribunal de Contas da União.

Com esse procedimento e a disponibilização no site da CGU do Manual de TCE e de Perguntas e Respostas sobre TCE, sensível melhora foi verificada nos controles internos mantidos pelos órgãos/entidades instauradores de Tomadas de Contas Especiais.

### Ações de Controle na Área de Pessoal

A auditoria de pessoal exercida pela CGU visa verificar a legalidade dos pagamentos dos servidores públicos federais no âmbito do Poder Executivo providenciando o retorno aos cofres públicos dos pagamentos considerados ilegais. A despesa com pessoal representa o segundo maior dispêndio da União, qual seja, aproximadamente, de R\$ 50 bilhões por ano, e a auditoria de pessoal da CGU cuida para que esse valor esteja sempre dentro dos limites estabelecidos em lei.

Criadas pela CGU, as trilhas de auditoria de pessoal, constituem indícios de irregularidades nas folhas de pagamentos das unidades jurisdicionadas a serem apurados nos trabalhos de auditoria realizados. São efetuados levantamentos e cruzamentos de informações do Siape para elaborar Indicadores na Área de Pessoal a serem utilizados nos trabalhos de Análise da Consistência da Folha de Pagamento e das Auditorias Anuais de Contas e de Acompanhamento da Gestão. Outros indicadores são gerados em decorrência das diligências formuladas nos processos de concessão de aposentadorias e pensões, bem como em função das impropriedades apontadas nas auditorias realizadas pela própria CGU.

A CGU analisa os processos de aposentadorias e pensões nos próprios órgãos, evitando o trâmite de processos e agilizando as análises. Tal procedimento evita diligências e impede o aumento dos estoques internos de processos, visto que permite analisar 100 vezes mais atos do que da forma tradicional. Além disso, permite o aumento de encaminhamento ao TCU do maior número de pareceres pela legalidade (aproximadamente 80% das aposentadorias e 90% das pensões)

A CGU desenvolveu um sistema denominado Simulador de Aposentadoria com o objetivo inicial de facilitar a auditoria e a fiscalização dos processos de concessão de aposentadoria dos servidores públicos, tendo em vista a complexidade da legislação envolvida. Diante da eficiência do sistema, a CGU decidiu torná-lo acessível também aos servidores interessados em conhecer as condições de sua aposentadoria ou do chamado abono de permanência, mediante a disponibilização em seu site.

Nos últimos seis anos a CGU procedeu à análise e enviou ao Tribunal de Contas da União 447.495 processos de Aposentadoria, Pensão e Admissão, totalizando cerca de R\$ 1,9 bilhão. Em 2008, foram analisados e enviados ao TCU 97.000 processos envolvendo R\$ 533.153.050,00.

Os dados a seguir discriminam os processos consoantes a natureza da matéria (Aposentadoria, Pensão e Admissão) e o montante de dispêndios nos ao longo desses anos:

ATOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
Aposentadoria	13.372	11.019	13.698	13.018	15.902	14.510	81.519
Pensão	9.067	8.072	8.594	9.329	9.843	9.975	54.880
Admissão	57.365	68.856	26.818	35.938	49.604	72.515	311,096
<b>TOTAL</b>	<b>79.804</b>	<b>87.947</b>	<b>49.110</b>	<b>58.285</b>	<b>75.349</b>	<b>97.000</b>	<b>447.495</b>

TIPO DE ATO	VALORES ENVOLVIDOS NAS ANÁLISES*						TOTAL
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Aposentadoria	32.306.752	30.467.535	44.970.534	46.239.936	58.280.830	60.637.290	<b>272.902.877</b>
Pensão	18.569.216	17.798.760	16.620.796	25.412.196	27.963.963	32.059.650	<b>138.424.581</b>
Admissão	201.523.245	285.270.408	109.792.892	167.327.328	268.159.224	440.456.110	<b>1.472.529.207</b>
<b>TOTAL</b>	<b>252.399.213</b>	<b>333.536.703</b>	<b>171.384.222</b>	<b>238.979.460</b>	<b>354.404.017</b>	<b>533.153.050</b>	<b>1.883.856.665</b>

(\*) Valores Médios de Remuneração obtidos no Boletim Estatístico de Pessoal da SRH/MP n.º 148 – Agosto/2008 – Tabela 3.1

(\*) Informações atualizadas até 30.06.2008

### Elaboração Anual da Prestação de Contas do Presidente da República

A Controladoria-Geral da União elabora anualmente a Prestação de Contas do Presidente da República - PCPR, com vistas à apresentação deste ao Congresso Nacional.

A partir do exercício de 2007 a Prestação de Contas do Presidente da República teve a sua estrutura modificada de forma a conceder maior transparência, organicidade e qualidade às informações. Dessa forma, passou a ser organizada em um único volume, contendo Relatório sobre os Orçamentos e Atuação Governamental e os Balanços e Demonstrativos Contábeis da União.

A PCPR contempla informações sobre a Política Econômico-Financeira e Desempenho do Setor Econômico-Governamental; Execução dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos; Análise de Conformidade da Execução Orçamentária e Financeira aos ditames da Constituição Federal e Legislação Infraconstitucional; Análise das Demonstrações Contábeis, Atuação Governamental do Poder Executivo Federal; Dívida Ativa da União; Desempenho Institucional das Agências Oficiais de Fomento e informações sobre a implementação das Recomendações do Tribunal de Contas da União sobre as Contas do Exercício Anterior.

Contempla, ainda, os Balanços e Demonstrativos Contábeis da União agregando as informações necessárias à evidenciação da situação patrimonial, financeira e orçamentária, nos termos da legislação em vigor.

### **Análise dos dados do Relatório de Gestão Fiscal**

A CGU é o agente responsável pelo processo de análise e conferência dos dados constantes do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, conforme determina o art. 54 e o parágrafo único do art. 59 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O aperfeiçoamento do instrumental de conferência dos dados constantes do Relatório de Gestão Fiscal é o objetivo que vem sendo perseguido pela CGU, conjuntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional.

### **Relacionamento com Órgãos Estrangeiros**

No exercício de 2008, a CGU participou de dois encontros com órgãos estrangeiros, visando a troca de experiências e de informações:

- I Conferência Anual de Inspectores-Gerais do Estado e de Finanças da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): em Lisboa, onde foi apresentada a experiência da CGU como órgão de controle interno, bem como ficou acertada a realização da próxima conferência no Brasil em dezembro de 2009.
- 3ª Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul: encontro promovido pela CGU com o objetivo de definir relações de cooperação científica, técnica e operacional no controle dos gastos públicos na região dos países do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul).

### **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO 2D58**

As metas programadas para o exercício foram atingidas, conforme demonstrado na tabela abaixo, a qual consubstancia os registros constantes do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan, com relação à ação 2D58:

#### **Metas e Resultados da Ação 2D58 - Fiscalização e Controle da Aplicação dos Recursos Públicos Federais no exercício de 2008**

<b>META</b>	<b>PREVISÃO (LOA+CRÉDITO)</b>	<b>EXECUÇÃO (REALIZADO)</b>	<b>EXECUÇÃO / PREVISÃO (%)</b>
<b>FINANCEIRA</b>	12.543.280,00	11.559.911,00	92,16
<b>FÍSICA</b>	10.182,000	10.344,000 *	101,59

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) em 10/02/2009

\*Em número de ação de controle realizada.

**Detalhamento das Despesas da Ação 2D58 - Fiscalização e Controle da Aplicação dos Recursos Públicos Federais**

NATUREZA DA DESPESA		DESPESAS EXECUTADAS	%
339014	Diárias - Pessoal Civil	2.868.301,80	24,81
339030	Material de Consumo	302.789,90	2,62
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	1.149.140,67	9,94
339036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.775,64	0,02
339039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.733.292,41	58,25
339048	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	473.210,18	4,09
339092	Despesas de Exercícios Anteriores	10.911,40	0,09
339093	Indenizações e Restituições	14.089,46	0,12
339139	Outros Serv. Terceiros - Pes. Jurid - Op. Intra-Orc.	5.310,19	0,05
339147	Obrig.Tribut.e Contrib - Op .Intra - Orçamentárias	87,60	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>11.559.909,25</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI Gerencial em 06.02.2009

Os recursos spendidos em “diárias” e em “passagens e despesas com locomoção” foram utilizados, primordialmente, na realização de ações de controle interno (auditorias e fiscalizações), executadas por ocasião dos trabalhos de fiscalização a partir de Sorteios Públicos, em ações de caráter investigativo (investigação e apuração de denúncias), na avaliação da execução de programas de governo e na avaliação da gestão dos gestores públicos federais.

As atividades supramencionadas têm por característica a necessidade de deslocamentos dos servidores para as áreas municipais, nas quais serão realizadas as ações de controle, o que justifica a concentração das despesas nas naturezas de despesa anteriormente detalhadas, que corresponde a 34,75 % do montante executado.

Destaca-se, ainda, o percentual de 58,25% das despesas realizadas a título de “outros serviços de terceiros – pessoa jurídica”, das quais 62%, ou seja, R\$ 4,2 milhões referem-se às dispêndios com operação e manutenção do Sistema de Informações (ATIVA) utilizado pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFC). O restante, em grande medida, é utilizado para o pagamento de serviços terceirizados de transporte, os quais também são utilizados em deslocamentos das equipes incumbidas pela execução de ações de controle.

**2.3.2 AÇÃO: 2B15 – CORREIÇÃO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL****Dados Gerais da Ação 2B15 – Correição no Poder Executivo Federal**

<b>TIPO</b>	Atividade
<b>FINALIDADE</b>	Combater a impunidade mediante ação correcional, com vistas à responsabilização administrativa de agentes públicos.
<b>DESCRIÇÃO</b>	Instauração, recomendação, avocação e acompanhamento de sindicâncias administrativas e processos administrativos disciplinares; capacitação de servidores públicos federais em procedimentos disciplinares para compor comissões; implementação de sistema informatizado para acompanhamento e controle dos processos administrativos instaurados ou a instaurar bem como para o registro das sanções aplicadas; revisão das atuais normas relativas a processo administrativo disciplinar; orientação e normatização do exercício das funções disciplinares do Poder Executivo Federal.
<b>UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS</b>	Controladoria-Geral da União
<b>COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO</b>	Marcelo Nunes Neves da Rocha
<b>UNIDADES EXECUTORAS</b>	Corregedorias-Gerais Adjuntas das áreas social, econômica e de infraestrutura.
<b>ÁREAS RESPONSÁVEIS PELO GERENCIAMENTO DA AÇÃO</b>	Corregedoria-Geral da União.
<b>COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA EXECUÇÃO DA AÇÃO</b>	Exercer as atividades de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal; conduzir investigações preliminares, inspeções, sindicâncias, inclusive as patrimoniais, processos administrativos disciplinares e demais procedimentos correcionais; verificar a regularidade dos procedimentos correcionais instaurados no âmbito do Poder Executivo Federal.

## PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

### Correição no Poder Executivo Federal

A correição do Poder Executivo Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dos Decretos nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e nº 5.683, de 24 de janeiro de 2006, é exercida pela Controladoria-Geral da União (CGU), por meio da Corregedoria-Geral da União (órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal), das unidades específicas que atuam junto aos Ministérios (Corregedorias Setoriais) e das unidades de correição que compõem as estruturas dos Ministérios, Autarquias e Fundações (Corregedorias Seccionais).

A Corregedoria-Geral da União (CRG), órgão integrante da estrutura da CGU, no exercício da sua precípua função disciplinar, executa e supervisiona atividades dirigidas para o campo da responsabilização administrativa, atuando mediante a instauração direta ou através do efetivo acompanhamento de processos disciplinares, nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

O combate à impunidade, objetivo precípuo da atividade correcional, encontra efetividade através da função eminentemente disciplinar que é conferida à CRG. No ano de 2008, a CGU levou adiante a complexa missão de promover a apuração da responsabilidade dos agentes públicos na esfera administrativa, sem, entretanto, esquecer o caráter orientador que deve revestir essa atividade.

### Consolidação como Órgão Central

Com o propósito de ampliar a sua consolidação como órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, a CGU, em 2008, deu prosseguimento aos esforços já envidados a partir de 2005, quando tais atividades correcionais foram organizadas sob a forma de sistema.

### Instauração e Supervisão de Procedimentos Disciplinares

Nos últimos seis anos, no âmbito do Poder Executivo Federal, foram instaurados 28.522 Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, gerando, em dados atualizados até o último mês de novembro, a aplicação de 1.969 punições administrativas expulsivas de servidores civis, entre elas 1.705 demissões; 143 destituições; e 121 cassações.

No ano de 2008 foram aplicadas 347 punições expulsivas (284 demissões; 28 cassações; e 35 destituições). Entre as principais motivações que embasaram as punições expulsivas aplicadas em 2008 permanecem os itens valimento do cargo (33,57%) e improbidade administrativa (19,79%). Quanto às punições disciplinares não expulsivas, foram aplicadas, em 2007 e 2008, 2.272 punições, sendo, neste último, aplicadas 537 suspensões e 637 advertências.

PUNIÇÕES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
DEMISSÃO	242	254	240	299	386	284	1705
CASSAÇÃO	8	15	17	24	29	28	121
DESTITUIÇÃO	14	23	15	34	22	35	143
SUSPENSÃO*	-	-	-	-	524	537	1061
ADVERTÊNCIA*	-	-	-	-	574	637	1211
<b>TOTAL EXPULSIVAS</b>	<b>264</b>	<b>292</b>	<b>272</b>	<b>357</b>	<b>437</b>	<b>347</b>	<b>1969</b>
<b>TOTAL NÃO EXPULSIVAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1098</b>	<b>1174</b>	<b>2272</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>264</b>	<b>292</b>	<b>272</b>	<b>357</b>	<b>1535</b>	<b>1521</b>	<b>4241</b>

\* Entre 2003 e 2006 não foram realizados os levantamentos das quantidades de punições não expulsivas aplicadas

Em 2008, a CGU procedeu à instauração, avocação e requisição de 60 procedimentos administrativos disciplinares, entre Processos Administrativos Disciplinares (em sentido estrito), Sindicâncias Punitivas e Investigativas, além da instauração de 40 Sindicâncias Patrimoniais.

No exercício das competências de órgão central, visando à coordenação do Sistema de Correição, a CGU, nos últimos 6 anos, conduziu mais de 4000 investigações preliminares, para verificar a verossimilhança de denúncias e representações recebidas, tendo, somente em 2008, realizado 1.179, e acompanhado mais de 5.000 processos disciplinares instaurados pelas diversas unidades correcionais do Poder Executivo Federal.

A CGU, por meio da inspeção correcional, instrumento de supervisão direta das unidades componentes do Sistema de Correição, verificou in loco a gestão de 130 corregedorias públicas, tendo, somente em 2008, supervisionado 50 delas.

### **Sindicâncias Patrimoniais**

A Sindicância Patrimonial, que se destina à verificação de enriquecimento ilícito por parte de agentes públicos, nos casos de evolução patrimonial incompatível com a renda, assumiu, em 2008, definitivamente, o seu papel junto aos demais relevantes procedimentos apuratórios, desde que à CGU coube, por força de meta estabelecida pela ENCCLA/2004, a preparação de instrumento normativo com vistas à investigação de sinais exteriores de riqueza e outros indícios de corrupção e lavagem de dinheiro. Já são 74 Sindicâncias Patrimoniais instauradas pela própria CGU entre 2006 e 2008 (aí incluídas as 40 de 2008), a partir de relatos da ocorrência de operações suspeitas encaminhadas pelo COAF, e da verificação de incompatibilidades patrimoniais constantes das declarações de bens e direitos, além de denúncias e representações sobre atividades suspeitas e indícios exteriores de riqueza.

### **Capacitação de Servidores e Gestores em Direito Disciplinar**

Em continuidade ao já reconhecido programa de formação de membros de comissões disciplinares, a Controladoria-Geral da União (CGU) promoveu, em 2008, a capacitação de 1.116 servidores públicos federais, perfazendo um total de 5.873 profissionais capacitados nos últimos seis anos.

No intento, ainda, de buscar a extensão dos programas de capacitação em direito disciplinar a outros atores envolvidos no exercício das funções correcionais, iniciou o curso de formação de gestores, ministrado para 56 autoridades, oriundas dos Ministérios da Fazenda e do Trabalho. A capacitação dos gestores foi avaliada como de suma relevância para que venham atuar de forma devida por ocasião do juízo de admissibilidade de denúncias, da instauração de procedimentos disciplinares e do respectivo julgamento.

Conquanto estabelecida ainda em 2007 a parceria CGU-ESAF-UNB para a promoção de curso de pós-graduação lato-sensu em direito disciplinar teve início em 2008, com a participação de 45 profissionais atuantes em unidades de correição da CGU e dos Ministérios da Justiça (DPF), da Saúde (ANVISA), da Previdência Social (INSS) e da Fazenda (BACEN e SRFB). Previsto para encerrar-se em julho de 2009, terá o curso cumprido o seu papel, para tornar os seus participantes referência em matéria disciplinar, de modo a poderem contribuir para a deflagração de uma cadeia de multiplicadores dos conhecimentos ali abstraídos.

Importa fazer-se menção à realização do Curso de “Análise de Evolução Patrimonial e Principais Fraudes”, oferecido a título de difusão das técnicas de investigação mediante Sindicância Patrimonial, que registrou o número de 39 servidores capacitados.

Outra realização em 2008 foi a execução do programa de capacitação de usuários cadastradores do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU/PAD, que já treinou quase 600 servidores, entre estes cerca de 430 somente em 2008, advindos de diversos órgãos e entidades, para fins de atuação como multiplicadores em suas áreas.

Como ferramenta que busca, a partir da parceria estabelecida entre CGU e SERPRO, a descentralização do controle informatizado dos processos disciplinares nos órgãos da Administração Pública Federal, o CGU-PAD, em 2008, pôde incorporar à sua estrutura a opção de emissão de relatórios, através do que se faz possível a disponibilização, aos órgãos do Sistema de Correição, de informações transacionais e gerenciais acerca das ações disciplinares em curso ou encerradas no âmbito da Administração.

### **Criação da Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores – CPAF**

Sob o firme propósito de punir com rigor as pessoas jurídicas que participam de fraudes contra a Administração Pública em procedimentos licitatórios, a CGU criou, em dezembro de 2007, a Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores (CPAF), vinculada diretamente à Corregedoria-Geral da União (CRG). Instituída com o fim de dar eficácia a dispositivos legais que prevêm severas punições administrativas para as empresas que praticam atos ilícitos com fins de frustrar os objetivos regentes das licitações, a CGU, até 2008, por meio da CPAF, declarou a inidoneidade de oito empresas, impedindo-as de licitar e contratar com a Administração Pública pelo período de dois anos.

Entre essas empresas estão algumas que alcançaram grande destaque na mídia em razão da direta participação em graves acontecimentos que abalaram a opinião pública nacional, como a Construtora GAUTAMA (um dos principais alvos das apurações na chamada “Operação Navalha”), as empresas do Grupo PLANAM (que capitanearam as fraudes conhecidas como “Máfia das Ambulâncias”, investigada na “CPI das

Sanguessugas”), e, mais recentemente, as empresas sob foco da “Operação Mão-de-Obra”, a exemplo da CONSERVO.

### Casos Emblemáticos

Valem ser citados como emblemáticos, em termos de apuração de responsabilidade e penalização de agentes públicos por meio de processo administrativo disciplinar, os casos decorrentes de operações especiais executadas pela Secretaria Federal de Controle Interno, referentes à “Operação Mão-de-Obra” (fraudes em licitações de obras públicas tendo a empresa “Conservo” como centro da organização criminosa); “Operação João-de-Barro” (fraudes em licitações de obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC); Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (denúncia de esquemas de fraudes na área de internação de mercadorias); “Operação Trânsito Livre” (apuração de responsabilidade de policiais rodoviários federais em suposto esquema de favorecimento ao contrabando em postos rodoviários na região da Tríplice Fronteira); “Operação Paralelo-251” (instauração de 19 Sindicâncias Patrimoniais para verificação da evolução patrimonial de Auditores Fiscais do Trabalho lotados na DRT-RJ); Universidade de Brasília (proposta de instauração de procedimentos disciplinares para apuração de denúncias de gestão irregular no CESPE e nas ações executadas por fundações de apoio ligadas à UNB); Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas – CEFET/AL (suposta gestão irregular); FUNASA (possíveis irregularidades, por exemplo, na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de multimídia – “TV FUNASA”, bem como na contratação de empresa de eventos); “Operação Fariseu” (denúncia de irregularidades na concessão de certificados de entidades de beneficência e assistência social – CEBAS); Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM (denúncia de irregularidades em contratos); Museu Paraense Emílio Goeldi (supostas irregularidades na utilização de recursos de suprimento de fundos por parte daquela instituição de pesquisa vinculada ao MCT); “Operação Nêmesis” (suposto esquema fraudulento relacionado à concessão de suprimento de fundos no Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Maranhão), entre tantos outros.

Por sua vez, a despeito das punições para alguns casos já arbitradas, prosseguem na CGU as investigações desencadeadas em anos anteriores, mediante instauração disciplinar ou por acompanhamento junto às Pastas respectivas, atinentes às Operações “Vampiro” e “Sanguessugas”, no âmbito do Ministério da Saúde; à “Operação Selo”, na ECT; e à “Operação Navalha”, alusivos a irregularidades detectadas na celebração de convênios e em processos licitatórios.

### EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA AÇÃO 2B15

Os recursos orçamentários/financeiros utilizados para as atividades de correição tiveram como fonte exclusiva o Orçamento Fiscal da União e foram executados conforme a tabela a seguir:

#### Metas e Resultados da Ação 2B15 - Correição no Poder Executivo Federal no exercício de 2008

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO / PREVISÃO (%)
<b>FINANCEIRA</b>	2.634.000,00	1.479.118,00	56,15
<b>FÍSICA</b>	1.400,000	2.150,000 *	153,57

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) em 10/02/2009

\*Em número de ação de correição realizada.

Observadas a finalidade e a descrição da ação 2B15, constantes do SIGPlan na tabela acima, em harmonia com o papel e as estratégias da CGU (itens 2.1 e 2.2 deste relatório), a atuação, no que tange à correição, foi subdividida nos seguintes grupos:

- “promoção, acompanhamento e diversificação de ações de correição”, relativo às atividades de instauração, recomendação, avocação e acompanhamento de sindicâncias administrativas e processos administrativos disciplinares;
- “melhoria das ferramentas de gestão do SisCor-PEF”, relativo às atividades de implementação de sistema informatizado para acompanhamento e controle dos processos administrativos instaurados ou a instaurar bem como para o registro das sanções aplicadas;
- “realização de eventos e cursos visando ao aperfeiçoamento das unidades de correição”, relativo às atividades de capacitação de servidores públicos federais em procedimentos disciplinares para compor comissões; revisão das atuais normas relativas a processo administrativo disciplinar; e orientação e normatização do exercício das funções disciplinares do Poder Executivo Federal.

Conforme se pode observar da tabela acima, a execução financeira em 2008 foi 43,85% menor do que a meta prevista. Tal execução reduzida se deu devido aos seguintes fatores:

- alargamento da fase de análise de viabilidade e melhoria dos procedimentos de negociação da contratação do serviço para o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) junto ao SERPRO;
- não realização de evento previsto para a área de correição (1º Encontro de Corregedorias Públicas) devido a diversas contingências ocorridas durante o ano;
- a racionalização nos processos de trabalho das comissões disciplinares e das equipes de inspeção propiciou a diminuição no gasto com diárias e passagens.

As atividades, suas previsões e execuções, por natureza, relativas à atuação da CGU no campo correicional em 2008, foram agrupadas conforme a tabela abaixo:

**Detalhamento das Despesas da Ação 2B15 - Correição no Poder Executivo Federal no exercício de 2008**

CÓDIGO	ATIVIDADE/NATUREZA	PREVISTO	EXECUTADO
<b>PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE CORREIÇÃO</b>			
<b>PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR</b>		<b>270.000,00</b>	<b>123.544,16</b>
339014	Diárias - Pessoal Civil	170.211,00	39.240,49
33903001	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	242,00	0,00
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	94.196,00	52.640,31
33903602	Diárias a Colaboradores Eventuais no País	4.214,00	0,00
339036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	30.900,64
339093	Indenizações e Restituições	1.137,00	762,72
<b>INSPECÃO</b>		<b>180.000,00</b>	<b>81.527,78</b>
339014	Diárias - Pessoal Civil	110.840,00	38.074,24
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	67.856,00	42.421,74
33903602	Diárias a Colaboradores Eventuais no País	1.112,00	0,00
339093	Indenizações e Restituições	192,00	1.031,80
<b>CURSO DE FORMACAO AFC</b>		<b>0,00</b>	<b>187.367,51</b>
339048	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	0,00	187.367,51
<b>EVENTOS E CURSOS VISANDO AO APERFEIÇOAMENTO DAS CORREGEDORIAS</b>			
<b>PLANO DE CAPACITACAO DE MEMBROS EM CPAD</b>		<b>710.000,00</b>	<b>451.996,87</b>
339014	Diárias - Pessoal Civil	88.637,00	59.591,71
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	103.033,00	71.399,28
33903602	Diárias a Colaboradores Eventuais no País	645,00	0,00
339030	Material de Consumo	236,00	0,00
339036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	210.064,00	112.058,00
339039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	20.545,00
339092	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	1.022,07
339139	Outros Serv.Terceiros - Pes.Jurid - Op.Intra - Orc.	254.838,00	133.748,44
339147	Obrig.Tribut.e Contrib - Op.Intra - Orçamentárias	52.547,00	22.407,60
339192	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	31.224,77
<b>ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR</b>		<b>308.219,00</b>	<b>253.979,78</b>
339036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	0,00	11.500,20
339139	Outros Serv.Terceiros - Pes.Jurid - Op.Intra-Orc.	308.219,00	240.179,54
339147	Obrig. Tribut.e Contrib - Op.Intra - Orçamentárias	0,00	2.300,04
<b>REUNIOES CONGRESSOS SEMINARIOS E AFINS</b>		<b>0,00</b>	<b>27.059,29</b>
339014	Diárias - Pessoal Civil	0,00	6.717,28
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	18.326,54
339036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	0,00	120,27
339039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa JURIDICA	0,00	1.540,00
339093	Indenizações e Restituições	0,00	355,20



CÓDIGO	ATIVIDADE/NATUREZA	PREVISTO	EXECUTADO
<b>REALIZACAO DE EVENTOS</b>		<b>165.781,00</b>	<b>0,00</b>
339014	Diárias - Pessoal Civil	1.976,00	0,00
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	15.728,00	0,00
33903602	Diárias a Colaboradores Eventuais nos Pais	4.519,00	0,00
339039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	143.558,00	0,00
<b>MELHORIA DA GESTÃO DO SISCOR-PEF</b>			
<b>CGUPAD</b>		<b>1.000.000,00</b>	<b>353.643,53</b>
339014	Diárias - Pessoal Civil	6.583,00	8.897,45
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	7.472,64
339036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	4.249,00	18.221,00
339039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	955.369,00	252.474,87
339139	Outros Serv.Terceiros-Pes.Jurid-Op.Intra-Orc.	25.916,00	62.132,37
339147	Obrig.Tribut.e Contrib-Op.Intra-Orcamentarias	850,00	4.445,20
339030	Material de Consumo	7.033,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>2.634.000,00</b>	<b>1.479.118,92</b>

Fonte: SIAFI.

Como se pode verificar, a execução de algumas atividades ocasionou a realização de despesas com diárias e passagens, conforme justificativas abaixo:

a) a atividade relativa à condução de procedimentos disciplinares por servidores da CGU para apuração de responsabilidade de servidores do Poder Executivo Federal, consumiu cerca de R\$ 90.000,00 (quase 75% do dispêndio com a atividade), pois:

- o órgão específico singular da CGU competente pelo exercício das atividades de órgão central do SisCor-PEF é a Corregedoria-Geral da União (CRG), que funciona exclusivamente no Distrito Federal e onde estão lotados os servidores especializados na realização e supervisão de ações de correição;
- a realização de certas diligências deve ser realizada no local de ocorrência do suposto ilícito administrativo (coleta de depoimentos, realização de interrogatórios e certas pesquisas documentais) que é, por muitas vezes, em outras unidades federativas que não o DF, impondo a necessidade do deslocamento de servidores da CGU/CRG;

b) a atividade relativa à realização de inspeções, consumiu cerca de R\$ 80.000,00 (quase 100% do dispêndio com a atividade), pois como procedimento relativo à supervisão in loco das diversas corregedorias que compõem o SisCor-PEF, localizadas nas mais diversas localidades pelo Brasil, fez-se necessário o deslocamento de servidores da CGU/CRG, como já dito, os únicos especializados para a realização da atividade;

c) a atividade relativa à capacitação de servidores para composição de comissões de PAD, consumiu cerca de R\$ 130.000,00 (quase 30% do dispêndio com a atividade), pois os treinamentos oferecidos diretamente aos servidores das diversas corregedorias componentes do SisCor-PEF são ministrados por especialistas em direito disciplinar, nem sempre residentes nas unidades federativas onde são realizados os cursos;

d) a atividade relativa à participação em eventos relativos ao direito disciplinar consumiu cerca de R\$ 25.000,00 (quase 95% do dispêndio com a atividade), pois a participação de servidores da CGU/CRG nos cursos, seminários e outros relativos à discussão e ao aprimoramento das ações de correição, muitas vezes são realizados fora do DF;

e) a atividade relativa ao desenvolvimento do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), consumiu cerca de R\$ 17.000,00 (quase 5% do dispêndio com a atividade), pois a implementação do sistema demandou a realização de treinamentos a usuários das diversas corregedorias componentes do SisCor-PEF ministrados por servidores da CGU/CRG.

Com relação à execução física da ação 2B15 - Correição no Poder Executivo Federal, os recursos humanos, não ignorados os demais, são os mais relevantes para a execução das atividades de correição desenvolvidas pela CGU, já que visam à prestação de serviços de natureza eminentemente intelectual.

Os recursos humanos alocados para as atividades de correição correspondem aos servidores lotados na Corregedoria-Geral da União (CRG), órgão específico singular componente da estrutura

organizacional da CGU. Tais servidores são aqueles ocupantes dos cargos efetivos de Analista de Finanças e Controle (AFC) e Técnico de Finanças e Controle (TFC), além demais ocupantes dos cargos em comissões. No início de 2008, a CGU contava com 130 (cento e trinta) servidores alocados para a execução de atividades de correição, tendo, no decorrer do ano, recebido 42 (quarenta e dois) AFC's, ingressantes por meio de concurso público, e perdido 9 (nove), que solicitaram vacância para ocupar outros cargos públicos.

No que se refere à execução física da ação 2B15 - *Correição no Poder Executivo Federal* em 2008 foi 53,57% maior do que a meta prevista. Tal execução ampliada se deveu aos seguintes fatores:

- adequação da estrutura organizacional e racionalização dos processos de trabalho;
- melhoria dos instrumentos de gestão (desenvolvimento de sistema de informação);
- ingresso de novos servidores (já mencionado).

O produto da ação 2B15, a “ação de correição realizada”, refere-se à soma das subatividades “investigações preliminares realizadas”, “Procedimentos disciplinares administrativos instaurados pela CGU”, “sindicâncias patrimoniais instauradas pela CGU”, “procedimentos disciplinares de órgãos componentes do SisCor-PEF supervisionados pela CGU”.

Apesar de não ser o resultado direto de algumas atividades e subatividades, o produto da ação 2B15 é considerado a melhor quantificação do atendimento à finalidade da CGU no campo correicional que é o “combater a impunidade mediante ação correicional, com vistas à responsabilização administrativa de agentes públicos”. Como visto, o produto quantifica, justamente, as ações correicionais mencionadas.

Desta forma, o resultado físico da ação 2B15 foi calculado conforme a tabela a seguir:

#### Quantificação do Resultado Físico da Ação 2B15 – Correição no Poder Executivo Federal, em 2008

SUBATIVIDADE	RESULTADO
Investigações preliminares realizadas	1.179
Procedimentos disciplinares administrativos instaurados pela CGU	47
Sindicâncias patrimoniais instauradas pela CGU	40
Procedimentos disciplinares de órgãos componentes do SisCor-PEF supervisionados pela CGU	884
<b>TOTAL</b>	<b>2.150</b>

Fonte: Corregedoria-Geral da União em 20/03/2009

Seguindo a lógica da execução financeira, as atividades e seus resultados, relativos à atuação da CGU no campo correicional em 2008, foram agrupados conforme a tabela abaixo:

#### Resultados Realizados por Grupo/Atividade/Natureza

CÓDIGO	ATIVIDADE/SUBATIVIDADE	RESULTADO
<b>PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE CORREIÇÃO</b>		
<b>CURSO DE FORMACAO AFC</b>		
	Curso de formação de Analista de Finanças e Controle (servidores capacitados)	42
<b>PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR</b>		
	Investigações preliminares realizadas	1179
	Procedimentos disciplinares administrativos instaurados pela CGU	47
	Sindicâncias patrimoniais instauradas pela CGU	40
	Sindicâncias instauradas pela CGU (exceto patrimoniais)	13
	Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores (apurações realizadas)	10
<b>INSPECÃO</b>		
	Procedimentos disciplinares de órgãos componentes do SisCor-PEF supervisionados pela CGU	884
	Punições administrativas disciplinares expulsivas aplicadas a servidores públicos dos órgãos e entidades da administração pública federal	347
	Punições administrativas disciplinares não expulsivas aplicadas a servidores públicos dos órgãos e entidades da administração pública federal	1174
	Inspeções correicionais “in loco” realizadas nos órgãos componentes do SisCor-PEF	50

CÓDIGO	ATIVIDADE/SUBATIVIDADE	RESULTADO
<b>EVENTOS E CURSOS VISANDO AO APERFEIÇOAMENTO DAS CORREGEDORIAS</b>		
<b>PLANO DE CAPACITACAO DE MEMBROS EM CPAD</b>		
	Servidores públicos capacitados para composição de comissões	1064
	Gestores públicos capacitados para atuação como autoridades instauradoras e julgadoras	56
	Servidores públicos capacitados para realização de análise patrimonial	39
	Respostas a questionamentos relativos ao direito disciplinar	119
<b>ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR</b>		
	Operadores do SisCor-PEF participantes da especialização	45
<b>REUNIOES CONGRESSOS SEMINARIOS E AFINS</b>		
	Participação de servidores da CGU em eventos e grupos para discussão de assuntos relativos à área correcional	-
	Compilação do conteúdo do I Seminário Nacional de Direito Administrativo Disciplinar	-
<b>MELHORIA DA GESTÃO DO SISCOR-PEF</b>		
<b>CGUPAD</b>		
	Contratação e desenvolvimento de melhorias no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares	-
	Servidores públicos capacitados para atuação como usuários cadastradores do CGU-PAD	430

Fonte: Corregedoria-Geral da União em 20/03/2009

### 2.3.3 AÇÃO 2B13 - AÇÕES DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL

#### Dados Gerais da Ação 2B13 - Ações de Prevenção à Corrupção e Transparência Governamental

<b>TIPO</b>	Atividade
<b>FINALIDADE</b>	Prevenir a corrupção, mediante a aplicação da transparência na gestão pública, o estímulo ao controle social, o fomento ao fortalecimento da gestão de recursos públicos federais e a adoção de normas e procedimentos que ampliem a eficiência da administração pública.
<b>DESCRIÇÃO</b>	Disseminação de informações à sociedade e agentes públicos, mediante a implementação de sistemas, eventos, elaboração e distribuição de manuais voltados ao controle social e à gestão de recursos públicos federais, capacitação de agentes públicos e elaboração de propostas de normas voltadas para o aperfeiçoamento do Estado brasileiro e das medidas de prevenção e combate à corrupção.
<b>UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS</b>	Controladoria-Geral da União.
<b>COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO</b>	Luís Carlos Domingues Pereira.
<b>UNIDADES EXECUTORAS</b>	Secretaria de Prevenção à Corrupção e Informações Estratégicas e Unidades Regionais da CGU.
<b>ÁREAS RESPONSÁVEIS PELO GERENCIAMENTO DA AÇÃO</b>	Secretaria de Prevenção à Corrupção e Informações Estratégicas.
<b>COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO</b>	Promover o incremento da transparência pública; fomentar a participação da sociedade civil na prevenção da corrupção; coordenar a elaboração e a implementação de programas e projetos voltados para o fortalecimento da gestão pública e do controle social; contribuir para a promoção da ética e o fortalecimento da integridade das instituições públicas; promover o aumento e a difusão dos conhecimentos em matéria de prevenção da corrupção e contribuir para a correta formulação e execução de políticas públicas sobre o tema.

## **PRINCIPAIS REALIZAÇÕES**

### **Ações Normativas**

Os estudos da Controladoria revelaram a necessidade de aperfeiçoamento do marco legal e normativo de sua área de atuação. Assim, a CGU iniciou a elaboração de anteprojeto de Lei que estabelece a responsabilidade civil e administrativa da pessoa jurídica pela prática de atos contra a Administração Pública; e ainda o projeto de lei que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas – Proteção ao denunciante de boa-fé.

### **Metodologia de Mapeamento de Riscos à Corrupção**

A Controladoria empenhou-se, no ano de 2008, no aprimoramento da metodologia de mapeamento de riscos à corrupção, que visa a identificar, de forma preventiva, vulnerabilidades nos processos de trabalho nas organizações da Administração Pública Federal.

### **Participação na ENCCLA**

A CGU divide, com o Ministério da Justiça, a organização da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. No ano de 2008, a Controladoria figurou como órgão responsável pela consecução de 3 metas, entre elas a de apresentar anteprojeto de norma para disciplinar a responsabilidade da pessoa jurídica também pela prática de atos ilícitos relacionados à lavagem de dinheiro, a ações de organização criminosa e os praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira e o sistema financeiro; elaborar anteprojeto de lei para a regulamentação da atividade de intermediação de interesses, em suas manifestações em todos os poderes; e viabilizar a criação de cadastro público unificado de pessoas sancionadas em última instância administrativa, relevantes para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Em 2008, foram desenvolvidas ações para implementação das citadas metas, dentre elas a realização, em parceria com a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e com a Casa Civil da Presidência da República, do “Seminário Internacional sobre Intermediação de Interesses: a Regulamentação do Lobby no Brasil”, que contou com a presença de representantes dos setores público e privado, bem como do Prof. Clive S. Thomas, professor de ciência política da Universidade do Alasca e uma das maiores autoridades internacionais sobre o tema de intermediação de interesses. O seminário buscou fixar subsídios teóricos para o futuro anteprojeto de regulamentação da atividade de intermediação de interesses a ser apresentado.

### **Promoção de Estudos e Pesquisas**

Com o objetivo de estimular o desenvolvimento de linhas de pesquisa e a criação de centros de estudos sobre corrupção, a Controladoria celebrou, no ano de 2008, quatro Acordos de Cooperação Técnica com Universidades, inclusive internacionais. Já são 22 Acordos firmados.

Também com o objetivo de incentivar a produção de estudos e pesquisas sobre corrupção, a CGU trabalhou, no ano de 2008, no aprimoramento da Biblioteca Virtual sobre Corrupção (BVC) e no incremento de seu acervo. A Biblioteca reúne, até o momento, mais de 1100 documentos, entre artigos, teses, notícias, eventos, apresentações e outros materiais relacionados ao tema corrupção.

Ainda com vistas a incentivar estudos sobre prevenção e combate à corrupção, a CGU realizou, no ano de 2008, a 3ª edição do Concurso de Monografias da CGU, que tem como tema a prevenção e o combate à corrupção no Brasil. Além disso, os trabalhos premiados no 2º Concurso de Monografias foram divulgados na publicação “Prevenção e Combate à Corrupção no Brasil” produzida pela CGU no ano de 2008.

A CGU publica, ademais, semestralmente, a Revista da CGU, uma publicação técnico-científica que visa divulgar trabalhos sobre temas relativos às atividades de auditoria, fiscalização, ouvidoria, correição e prevenção da corrupção, com o objetivo incentivar a análise e discussão de questões relacionadas à luta contra a corrupção. Em 2008 foram publicadas a 4ª e 5ª edições da Revista da CGU.

Em 2008, a CGU realizou em todos os Estados da Federação, em parceria com universidades e faculdades, seminários, oficinas e workshops com o intuito de promover o debate, no âmbito acadêmico, sobre a prevenção e o combate à corrupção no Brasil. Essas ações tiveram por objetivo despertar e fortalecer o interesse por essa temática no ambiente universitário, estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas e conscientizar alunos e professores sobre o seu papel, como cidadãos e acadêmicos, no controle da corrupção.

### **Articulação Internacional**

A CGU integrou, em 2008, no âmbito do Grupo de Trabalho sobre suborno de funcionários públicos estrangeiros da OCDE, o grupo de trabalho responsável pela avaliação da Argentina, e, no âmbito do Mecanismo para a Implementação da Convenção da Organização dos Estados Americanos contra a Corrupção, grupo que avaliou São Vicente e Granadinas quanto à implementação da referida Convenção.

Ainda quanto à Convenção da ONU, a CGU participou da Segunda e da Terceira Reuniões do Grupo de Trabalho Intergovernamental e de Composição Aberta para a Implementação da Convenção em Viena, Áustria. As reuniões ocorreram em setembro e dezembro de 2008 e tiveram por objetivo a discussão da estrutura a ser adotada pelo mecanismo de revisão e acompanhamento da implementação da Convenção da ONU pelos países.

A CGU coordenou o processo de avaliação do Brasil no âmbito da 2ª Rodada de Avaliação da Implementação da Convenção, sobre os temas de contratação de servidores públicos, contratação de obras e serviços, proteção a denunciantes de boa-fé e tipificação de atos de corrupção. A avaliação do Brasil mostrou-se positiva, sendo diversas iniciativas elogiadas pelos avaliadores.

No âmbito da Convenção da OCDE, a CGU apresentou em dezembro o relato oral sobre as medidas adotadas para atender às recomendações recebidas pelo país em 2007 na Segunda Fase de Avaliação do Mecanismo de Implementação da Convenção da OCDE.

A CGU representou o Brasil em importantes eventos de articulação e discussão de temas ligados à corrupção, alterando qualitativamente a presença e a imagem do nosso país nesses fóruns, em especial, a Segunda Reunião dos Estados Parte da Convenção da ONU Contra a Corrupção, realizada em Bali, na Indonésia, em janeiro de 2008. Na ocasião, o Portal da Transparência da CGU foi apresentado como uma das melhores iniciativas, em todo o mundo, na área da prevenção da corrupção.

### **Implementação das Convenções Internacionais contra a Corrupção**

A CGU é o órgão responsável pelo acompanhamento da implementação, no Brasil, das medidas previstas em cada um dos três Tratados Internacionais que o país ratificou nessa área: a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção da ONU), a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) e a Convenção Sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE).

Uma série de medidas foi adotada, em 2008, pela CGU, para divulgar os termos dessas Convenções, como a elaboração e distribuição de material informativo e desenvolvimento do hotsite da ONU (<http://www.cgu.gov.br/onu/index.asp>), e manutenção dos demais hotsites: (<http://www.cgu.gov.br/oea>; <http://www.cgu.gov.br/ocde>).

### **Programa Fortalecimento da Gestão Pública**

Este Programa, instituído em 2006, objetiva aprimorar a gestão dos recursos públicos pelos estados e municípios brasileiros, mediante a capacitação de agentes e o fornecimento de orientações e informações técnicas. O Programa nasceu da constatação de que, em muitos casos, as irregularidades encontradas nas fiscalizações por sorteio não decorriam de má-fé, mas sim de despreparo dos agentes públicos. Em função disso, o Programa compreende a realização de ações de educação presencial e a distância, de distribuição de acervos técnicos e de cooperação com os respectivos sistemas de controle interno.

Os eventos de capacitação presencial são realizados, prioritariamente, em municípios com população de até 50.000 habitantes selecionados por meio de sorteio público entre aqueles que se inscreveram previamente. O Programa conta com 1052 municípios inscritos e já foram realizados 7 sorteios, por meio dos quais já foram beneficiados 187 municípios, capacitados 2.135 agentes públicos municipais e distribuídos mais de 60 mil manuais com informações sobre programas federais. Além dos resultados da ação derivada dos sorteios, também foram desempenhadas atividades de apoio a instituição e a operacionalização de unidades controles internos de municípios e estados, por meio da qual foram beneficiados cerca de 434 municípios e 6 estados brasileiros, totalizando um número de 1.523 servidores capacitados somente com essa ação. Outros 8.117 servidores públicos de todo o país foram treinados em cursos de educação a distância.

### **Transparência da Administração**

A prioridade atribuída pelo atual governo ao incremento da transparência pode ser constatada pelos avanços verificados no Portal da Transparência ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)), que disponibiliza de

maneira direta ao cidadão informações acerca das transferências de recursos para Estados, Distrito Federal e Municípios, além de dados sobre as aplicações diretas dos Órgãos Federais e gastos dos cartões de pagamento do governo. Lançado em 2004, contendo inicialmente 80 milhões de registros, hoje, o Portal da Transparência abriga mais de 732 milhões de informações, envolvendo recursos federais superiores a R\$ 5,0 trilhões.

O Portal da Transparência oferece também um sistema de mala direta, de fácil cadastramento pelo cidadão, para que ele receba, via e-mail, informações referentes a liberações de recursos para o município cadastrado. O sistema conta, atualmente, com mais de 17.000 cidadãos cadastrados para o acompanhamento de convênios.

O Portal da Transparência, em 2008, foi o vencedor, na categoria - Prêmio da ONU “Finanças e Administração Pública”, da última edição do Prêmio CONIP de Excelência em Inovação na Gestão Pública e classificado, ainda, entre as dez iniciativas vencedoras do 12º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal.

Na comemoração do Dia Internacional contra a Corrupção de 2008, a CGU lançou a nova versão do Portal da Transparência visando facilitar ainda mais o acesso do cidadão às informações sobre a execução orçamentária dos programas e ações do Governo Federal. Foram realizadas mudanças no layout, inclusão de novas consultas e alterações na organização das informações disponibilizadas no sítio. Entre as novas consultas incluídas no Portal estão: Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Transferências de Recursos e Gastos Diretos do Governo com Entidades sem Fins Lucrativos; Cartões de Pagamento por Portador; Transferências para entidades no exterior. A nova configuração do Portal da Transparência também facilita a análise dos gastos realizados. Agora, os resultados das consultas, de modo geral, poderão ser salvos em planilhas, o que permite reagrupar os dados conforme o interesse do usuário para eventuais comparações. No total, há cerca de 39 mil planilhas à disposição do público.

O Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS), com cerca de mil registros entre empresas punidas pelos entes da federais estaduais, tem como objetivo consolidar a relação das empresas que sofreram sanções pelos órgãos e entidades da Administração Pública das diversas esferas federativas. Ao consolidar dados de várias fontes e traduzir a linguagem técnica para uma estrutura mais acessível, o CEIS aumenta a transparência sobre o assunto. Além disso, para preservar a fidedignidade das informações o CEIS traz a indicação da fonte, o que possibilita ao internauta aprofundar sua consulta caso deseje o contato direto com o órgão sancionador.

Além do Portal da Transparência, informações referentes à execução orçamentária, licitações, contratos, convênios, diárias e passagens de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal devem estar disponíveis nas Páginas de Transparência Pública, instituídas em 2006. Atualmente, 386 órgãos e entidades do Governo Federal já disponibilizam as Páginas de Transparência em seus sites na internet. Em 2008, as Páginas de Transparência passaram por um processo de reformulação de layout, para fornecer navegação mais acessível e novas formas de consultas, inclusive com opção de busca avançada, novos canais de “fale conosco”, além da criação de sua “home page” que disponibiliza, entre outras informações, a relação de todos os órgãos e entidades que possuem “Página de Transparência” e a origem dos dados apresentados.

## **Controle Social**

A fim de sensibilizar e orientar conselheiros municipais, lideranças comunitárias, agentes públicos, professores e alunos acerca da importância do exercício do controle social, de forma que o cidadão também atue para a melhor aplicação dos recursos públicos na sua comunidade, a Controladoria desenvolve um conjunto de ações, dentre as quais se destaca o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, que desde 2004 já realizou 117 encontros e beneficiou 924 municípios brasileiros. Nesses eventos, foram capacitados aproximadamente 23 mil cidadãos, tendo sido em 2008, realizados 26 eventos presenciais, atingindo 226 municípios brasileiros.

Além disso, promoveu cursos à distância, sobre cidadania e controle social, com o intuito de incentivar a participação no controle dos recursos públicos, que capacitaram e sensibilizaram 6.022 cidadãos e distribuiu mais de 1,6 milhão de exemplares da cartilha denominada “Olho Vivo no Dinheiro Público”, que contém orientações para a população em geral sobre a correta aplicação dos recursos públicos e informações sobre a corrupção e sobre as formas de denunciá-la e combatê-la.

A CGU, em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), participou da 27ª edição da Feira do Livro de Brasília. Na ocasião, as ações e a participação do Brasil em acordos internacionais para combate à corrupção foram divulgadas por meio de folders, cartilhas e publicações

da CGU. Também foi realizada uma oficina para o público da Feira, na qual foram discutidas as formas como a sociedade auxiliar no combate à corrupção.

### Promoção da ética e cidadania

Com o objetivo de promover a ética e a cidadania junto ao público infanto-juvenil numa mudança pela educação, em 2008 a CGU desenvolveu uma série de atividades para sensibilizar e conscientizar os estudantes sobre a importância do exercício da cidadania e da participação de todos na construção de uma sociedade mais ética e livre da corrupção.

Em abril de 2008, a CGU lançou seu site infantil, denominado “Criança Cidadã – Portalzinho da CGU”. O objetivo do site é mostrar às crianças a importância do exercício do controle social e de zelar por tudo o que é público, bem como de estimular nos pequenos, desde cedo, os valores da ética e da cidadania. O site contém jogos e histórias em quadrinhos para transmitir as mensagens de forma divertida para as crianças, além de um espaço dedicado aos professores, com orientações para trabalhar os temas do site em sala de aula.

A CGU também promoveu a 2ª edição do seu Concurso de Desenho e Redação entre alunos do ensino fundamental e médio, que, no ano de 2008, foi realizado em âmbito nacional e teve o lema da Campanha “O que você tem a ver com a corrupção?” como tema. A iniciativa pretende promover no ambiente escolar a reflexão e o debate sobre a prevenção e o combate à corrupção e despertar nos estudantes o interesse pelo controle social. Mais de 250 mil crianças de todos os Estados do Brasil apresentaram trabalhos na segunda edição do concurso.

Além disso, lançou o Projeto “Um por todos e todos por um! - Pela ética e cidadania”, desenvolvido em parceria com o Instituto Cultural Maurício de Sousa, que contará com o apoio da Turma da Mônica para fortalecer as ações que a CGU vem desenvolvendo para estimular o acesso do público infantil ao tema da cidadania, da prevenção à corrupção e ao exercício do controle Social.

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO 2B13

Os dados a seguir consubstanciam os registros constantes do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan:

#### Metas e Resultados da Ação 2B13 - Ações de Prevenção à Corrupção e Transparência Governamental no exercício de 2008

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO / PREVISÃO (%)
FINANCEIRA	5.399.754,00	5.175.349,00	95,84
FÍSICA	279,00	398,090 *	142,68

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) em 10.2.09

\*Em número de ação de prevenção realizada

#### Detalhamento das Despesas da Ação 2B13 - Ações de Prevenção à Corrupção e Transparência Governamental

NATUREZA DA DESPESA		DESPESAS EXECUTADAS	%
339048	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	35.443,67	0,68
335039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	103.150,00	1,99
338039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.900.000,00	36,71
338041	Contribuições	120.000,00	2,32
339014	Diárias - Pessoal Civil	273.417,64	5,28
339030	Material de Consumo	355.718,00	6,87
339031	Premiações Cult., Art., Cient., Desp. e Outros.	45.639,60	0,88
339032	Material de Distribuição Gratuita	29.270,00	0,57
339033	Passagens e Despesas Com Locomoção	167.336,53	3,23
339036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	63.982,27	1,24
<b>TOTAL</b>		<b>5.175.346,94</b>	<b>100</b>

Fonte: SIAFI Gerencial em 06.02.09

As ações relativas ao controle social e promoção da ética e cidadania, fundamentalmente ações de educação, conscientização e sensibilização quanto à participação da sociedade civil no processo de prevenção e combate à corrupção, representaram 14,20% dos recursos totais consumidos. As ações de capacitação relativas

ao fortalecimento da gestão pública visando ao aprimoramento da gestão dos recursos públicos consumiram 2,52% da execução orçamentária. As ações de transparência na administração pública federal representaram 25,45% dos recursos. Os recursos destinados à parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) representaram 39,03% da execução orçamentária. A articulação internacional e a implementação das convenções internacionais contra a corrupção consumiram 6,45% dos recursos. Já as ações de implementação das metas da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro) envolveram 1,93% dos recursos. O montante restante, correspondente a 11,48% da execução orçamentária foi alocado às demais iniciativas de prevenção à corrupção e transparência, bem como em despesas de aquisição de software para análise de informações estratégicas, através do cruzamento de grandes volumes de dados, para auxílio às atividades de correição e controle.

Os recursos alocados para passagens, despesas de locomoção e diárias foram dispendidos essencialmente para as ações de educação e capacitação realizadas no âmbito dos projetos e atividades de controle social, promoção da ética e cidadania e fortalecimento da gestão pública. Além destas, as ações relativas à articulação internacional e à implementação de convenções internacionais contra corrupção também demandaram passagens e diárias.

É importante ressaltar que a maior parte ações de prevenção e combate à corrupção foram realizadas por meio da parceria com o UNODC, visto que tal organismo apresenta notória proficiência na área de combate à corrupção, tendo, inclusive coordenado o processo de formulação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Corrupção. A parceria visa a complementar outras iniciativas da CGU nesta área, pela assimilação de experiências bem sucedidas em outros países, assim como pela absorção de novas técnicas e tecnologias destinadas à consolidação do sistema de integridade do Estado brasileiro, e ao deslinde de denúncias de irregularidades no uso de recursos federais, que são aspectos relevantes e imprescindíveis para o fortalecimento da instituição.

#### 2.3.4 AÇÃO 4998- GESTÃO DO SISTEMA FEDERAL DE OUVIDORIAS

##### Dados Gerais da Ação 4998 - Gestão do Sistema Federal de Ouvidorias no exercício de 2008

<b>TIPO</b>	Atividade
<b>FINALIDADE</b>	Organizar, harmonizar e integrar as ações das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal.
<b>DESCRIÇÃO</b>	Organização do sistema de ouvidoria no âmbito do Poder Executivo Federal, sob a coordenação técnica da CGU, e fomento ao aprimoramento de suas atividades como forma de facilitar e estreitar a relação com o cidadão e com as instituições públicas do país.
<b>UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS</b>	Controladoria-Geral da União.
<b>COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO</b>	Antonia Eliana Pinto.
<b>UNIDADES EXECUTORAS</b>	Ouvidoria-Geral da União.
<b>ÁREAS RESPONSÁVEIS PELO GERENCIAMENTO DA AÇÃO</b>	Ouvidoria-Geral da União.
<b>COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO</b>	Orientar a atuação das demais unidades de ouvidoria dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; examinar manifestações referentes à prestação de serviços públicos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; contribuir com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos.

#### PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), vem alinhando sua estrutura e direcionando esforços no sentido de cumprir sua missão institucional de responsável pela formulação política de ouvidoria e gestão técnica do segmento de ouvidoria do Poder Executivo Federal.

Com esse propósito, em 2008 foi realizado o 1º Seminário Brasileiro de Ouvidorias Públicas, com o tema Democracia Participativa, congregando representantes de ouvidorias de todo o país e convidados internacionais. Essa iniciativa, combinada com a interação afirmativa de estímulo à expansão do segmento de ouvidoria junto aos dirigentes dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, tem permitido a consolidação



e fortalecimento desse segmento. Em 2008, foram criadas, com a supervisão técnica da CGU, onze novas unidades de ouvidoria, chegando a um total de 149 unidades em operação no Poder Executivo Federal, responsáveis pelo atendimento de 2 milhões de manifestações.

Na seqüência de prática iniciada em 2006, a OGU ofereceu em 2008 cursos gratuitos de aperfeiçoamento para ouvidores e servidores de unidades de ouvidoria em oito capitais do país, alcançando a participação de mais de 1.000 ouvidores e servidores de unidades de ouvidoria.

No plano internacional, desde 2004, a OGU intensifica os contatos com instituições similares em outros países como França, Canadá, China, Cuba, Polônia, Itália e países lusófonos com o objetivo estreitar relações, aperfeiçoar a ouvidoria no Brasil e obter o reconhecimento perante seus congêneres de outros países. Nesse sentido, foi realizado, em 2008, o 1º Colóquio Brasil-Canadá Ouvidorias/Ombudsman, em Manaus, com a finalidade de estreitar relações entre os dois países sobre esse tema. O 1º Seminário Brasileiro de Ouvidorias Públicas contou com a presença, pela primeira vez no Brasil, de provedores de justiça/ombudsman de seis países lusófonos (Portugal, Timor Leste, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe e Macau).

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO 4998

Os dados a seguir consubstanciam os registros constantes do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan e o detalhamento das despesas citadas acima:

#### Metas e Resultados da Ação 4998 - Gestão do Sistema Federal de Ouvidorias no exercício de 2008

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO / PREVISÃO(%)
FINANCEIRA	350.000,00	321.840,00	91,95
FÍSICA	17,000	15,000*	88,24

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) em 10.02.2009

\* Eventos realizados

#### Detalhamento das Despesas da Ação 4998 - Gestão do Sistema Federal de Ouvidorias

NATUREZA DA DESPESA		DESPESAS EXECUTADAS	%
339014	Diárias - Pessoal Civil	40.556,12	12,60
339030	Material de Consumo	1.002,40	0,31
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	123.180,16	38,27
339036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	36.720,46	11,41
339039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	43.106,07	13,39
339139	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - Op.Intra-Orc.	72.363,86	22,48
339147	Obr..Tribut.e Contrib - Op.Intra-Orçamentárias	4.910,00	1,53
<b>TOTAL</b>		<b>321.839,07</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI Gerencial em 06.02.09

No que toca a execução da *Ação 4998- Gestão do Sistema Federal de Ouvidorias*, não obstante a realização de quinze (15) do total de dezessete (17) eventos programados para o exercício de 2008, não se relata perda significativa de qualidade nos resultados obtidos no período, em razão da realização dos principais eventos planejados, quais sejam: 1) o 1º Colóquio Brasil/Canadá; 2) o 1º Seminário Brasileiro de Ouvidorias Públicas: Democracia Participativa; 3) Cursos de Aperfeiçoamento em Ouvidoria Pública em oito (8) capitais do país. Os eventos restantes, também relevantes, tinham por objetivo reforçar a atividade permanente realizada por esta Ouvidoria de coordenação e orientação específica do segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal mediante a mobilização conjunta (de todo o segmento) ou por áreas especializadas (ex: saúde, educação, energia, etc).

Por envolverem eventos de porte variado (grande, médio e pequeno) e em diferentes localidades do país, a alocação de recursos para o custeio da meta também variou em função desses parâmetros.

Pela natureza da meta programada, a exigir, em grande parte da execução da atividade, o deslocamento de colaboradores e servidores, a natureza de despesa que demandou mais recurso foram o pagamento de passagens (38,27%) e de diárias (12,60%) de palestrantes, instrutores, e servidores da Ouvidoria-Geral da União. Nessas rubricas também se inserem as atividades de palestras da Ouvidora em eventos nacionais

e internacionais, com o objetivo de divulgar as ações de Ouvidoria Pública, e agendas com autoridades do Poder Executivo Federal visando a sensibilização pela criação e aprimoramento do serviço de ouvidoria nessas instituições.

A realização dos cursos de capacitação ocorreu mediante o apoio da Escola Fazendária (ESAF/MF), em parceria com a CGU, responsável pelo fornecimento dos recursos logísticos para a realização dos cursos nas oito capitais do país, rubrica Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica -Op.Intra-Orc. correspondendo a 22,48 % do orçamento executado.

A realização de reuniões técnicas com os Ouvidores do Poder Executivo Federal e do 1º Seminário Brasileiro de Ouvidoria Pública envolveu a contratação de serviços logísticos (pessoa jurídica e física), cujo custeio recaiu nas rubricas Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica (13,39 %) e Outros Serviços de Terceiros-Física (11,41 %).

### 2.3.5 AÇÃO 2272 – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

#### Dados Gerais da Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

<b>TIPO</b>	Atividade
<b>FINALIDADE</b>	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
<b>DESCRIÇÃO</b>	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção não vinculadas a atividades finalísticas da CGU; sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos e produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
<b>UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS</b>	Controladoria-Geral da União.
<b>COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO</b>	Giovanni Cândido Dematte
<b>UNIDADES EXECUTORAS</b>	Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento; Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Coordenação-Geral de Recursos Humanos.
<b>ÁREAS RESPONSÁVEIS PELO GERENCIAMENTO DA AÇÃO</b>	Diretoria de Gestão Interna.
<b>COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO</b>	Planejar e coordenar a execução das atividades de gestão dos recursos humanos e materiais, de logística, e de orçamento e finanças da CGU; promover a elaboração, consolidação e acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos planos e programas da CGU; organizar e fornecer os elementos necessários ao processo de contas anual da CGU.

#### PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Locação e Mobiliários – SBN: Foram gastos aproximadamente R\$ 980.000,00 com locação de Edifício no SBN, inclusive aquisição de mobiliário, reforma e adaptação do espaço físico, para instalação de 200 servidores da Corregedoria-Geral da União em espaço condizente com a atividade realizada, desafogando o edifício-sede CGU.
- Mobiliário e Equipamentos: Foram gastos aproximadamente R\$ 502.000,00 com aquisição de cadeiras e demais mobiliários, central telefônica e aparelhos diversos (tais como trenas eletrônicas, trituradores de papéis e GPS) para atender ao aumento de demandas no edifício da Sede da CGU/DF, bem como nas atividades de fiscalização.
- Berçário: Foram disponibilizados recursos da ordem de R\$ 100mil para a implantação do berçário para atender ao Programa de Apoio à Mãe Lactante instituído pela Portaria 367, de 07/03/2008, do Ministro de Estado do Controle e da Transparência, em continuidade neste exercício de 2009.
- Modernização de elevadores: Para modernização de cinco elevadores do Edifício Sede da CGU/DF, foram despendidos R\$ 1.027.586,00, a fim de reduzir custos de manutenção e melhorar a segurança e qualidade desse serviço.

- Aquisição de veículos: O valor de R\$ 923.779,00 foi utilizado para aquisição de veículos, especialmente para as unidades regionais e sede da CGU, objetivando a renovação da frota em alguns casos, e ainda redução de gastos com terceirização.
- Aquisição de equipamentos de informática: Aproximadamente R\$ 904.000,00 foram despendidos para aquisição de equipamentos de processamento de dados, *wireless*, dispositivos e acessórios para microcomputador, *storage*, *rack*, *no-breaks*, estações de trabalho e materiais para microcomputadores, sobretudo equipamentos para implantação do Observatório de Despesa Pública (OBD).

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO 2272

#### Metas da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa no exercício de 2008

META FINANCEIRA	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
PESSOAL*	330.210.741,00	329.748.820,69	99,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.164.735,00	26.761.496,42	91,76
INVESTIMENTO	4.724.500,00	3.569.512,82	75,55
TOTAL (R\$)	364.099.976,00	360.079.829,93	98,90
META FÍSICA	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

\*Os valores das despesas de pessoal não demonstram os gastos com encargos patronais (PSSS), contabilizados em ação própria.

Conforme demonstrativo acima, o percentual de execução das despesas da ação em 2008 sobre a dotação correspondeu a 98,90%. Apesar de representar um bom desempenho como um todo, por tratar-se de um dado médio fortemente sensibilizado pela alta execução da rubrica de pessoal, vê-se camuflada as dificuldades na seara de investimento (75% de execução), bem como as despesas de custeio, onde vários projetos foram interrompidos pelas incertezas no cronograma da liberação do limite orçamentário, conforme demonstrado no item 2.2 desta peça.

#### Detalhamento das Despesas da Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

NATUREZA DA DESPESA		DESPESAS EXECUTADAS
319008	Outros benefícios assistenciais	94.047,16
319011	Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	323.874.382,74
319012	Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Militar	19.856,33
319016	Outras despesas variáveis - Pessoal Civil	627.981,65
319091	Sentenças judiciais	1.598.887,59
319092	Despesas de exercícios anteriores	601.214,07
319096	Ressarcimento de desp. de pessoal requisitado	2.522.699,40
319113	Obrigações patronais – op. intra-orçamentárias	409.751,75
335039	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	53.430,00
339014	Diárias - pessoal civil	91.246,73
339030	Material de consumo	1.003.519,60
339033	Passagens e despesas com locomoção	211.472,48
339036	Outros serviços de terceiros - pessoa física	1.090.774,14
339037	Locação de mão-de-obra	6.106.901,17
339039	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	16.476.261,41
339047	Obrigações tributárias e contributivas	11.227,55
339048	Outros auxílios financeiros a pessoa física	465.568,27
339092	Despesas de exercícios anteriores	79.384,02
339093	Indenizações e restituições	820.118,05
339139	Outros serv.terceiros - pes.jurid-op.intra-orçamentárias.	218.633,16
339147	Obrig. tribut.e contrib - op.intra-orçamentárias	129.652,40
339192	Despesas de exercícios anteriores	3.307,44
449052	Equipamentos e material permanente	3.569.512,82
<b>TOTAL:</b>		<b>360.079.829,93</b>

Fonte: SIAFI Gerencial em 03.03.2009

### 2.3.6 AÇÃO 4572 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

#### Dados Gerais da Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação

<b>TIPO</b>	Atividade
<b>FINALIDADE</b>	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
<b>DESCRIÇÃO</b>	Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.
<b>UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES ESTRATÉGICAS</b>	Controladoria-Geral da União.
<b>COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO</b>	Simeir Susã Spada.
<b>UNIDADES EXECUTORAS</b>	Coordenação-Geral de Recursos Humanos.
<b>ÁREAS RESPONSÁVEIS PELO GERENCIAMENTO</b>	Diretoria de Gestão Interna.
<b>COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO</b>	Desenvolver e operacionalizar os projetos de capacitação, em conjunto com as unidades organizacionais.

#### PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

No que se refere à capacitação de servidores, destaca-se a realização de 126 eventos de capacitação, entre treinamentos de curta duração, seminários, fóruns, palestras, congressos e cursos de pós-graduação, com um total de 1.383 participações de servidores.

Cabe salientar, em relação aos dados referentes ao quantitativo de servidores capacitados, que, em decorrência da forma de apuração para efeito de lançamento no SIGPlan, foram consideradas as capacitações realizadas mensalmente para registro nesse Sistema. Sendo assim, no caso dos cursos de idiomas que têm duração semestral, o número de servidores capacitados foi incluído no quantitativo realizado em cada mês, resultando em uma diferença em relação aos dados gerados pelo Sistema de Capacitação da CGU, que considerou o quantitativo de capacitados em função da conclusão dos cursos com aproveitamento.

Quanto à política de capacitação dos servidores da CGU, foi publicada a Portaria nº 527, de 11 de abril de 2008, do Ministro de Estado do Controle e da Transparência, que revogou a Portaria nº 671, de 13 de setembro de 2006. Foram estabelecidos como objetivos dessa política a valorização do servidor, por meio de sua permanente capacitação e adequação aos novos perfis profissionais requeridos no setor público, a fim de promover a melhoria da eficiência, da eficácia e da qualidade dos serviços prestados pela CGU, e a otimização dos investimentos com capacitação.

Nesse sentido, de grande relevância para a consecução desses objetivos foi a inauguração da política de incentivo à participação dos servidores em cursos de pós-graduação, por meio da Portaria nº 839, de 18 de junho de 2008, do Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União. Nesse normativo foram estabelecidos os critérios complementares para participação em cursos dessa natureza para o 2º semestre de 2008 e 1º de 2009, com a definição de critérios para a concessão de bolsas de estudo; de um rol de temas de interesse da CGU para produção de monografias, dissertações e teses; do número máximo de afastamentos do trabalho para cursos *stricto sensu* e de dois períodos anuais para apresentação de pleitos pelos servidores.

Em consonância com a estratégia de expansão da articulação internacional da CGU, constante do Plano de Integridade Institucional, cabe também citar a continuidade da política de incentivo ao estudo de idiomas estrangeiros, conforme Portaria nº 229, de 11 de fevereiro de 2008, que regulamentou a concessão de bolsa de estudo de língua estrangeira aos servidores ativos da CGU, no exercício de 2008, com o quantitativo de 180 vagas, sendo 125 vagas para o Órgão Central e 55 para as Unidades Regionais.

Com relação à execução financeira do orçamento da ação, cabe ressaltar que o percentual não foi atingido em sua totalidade devido, principalmente, a fatos supervenientes que dificultaram a realização dos cursos de pós-graduação da forma planejada. Assim, do total de recursos da ação, foi reservado o percentual de 20% para investimento em cursos de especialização, mestrado e doutorado, de forma que os servidores interessados puderam apresentar seus pleitos, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Portaria nº 839/2008.

Após autorização de concessão de vinte bolsas de estudo, um total de dez servidores não puderam efetivar suas participações em função do cancelamento dos cursos pelas instituições de ensino. Além disso, dentre aqueles que efetivamente ingressaram nos cursos, a maioria optou pelo parcelamento dos valores, sendo ressarcidos da mesma forma pela CGU mensalmente, com impacto apenas parcial no orçamento de 2008.

Outra importante atividade no exercício de 2008, refere-se à realização do concurso público para os cargos de Analista (220) e Técnico (180) de Finanças e Controle, cujas provas objetivas da 1ª etapa foram realizadas em março/2008. Destaca-se a realização de três cursos de formação, que constituem a 2ª etapa do certame, em parceria com a Escola de Administração Fazendária (ESAF), sendo dois para TFC, cuja convocação se realizou em dois momentos, com 92 candidatos no 1º Grupo e 93 no 2º Grupo – neste caso acrescentadas as vagas referentes às vacâncias e exonerações ocorridas até então, e um para AFC, cujos candidatos foram convocados na totalidade das vagas abertas, permitindo cumprimento pleno da intenção de aproveitamento total das vagas aprovadas pelo MPOG.

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO 4572

Para o exercício de 2008 a Lei Orçamentária Anual - LOA autorizou gastos nessa ação da ordem de R\$ 1.000.000,00. Da mesma forma, o quantitativo físico de servidores que seriam beneficiados por essa ação estava previsto em 1.540/ano. Esses valores podem ser visualizados no demonstrativo a seguir:

#### Metas da Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO / PREVISÃO (%)
FINANCEIRA	1.000.000,00	788.271,81	78,83
FÍSICA	1540	2658*	172,60

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) em 06/03/2009

\* servidores capacitados.

#### Detalhamento das Despesas da Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação

NATUREZA DA DESPESA		DESPESAS EXECUTADAS	%
338041	Contribuições	83.212,50	10,56
339014	Diárias – Pessoal Civil	65.681,06	8,33
339018	Auxílio Financeiro a Estudantes	47.721,00	6,05
339030	Material de Consumo	112,74	0,01
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	100.457,74	12,74
339036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	65.889,00	8,36
339039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	184.239,19	23,37
339092	Despesas de Exercícios Anteriores	9.200,00	1,17
339093	Indenizações e Restituições	189.262,04	24,01
339139	Outros Serv. Terceiros-Pes.Jurid-P.Intra-Orç.	30.119,74	3,82
339147	Obrig.Tribut. e Contrib-Op.Intra-Orçamentárias	12.376,80	1,57
<b>TOTAL</b>		<b>788.271,81</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI Gerencial em 09.03.2009

### OUTRAS AÇÕES DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PROGRAMA 1173

Na seqüência, serão tratados os resultados das ações advindas da Diretoria de Gestão Interna (DGI), da Diretoria de Sistemas de Informação (DSI) e da Assessoria Especial de Gestão de Projetos (AESP), as quais integram a estrutura da Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União. As ações desenvolvidas por essas unidades, além de íntima ligação com a ação 2272 - *Gestão e Administração do Programa*, também interagem e dão suporte à concretização dos objetivos das demais ações finalísticas do *Programa 1173 - Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção*.

## DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA – DGI

A atuação da Diretoria de Gestão Interna (DGI) em 2008, esteve focada em quatro principais linhas de atuação: melhoria da capacidade operacional das Unidades de Fiscalização e Prevenção à Corrupção nas Unidades Regionais; reformas estruturais das Unidades Regionais/CGU; definição do novo prédio da Sede/CGU, em Brasília, acompanhada da revitalização e melhoria das instalações físicas do atual Edifício-Sede; definição de valores e forma de investimento em capacitação *lato e stricto sensu*, bem como a realização de concurso para a carreira de Finanças e Controle, com aproveitamento total das vagas aprovadas pelo MPOG.

No tocante às ações administrativas nas Regionais, dando continuidade ao processo de melhor estruturação das CGU nos Estados, foram realizadas diversas reformas e readequações, principalmente naquelas unidades nos edifícios do Ministério da Fazenda, destacando-se as sedes de Pernambuco, Paraíba, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Pará (aprovação de investimento no projeto arquitetônico da nova Sede). Em que pese os esforços despendidos e da necessidade premente de reformas e adaptações nas regionais do Rio de Janeiro e Amazonas, que tinham uma expectativa de execução de obra da ordem de R\$ 400 mil para cada uma, não foi possível para a GRA concluir o processo licitatório tempestivamente.

Ressalve-se aqui a mudança da CGUAM do prédio da GRA/AM para o da SUFRAMA, inclusive decorrente de imposição judicial por problemas estruturais na edificação da Fazenda, que ficou frustrada pela dificuldade trazida à baila já no final do exercício pela Gerência Administrativa do MF em concluir as licitações de bens permanentes e serviços elétricos, lógicos e colocação de divisórias.

Além disso, para a melhoria operacional das nossas Unidades Regionais na seara da fiscalização e prevenção, foram consolidadas as demandas e atendidos os principais pleitos de aquisição de material permanente pelos Estados. O foco principal desta feita foi a aquisição de fragmentadoras de papel(34), GPS(51), trena eletrônica(56) e veículos (9-FORD 4X4 e 4-Fiat Siena), além da doação de máquinas digitais pela Receita Federal, num repasse total de 26 equipamentos para todo o país, em especial Região Norte e Nordeste, no exercício de 2008, e em fase de finalização das demais 51 já no primeiro trimestre de 2009, tudo sem ônus para a CGU.

Por fim, ainda nas Regionais nos Estados, finalizamos a implantação e treinamento do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens em todas as Regionais, de forma que, ao final do exercício, todas as unidades da CGU já estavam com o sistema implantado.

Quanto ao Órgão Central, a prioridade no primeiro semestre foi a locação e preparação de um imóvel para abrigar a Unidade da CGU, em virtude da falta de espaço no Edifício Darcy Ribeiro (sede), agravada inclusive por conta da nomeação de novos servidores. Definido o critério de proximidade ao edifício sede da CGU como pré-requisito, após pesquisa virtual em mais de mil imóveis na região central de Brasília, foi definido andar de 2.400 m<sup>2</sup> no Setor Bancário Norte, cujo preparo demandou carga total de atuação da área de logística, especialmente no 2º semestre, para a licitação de bens permanentes e serviços no valor aproximado de R\$ 1 milhão, cujo principal enfoque era instalar adequadamente a área que viesse ser definida como futura ocupante do espaço.

Ainda considerando as instalações do Órgão Central da CGU, a questão da definição de área para construção de sua nova sede, que era meta da CGU no exercício anterior, inclusive inserida no PPA 2008/2011, sofreu alteração de estratégia pela SPU/MP e GRPU/DF. Assim, não seriam mais encaminhados recursos para a construção de imóvel, mas sim promover a permuta de terrenos vazios de propriedade da União por imóveis já construídos pela iniciativa privada, evitando, assim, o desgaste de gestão com construção de edificação para órgão do Governo Federal.

Até o final do exercício a CGU aguardava sinalização formal da GRPU/DF quanto ao novo prédio, numa atuação que envolvia conjuntamente AGU e EBC, com área mínima total de 20mil m<sup>2</sup>, de modo a viabilizar a reunião novamente de todas as Unidades da CGU.

Não obstante a definição da nova Sede, trabalha-se ainda para a melhoria estrutural do atual edifício-sede/CGU, em Brasília, tendo encerrado o projeto de prevenção contra incêndio e a reforma dos elevadores, alvo de muitos problemas no exercício de 2008. Assim, no primeiro caso, as instalações dos detectores de fumaça e sinalização de extintores e fuga estará pronto em março/2009, para fins de licitação; e a reforma dos elevadores já em curso, com prazo de finalização previsto para maio/2009.

Outra prioridade no Órgão Central, em Brasília, foi a instalação do berçário para filhos de servidoras(es) da CGU, que envolveu obras de readequação do espaço para ele reservado, aquisição de todo o material necessário para o seu pleno funcionamento e contratação de pessoal especializado para o serviço. Não obstante o recebimento por cessão, de profissional da área de nutrição (com responsabilidade de coordenação do

berçário), a contratação das cuidadoras, da pedagoga e do pessoal especializado para o preparo de alimentos acabou prejudicada por conta de revés na licitação de terceirização, o que impediu a inauguração do berçário conforme previsto para o início do segundo semestre/2008. Outro projeto que acabou prejudicado por conta dos problemas com essa licitação foi o de início da organização do acervo documental da CGU. A licitação está marcada para acontecer dia 31 de março próximo, com o que esperamos efetivar o projeto definitivamente.

Na área de Recursos Humanos, as ações da CGU se voltaram quase que totalmente para o fortalecimento do processo de capacitação e para a realização do concurso público para os cargos de Analista e Técnico de Finanças e Controle (ação já detalhada no item 2.3.6 deste relatório). Além disso, priorizou a finalização da transferência da folha de pagamento dos servidores do Ministério da Fazenda para o órgão CGU no SIAPE, etapa importante do processo de consolidação da CGRH, que hoje operacionaliza 3.368 pessoas, sendo 1.962 do Órgão 20125 - Controladoria-Geral da União e 1406 do Órgão 20101 - Presidência da República.

Dentre outros projetos executados pela DGI no exercício de 2008, na área de pessoal e gestão documental, focado na seara tecnológica e na economia de papel, foi a implantação de sistemas administrativos, com o objetivo de automatizar, facilitar e dar mais transparência à execução de processos administrativos do dia-a-dia da CGU. Destaque-se o módulo de gestão de férias (solicitação / alteração), que em 2008 passou pelo processo de modelagem de negócios e cuja primeira versão está sendo implantada neste início de 2009, e o projeto de trâmite eletrônico, que eliminou os recebimentos de documentos/processos em papel, passando-se a tramitá-los e recebê-los exclusivamente via sistema.

Para 2009, estão previstos projetos de sistemas para controle das nomeações e exonerações de cargos comissionados e das solicitações de créditos pelas Unidades Regionais, bem como a gestão de documentos cuja entrada na CGU tenha se dado eletronicamente e com sua manutenção na forma eletrônica (o chamado Projeto de NUP ELETRÔNICO).

No exercício de 2008, as Coordenações-Gerais da DGI procuraram manter acompanhamento de indicadores vinculados às ações executadas, com um enfoque pormenorizado sob a ótica da eficiência administrativa na gestão da coisa pública.

#### COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DE SECRETARIA - CGSS

Em relação à mensuração da qualidade dos trabalhos desenvolvidos na Coordenação-Geral de Serviços de Secretaria, pôde-se alcançar uma média de acurácia anual no Cadastro de Documentos de 85%, com base em indicador de desempenho estabelecido em 2007, tendo como critérios de análise a representatividade, a seletividade, a clareza, a consistência, a atualidade e a viabilidade. Os resultados podem ser observados na tabela abaixo e o demonstrativo da metodologia de cálculo encontra-se logo em seguida.

DEMONSTRATIVO DO ÍNDICE DE DESEMPENHO DA CGSS - 2008		
MESES	ACERTOS (EM %)	ERROS (EM %)
Janeiro	89,49	10,51
Fevereiro	88,78	11,22
Março	81,83	18,17
Abril	84,23	15,77
Mai	78,29	21,71
Junho	82,02	17,98
Julho	85,62	14,38
Agosto	87,16	12,84
Setembro	84,21	15,79
Outubro	80,78	19,22
Novembro	85,90	14,10
Dezembro	91,94	8,06
<b>MÉDIA ANUAL</b>	<b>85,02</b>	<b>14,98</b>

QUADRO EXPLICATIVO DO INDICADOR DE DESEMPENHO							
TÍTULO	OBJETIVO	FÓRMULA	ORIGEM DOS DADOS	FREQÜÊNCIA DE AFERIÇÃO	META	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	JUSTIFICATIVA
Cadastro de Documentos e Processos	O indicador deverá medir a assertividade no cadastramento	$I_{QC(NEP)} = \frac{\text{Cad. Dev./Tt. Cad.}}{\text{Cad. Dev. = Cadastros Devolvidos}} * 100$ $I_{QC(NEP)} = \text{Idicador de Qualidade do Cadastro encaminhado ao NEP}$ $\text{Cad. Dev. = Cadastros Devolvidos}$ $\text{Tt. Cad. = Total de Cadastros}$	CGU-Prod e Controle Interno do NEP	Quinzenal	15 (85% de assertividade)	Representatividade	Refere-se a maior parte da documentação que é cadastrada na CGSS
						Seletividade	Servirá para aferição do desempenho dos servidores
						Clareza	Direto e objetivo
						Consistência	Reflete a realidade
						Atualidade	Por ser quinzenal, permite ajustes contínuos visando melhoria.
Viabilidade	Baixo custo de implementação						

Além disso, a CGSS tem mantido uma linha crescente no desempenho de suas atividades, concomitante ao crescimento da demanda de necessidades em relação à Gestão Documental da CGU, tendo executado em 2008 cerca de 280.000 ações, o que reporta a uma média de desempenho de 23.300 atividades em documentos/mês, como é evidenciado na tabela a seguir:

RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE ANO		
ATIVIDADE	TOTAL (2007)	TOTAL (2008)
Anexar	4.145	1.853
Apensar	775	509
Arquivar	43.423	43.443
Associar	1.414	3.674
Autuar	7.684	8.100
Cadastrar	39.936	44.104
Cancelar Autuação	326	65
Cancelar Trâmite	1.651	1.896
Desanexar	107	59
Desapensar	63	26
Desarquivar	28.178	25.401
Desassociar	9	55
Receber	35.101	62.243
Receber Tr. Externo	1.194	506
Retirar da Carga	0	63
Trâmite	49.824	83.467
Trâmite Externo	6.565	4.190
<b>TOTAL</b>	<b>220.395</b>	<b>279.654</b>

Percebe-se pela análise da tabela acima, com relação a 2007, um aparente significativo aumento nas ações de RECEBIMENTO (77%) e TRÂMITE DE DOCUMENTOS (67%), que é amenizado quando se esclarece a nova metodologia interna implantada relativa à conferência de tarefas, realizada internamente, o que nos permitiu melhoria na qualidade dos serviços. Ainda, conforme evidenciado na tabela,



houve uma diminuição na atividade de ANEXAÇÃO, justificada pela criação, em julho/2008, dos Protocolos Setoriais que passaram a exercer essa função, dentre outras.

### COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH

Na área de Recursos Humanos, vislumbrou-se três indicadores fundamentais para a avaliação da atuação da área, quais sejam:

- Tempo Médio de Aposentadoria (TMA) de servidor da CGU, que mede o prazo médio para aposentadoria de um servidor da CGU desde a data de abertura do processo até a publicação da aposentadoria no DOU;
- % de execução da dotação de investimento em cursos de pós-graduação, com recursos da ação Capacitação de Servidores Públicos Federais, para servidores da CGU, em áreas de interesse do Órgão; e
- Nível de atendimento no Serviço Médico da Sede/CGU.

Quanto ao primeiro indicador, o gráfico abaixo introduz o tema demonstrando a evolução histórica das aposentadorias concedidas pela CGU, em números absolutos, e logo a seguir a planilha demonstra o cálculo do Tempo Médio de Aposentadoria.



NUP	DATA DE ABERTURA DO PROCESSO **	ASSUNTO	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU	PRAZO DE TRÂMITE DO PROCESSO (EM DIAS)
00190.040191/2008-18	29/12/2008	Aposentadoria	5/2/2009	38,00
00190.039804/2008-74	23/12/2008	Aposentadoria	6/2/2009	45,00
00190.039803/2008-20	23/12/2008	Aposentadoria	5/2/2009	44,00
00190.037687/2008-12	19/12/2008	Aposentadoria Voluntária da Servidora Eliete Gomes de Souza.	5/2/2009	48,00
00218.000312/2008-33	23/10/2008	Requer Aposentadoria - Marcos Cesar Lopes de Souza - Matrícula Siape Nº 0116230.	12/11/2008	20,00
00202.000118/2008-27	3/9/2008	Aposentadoria Voluntária da Servidora Petrucia Claudino da Silva	9/10/2008	36,00
00190.026636/2008-57	25/8/2008	Aposentadoria Voluntária	5/2/2009	164,00
00218.000228/2008-10	5/8/2008	Requerimento de Aposentadoria da Servidora Lenilda Nunes Santos Se Alves Menino, Tfc, Siape 958676.	9/9/2008	35,00
00190.021700/2008-11	23/7/2008	Aposentadoria Voluntária.	12/8/2008	20,00
00219.000044/2008-40	20/5/2008	Solicita Aposentadoria Voluntária	3/7/2008	44,00

NUP	DATA DE ABERTURA DO PROCESSO **	ASSUNTO	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU	PRAZO DE TRÂMITE DO PROCESSO (EM DIAS)
00218.000163/2008-11	9/5/2008	Servidora Guacyra dos Santos Cunha, Siape 7092757, Requer Aposentadoria.	21/7/2008	73,00
00190.012287/2008-96	17/4/2008	Aposentadoria Voluntária.	25/4/2008	8,00
00224.000106/2008-44	15/8/2008	APOSENTADORIA por Invalidez Conforme Parecer Apresentado Por Junta Médica Oficial da Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em Sergipe.	Não foi publicado (COAP)	0,00
00217.000123/2008-71	11/4/2008	Aposentadoria por Invalidez.	Não foi publicado (COAP)	0,00
00216.000128/2008-11	11/4/2008	Aposentadoria Voluntária do Servidor Alberto de Jesus Nolêto desta Regional/Pi	27/5/2008	46,00
00190.007217/2008-16	17/3/2008	Aposentadoria Voluntária.	31/3/2008	14,00
00190.006426/2008-42	7/3/2008	Aposentadoria Voluntária.	2/4/2008	26,00
00218.000100/2008-56	5/3/2008	Servidor Paulo Ferreira da Silva Filho Requer Aposentadoria.	15/4/2008	41,00
00190.005399/2008-91	28/2/2008	Aposentadoria Voluntária.	31/3/2008	32,00
00190.005175/2008-89	14/2/2008	Aposentadoria.	5/3/2008	20,00
00190.005174/2008-34	14/2/2008	Aposentadoria.	5/3/2008	20,00
00190.002934/2008-51	13/2/2008	Aposentadoria Voluntária - Pagamento de Percentual da Gratificação do Ciclo de Gestão - Geg - (Exercício Anteriores).	Não publicado (DIPAG)	0,00
<b>TEMPO MÉDIO PARA APOSENTADORIA (TMA) NO EXERCÍCIO DE 2008 (EM DIAS)*</b>				<b>35,18</b>

(\*)Mister ressaltar que o processo de maior período na área (164 dias) e que salta aos olhos por estar fora do perfil médio apresentado, sensibilizando negativamente o cálculo do TMA, trata-se de sobrestamento em arquivo - de 27/08/2008 a 20/01/2009 - por solicitação da própria servidora. Retirado o referido processo o TMA cairia para 27,73.

(\*\*)dados de abertura do processo retirados do SGI

Ainda na Área de Recursos Humanos, todavia na seara da capacitação, temos:

**Percentual de execução da dotação de investimento em cursos de pós-graduação, com recursos da ação Capacitação de Servidores Públicos Federais**

<b>Indicador - Percentual de Execução da Dotação de Investimento em Cursos de Pós-Graduação, com Recursos da Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais, para Servidores da CGU, em Áreas de Interesse do Órgão.</b>			
	<b>ESTIMADA (RS)</b>	<b>EXECUTADA (RS)</b>	<b>EXECUÇÃO (%)</b>
<b>META FINANCEIRA</b>	200.000,00	41.306,60	20,65%

O objetivo deste indicador é avaliar o nível de execução da meta financeira estabelecida pela Diretoria de Gestão Interna para fins de investimento em cursos de pós-graduação para os servidores da CGU em um exercício financeiro.

Conforme estabeleceu a Portaria nº 839, de 18 de junho de 2008, do Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União, os cursos de pós-graduação, quando custeados com recursos da ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, serão pagos pela CGU observados o limite máximo de 70% (setenta por cento) do valor do curso, por servidor selecionado, e o limite

orçamentário semestral definido pela Diretoria de Gestão Interna, sendo a concessão de bolsas condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

- a) mínimo de dois terços da carga horária semanal ministrada fora do horário de expediente;
- e
- b) vinculação plena do projeto de pesquisa aos temas relacionados na Portaria.

Em virtude da abrangência de atuação da CGU e da diversidade de conhecimentos necessários para a realização das atividades afetas a cada área, optou-se por não direcionar os servidores a cursos ou instituições pré-definidas. Buscou-se, de outra forma, dotar a política de flexibilidade para que o servidor possa se capacitar em área de seu interesse, sem, no entanto, perder de vista o interesse institucional, oferecendo, ainda, oportunidade de participação a todos os servidores da CGU, de Brasília e Unidades Regionais.

Sendo assim, conforme cronograma estabelecido na norma, foram apresentados para seleção pelo Comitê Gestor da Política de Capacitação – CCAP/CGU os pedidos de concessão de bolsa de estudo para participação em cursos que teriam início no 2º semestre de 2008, considerando o limite orçamentário definido pela Diretoria de Gestão Interna, de R\$ 200.000,00.

Sobre esse valor, faz-se necessário ressaltar que representou o total acumulado de todo o ano de 2008, haja vista que a norma foi publicada no final do 1º semestre, o que possibilitou o início do processo apenas a partir do 2º semestre/2008. Além disso, devido ao pioneirismo da proposta, não havia série histórica que possibilitasse a adoção de parâmetros para esse primeiro processo.

Considerando o valor disponível, a análise do CCAP foi baseada na adequação das propostas apresentadas aos critérios estabelecidos, tendo-se, ao final da seleção, a concessão de 20 (vinte) bolsas de estudo para cursos de pós-graduação, com as quais seria gasto praticamente todo o recurso estimado. Ao final do exercício, verificou-se que a execução orçamentária de 2008 relativa à concessão de bolsas para pós-graduação totalizou o montante de R\$ 41.306,60 (quarenta e um mil, trezentos e seis reais e sessenta centavos). Diante da meta financeira estabelecida, tem-se que:

I= Valor executado/Meta Financeira

I= 41.306,60

200.000,00

I= 0,206533

I= 20,65%

Obs: Tal índice reflete a ocorrência de fatos externos à esfera de governabilidade da CGU, quais sejam:

1. no total, dez servidores não puderam efetivar suas participações nos cursos pleiteados, em função do cancelamento das turmas pelas instituições de ensino – ressaltou-se que dos dez, cinco pleiteavam o mesmo curso;
2. para a concessão da bolsa de estudos ao servidor, decidiu-se implantar o ressarcimento em folha de pagamento de forma equivalente à pactuada junto à instituição de ensino – possibilitando uma adequação ao planejamento financeiro dos servidores. Sendo assim, dos dez servidores efetivamente participantes dos cursos, apenas dois optaram pelo pagamento do curso à vista e os oito restantes parcelaram os valores junto às instituições promotoras, restando um impacto de R\$ 50.201,42 (cinquenta mil, duzentos e um reais e quarenta e dois centavos) para o orçamento de 2009 e de R\$ 15.894,94 (quinze mil, oitocentos e noventa e quatro reais e noventa e quatro centavos) para o orçamento de 2010.

Embora a execução orçamentária em 2008 tenha ficado aparentemente muito aquém da meta estabelecida, há que se ressaltar, em relação à estratégia de ressarcimento adotada, o fato de ter sido o primeiro ano da ação. Diante da opção pelo parcelamento dos cursos haverá repercussão natural nos exercícios subsequentes. Assim, tem-se a expectativa de criação de série histórica constituída dos valores acumulados relativos a cada processo seletivo semestral, por exercício, compatível com os recursos disponíveis para essa finalidade.

Na Área de Saúde/CGU levantamos os primeiros dados de uma série histórica que registrará o nível de atendimento do serviço médico da Sede/CGU, conforme quadros abaixo:

<b>INDICADOR</b>	Perícias realizadas por dia (365 dias/ano)
<b>DESCRIÇÃO</b>	As homologações de atestados são realizadas através de perícias médicas individuais e juntas médicas a fim de comprovar a doença como também para certificar-se da aptidão para retorno ao trabalho
<b>Nº DE ATENDIMENTOS EM 2008</b>	510 perícias médicas/ano
<b>RESULTADO</b>	1,40 atendimentos/dia
<b>FONTE</b>	Serviço Médico/CGU

<b>INDICADOR</b>	Número de pareceres analisados ano
<b>DESCRIÇÃO</b>	Os pareceres médicos são realizados para dar suporte às decisões administrativas, quando existam questões ligadas à área da saúde, como remoção por motivo de saúde, redução de jornada de trabalho, entre outros
<b>RESULTADO</b>	84 pareceres/ano
<b>FONTE</b>	Serviço Médico/CGU

### COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS - CGRL

Durante o exercício de 2008, a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da Controladoria-Geral da União deu início a 55 (cinquenta e cinco) procedimentos licitatórios, sendo 53 (cinquenta e três) Pregões e 2 (dois) Convites.

Ao final do referido exercício, e considerados os primeiros dias do exercício de 2009, as licitações apresentavam-se nas seguintes condições:

STATUS	MODALIDADE	QUANTIDADE
Concluída	Pregão	48
	Convite	2
Em Andamento	Pregão	2(*)
Anulada	Pregão	1(**)
Revogada	Pregão	1
Itens Cancelados	Pregão	1(***)
<b>TOTAL</b>		<b>55</b>

(\*) O Pregão Eletrônico nº 47/2008 foi homologado em 22/01/2009. O Pregão Eletrônico nº 48 teve seus itens cancelados na fase de aceitação em 13/01/2009.

(\*\*) Os registros da anulação, no SIASG/COMPRASNET, do Pregão Eletrônico nº 18/2008 ocorreram em 2009.

(\*\*\*) O Pregão Eletrônico nº 09/2008 teve seus itens cancelados na fase de aceitação.

Assim, houve um acréscimo de 108% no número de certames concluídos – 50 em 2008 contra 24 em 2007 – sendo que o valor total licitado alcançou o montante aproximado de R\$ 8.954.700,00 (oito milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil e setecentos reais). Esse valor também representa um acréscimo de 103% em relação ao valor licitado no exercício de 2007 (R\$ 4.410.800,00), conforme demonstrado abaixo.

No decorrer do exercício de 2008 também foram realizadas aquisições e contratações mediante o uso do Sistema de Registro de Preços – SRP, através de adesões a Atas de Registro de Preços de outros Órgãos, com base no art. 15, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelas disposições constantes do Decreto nº 3.931/2001, sendo que tais adesões alcançaram o valor da ordem de R\$ 3.267.700,00 (três milhões, duzentos e sessenta e sete mil e setecentos reais).

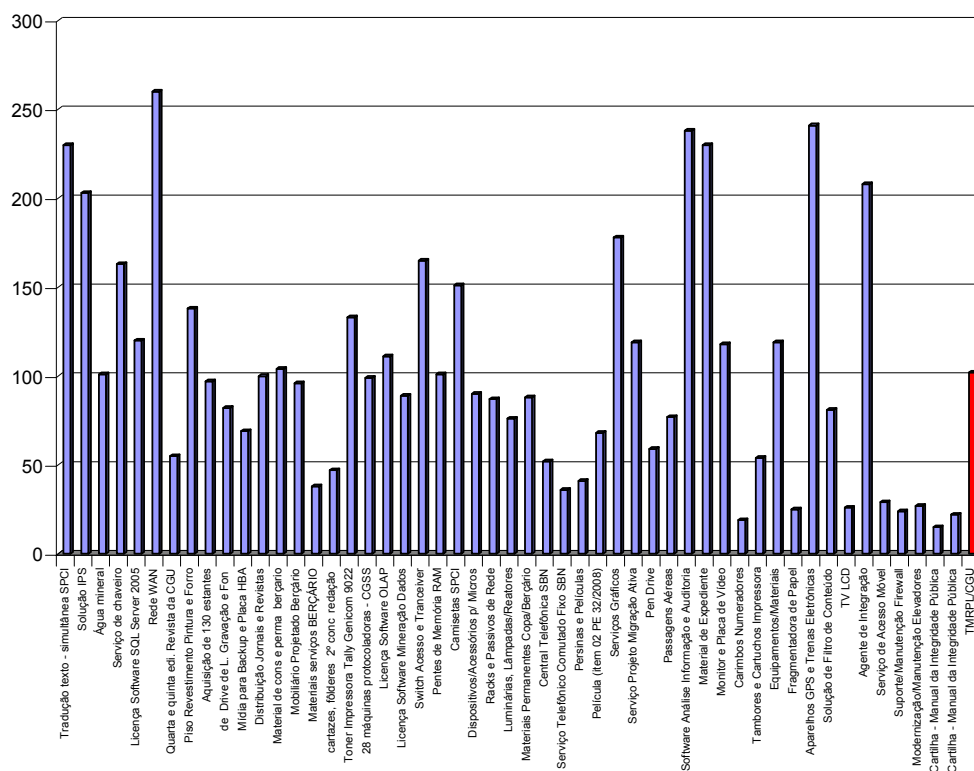
Também foram reconhecidas situações de inexigibilidade de licitação, cujo valor registrado, considerando-se os registros acerca de empenhos liquidados no SIAFI, totalizou cerca de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Dessa forma, o volume de recursos envolvidos nas aquisições e contratações efetivadas no decorrer do exercício de 2008, considerando-se as modalidades de licitações Pregão e Convite, as Adesões a Atas de Registro de Preços e as Dispensas e Inexigibilidades – excluídos os valores das contratações efetivadas em exercícios anteriores, tais como CEB, CAESB, SERPRO, IMPRENSA NACIONAL, RADIOBRÁS/EBC, BRASIL TELECOM (Sistema VIP), ANFARI (locação do Galpão) – atingiu a soma de aproximadamente R\$ 13.290.000,00 (treze milhões e duzentos e noventa mil reais).

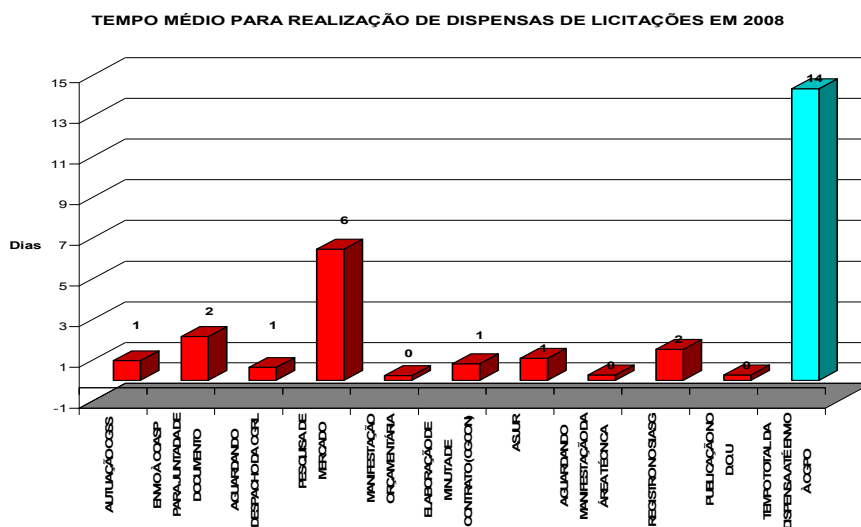
A seguir, demonstra-se, por meio de indicadores, o tempo médio gasto para realização de procedimentos licitatórios e Dispensas de Licitações.

Em 2008 dois indicadores se consolidaram nesta Área. O primeiro, foi o de Tempo Médio de Realização de Procedimento Licitatório na CGU (TMRPL/CGU). Assim, após análise dos 50 (cinquenta) procedimentos licitatórios abertos e concluídos em 2008, conforme demonstrado em planilha de licitações retro. O TMRPL/CGU para o exercício de 2008 foi de 102 (cento e dois) dias, tempo médio calculado da data de abertura do processo administrativo até a homologação do certame (incluindo as fases de solicitação da área demandante, pesquisa de mercado, elaboração de minuta de edital e contrato, manifestação orçamentária, análise da Assessoria Jurídica, correções dos atos convocatórios, publicação do edital e realização do certame).

**Dias** **Tempo total gasto para realização de licitações 2008**



Quanto ao segundo indicador, que trata da realização das dispensas de licitação, foi utilizada a mesma metodologia para cálculo do tempo médio, sendo o Tempo Médio de Dispensa de Licitação na CGU (TMDL/CGU), amparada no art. 24, incisos I e II da Lei 8.666/93, e alterações posteriores, aponta para um valor médio de 14 dias, conforme demonstrado abaixo:



Ressalte-se, ainda, que há espaço para avanços em ambos os indicadores da área de licitações pois a área contava no primeiro semestre de 2008 apenas com dois servidores, sendo que havia somente um pregoeiro apto para abertura dos Pregões. No final do ano já contávamos com o triplo da capacidade operacional com mais 3 pregoeiros aptos.

#### COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - CGPO

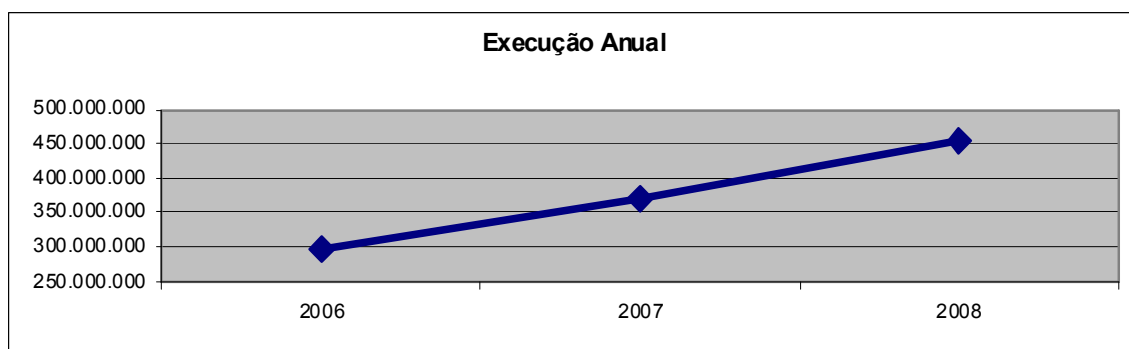
Um indicador representativo para a atividade de execução orçamentária e financeira está vinculado ao número de restrições contábeis registradas pela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República - Ciset/PR. A tabela e o gráfico a seguir demonstram que, apesar de um crescimento das despesas executadas pelas unidades gestoras executoras que compõem o Órgão Central da Controladoria-Geral da União – CGU durante os períodos de 2006, 2007 e 2008, houve um decréscimo do número de restrições contábeis nessas mesmas unidades, o que demonstra uma melhora nos controles internos, bem como uma maior interação entre as áreas que compõem as unidades gestoras da Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento - CGPO/DGI/PR.

Ressalte-se que, não obstante a alteração, no exercício de 2008, da função “Controle” para “Executora” da Unidade Gestora 110176 - CGRL/DGI/SE/CGU/PR, não houve execução orçamentária, financeira ou patrimonial consequentemente não se verificou um incremento no número de restrições registradas.

#### EXECUÇÃO ANUAL

2006	2007	2008
84.332.112,34	127.498.390,40	328.648.330,01
186.154.374,99	211.093.562,27	84.040.021,96
22.460.424,74	28.090.058,70	37.859.563,58
4.590.743,04	3.713.775,27	3.382.774,97
<b>297.537.655,11</b>	<b>370.395.786,64</b>	<b>453.930.690,52</b>

Fonte: SIAFI Gerencial



Ainda nessa seara apresentamos também o indicador relativo às CGU-Regionais, cujo enfoque de acompanhamento mais amíuude se iniciou neste exercício e se prolongará nos próximos por meio do PROJETO DE VISITA TÉCNICA ÀS UNIDADES REGIONAIS. Mesmo diante dos esforços no monitoramento realizados pela Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento - CGPO/DGI (seja por meio de contatos telefônicos, e-mails e comunicados Siafi), no que tange a tempestividade de registro dos atos de gestão orçamentária-financeira pelas unidades regionais da CGU, verificou-se ressalvas da ordem de 18 registros de restrições contábeis, decorrentes principalmente da ausência ou atraso no referido registro de conformidade, como demonstrado no quadro abaixo:

#### RESTRICÇÕES CONTÁBEIS REGISTRADAS PELA CISET/PR

EXERCÍCIO	UNIDADES GESTORAS	QUANTIDADE RESTRICÇÕES
2008	170023 - CGU/PA, 170049 - CGU/RN, 170054 - CGU/PB, 170063 - CGU/PE, 170068 - CGU/AL, 170099 - CGU/MG, 170113 - CGU/MS, 170130 - CGU/RJ, 170174 - CGU/SC, 17202 - CGU/RO, 170364 - CGU/TO, 170365 - CGU/AP e 170366 - CGU/RR	18

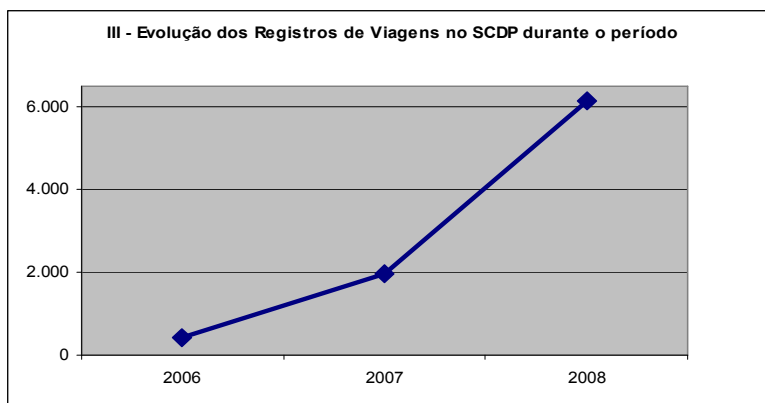
Fonte: SIAFI Gerencial

Outro indicador da área está vinculado à quantidade de viagens registradas no SCDP. Inicialmente o registro e formalização de 410 viagens em 2006, evoluindo para um quadro de 1.963 viagens em 2007 e terminando o exercício de 2008 em 6.148 viagens, conforme gráfico III.

A abrupta ascendência entre os exercícios é explicado pela implantação do SCDP nas Unidades Regionais e Sede da CGU, iniciada em 2007 e concluída em 2008, não somente pela necessidade de padronização das rotinas dos atos de concessão e prestação de contas de diárias e passagens no âmbito da CGU, mas também para um pleno planejamento e controle da atividade.

Assim durante 2007 e 2008 foram agregadas ao SCDP as 26 unidades regionais, totalizando ao final desse último ano 46 unidades administrativas implantadas.

Após os esclarecimentos introdutórios, o gráfico a seguir demonstra a evolução dos registros de viagens no SCDP durante o período 2006-2008:



#### DIRETORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – DSI

As prioridades e objetivos definidos pela Diretoria de Sistemas e Informação (DSI) para o exercício de 2008 constam do Plano Diretor de Informática da CGU, que abrange o biênio 2008/2009. Das ações previstas, destaca-se a busca pela formalização de processos vinculados a boas práticas e modelos de Governança de Tecnologia da Informação (TI), com o propósito de garantir efetividade no provimento de sistemas, infraestrutura e serviços para a CGU, por meio da melhoria dos processos internos.

Sob essa orientação, a DSI desenvolveu seus projetos, com destaque para a criação do “Processo de Desenvolvimento de Software da CGU” e para a reformulação de processos internos com base no ITIL-Information Technology Infrastructure Library – biblioteca de boas práticas que busca promover a gestão com foco no cliente e na qualidade dos serviços de TI.

Ainda no contexto da gestão administrativa, destaca-se o enfoque mais atuante e metódico que a DSI imprimiu em seu relacionamento com as demais Unidades da CGU, mediante a implantação de uma área

piloto, denominada Relacionamento com Unidades-RU, com o objetivo de melhor identificar e priorizar as necessidades das áreas em consonância com a estratégia de atuação da CGU.

No que diz respeito à questão orçamentária, a DSI vem adotando sistematicamente a internalização dos serviços contratados com fornecedores externos, o que tem resultado em significativa economia de recursos. Sob esse enfoque, em 2008 foram absorvidos os serviços da *Rede Wan*, com economia de, aproximadamente, R\$ 1 milhão.

Para manutenção da infra-estrutura de TI, que apóia a atuação das áreas finalísticas da CGU, foram despendidos, no exercício de 2008, os gastos mencionados na tabela abaixo:

**Execução Orçamentária e Financeira Relacionada a TI**

ACÇÃO	PLANO INTERNO		GASTOS
2772 - Gestão e Administração do Programa	A5001	Tecnologia da Informação	3.804.924,74
	A5002	Softwares/Equipamentos/Suprimentos	1.111.900,69
2B13 - Ações de Prevenção à Corrupção e Transparência Governamental	D5002	Aquisição de SOFTWARE	292.274,99
	D9001	Portal da Transparência	835.957,79
	D9004	Página da Transparência Pública	477.474,01
2B15 - Correição no Poder Executivo Federal	E7001	CGUPAD	353.643,53
2D58 - Fiscalização e Controle da Aplicação	S3005	Sistema Ativa	4.204.810,76
<b>TOTAL</b>			<b>11.080.986,51</b>

**DETALHAMENTO DAS DESPESAS EXECUTADAS:**

**A5001 – Tecnologia da Informação:** Este item envolve a produção dos serviços Sítio da CGU, Comprot, Clipping CGU, Administração da Rede de Longa Distância (Rede Wan), acesso à internet e infraestrutura de Correio Eletrônico. Inclui também o contrato de serviços de suporte remoto e local aos usuários de TI, bem como serviços de hospedagem de servidores do Portal da Transparência em centro de dados especializado.

**A5002 – Softwares/Equipamentos/Suprimentos:** Este item engloba as despesas com aquisição de estações de trabalho, bem como de ativos de rede para atender aos novos servidores que tomaram posse na CGU em 2008; aquisição de ativos e passivos de rede para montagem da rede no prédio da CGU no Setor Bancário Norte, onde foi instalada a Corregedoria-Geral da União; ampliação da capacidade de processamento (Servidor Blade) e armazenamento (Storage) do centro de dados da CGU em Brasília; contratação de serviços de proteção contra intrusão na Rede; aquisição de diversos equipamentos de TI para o Observatório de Despesa Pública da SPCI; compra de kits de manutenção de microcomputadores, incluindo: discos rígidos, placas de rede, placas de vídeo, fontes de alimentação, dentre outros, para recuperação de equipamentos fora da garantia do fabricante; aquisição de impressoras multifuncionais para diversas unidades da Controladoria.

**D5002 – Aquisição de software:** Este item refere-se à aquisição de software para atender necessidades da SPCI: MicroStrategy (OLAP) e Statsoft (Data Mining).

**D9001 – Portal da Transparência:** Neste item foram despendidos recursos para produção do serviço durante o primeiro semestre de 2008, quando ocorreu a migração do serviço para a CGU.

**D9004 – Página de Transparência Pública:** Neste item foram despendidos recursos para produção do serviço além de diversas adequações como reestruturação de leiaute e de consultas, evolução de webservices, inclusão de critérios de acessibilidade e elaboração de estatísticas.

**E7001 – Sistema CGUPAD:** Neste item foram despendidos recursos para produção do serviço, além de diversas adequações visando maior produtividade, aceitação e confiabilidade do sistema e integração com sistemas corporativos do Governo Federal, como Siape e CPF.

**S3005 – Sistema Ativa:** Refere-se aos recursos despendidos para produção do serviço, apurações especiais, reestruturação de relatórios de auditoria e fiscalização e adequações diversas do sistema.

Relacionam-se, a seguir, as principais realizações da Diretoria de Sistemas e Informação no decorrer do exercício de 2008.



## COORDENAÇÃO-GERAL DE INFORMAÇÃO- SIINF

- a) Especificação, elaboração dos casos de uso do módulo de Execução das Ações de Controle, inserido no projeto de reformulação do Sistema de Registro e Acompanhamento de Auditorias e Fiscalizações – ATIVA e contratação de empresa para desenvolvimento da solução;
- b) Evolução do Sistema de Auxílio à Execução das Ações de Controle - SAEAC, módulo cliente (pen-drive) e Web Consolidador visando sua maior adequação às necessidades dos auditores na execução de suas atividades;
- c) Evolução do sistema Acesso, inserindo novas funcionalidades visando maior eficiência e segurança na concessão e gestão de Acesso aos sistemas corporativos e conveniados em uso na CGU;
- d) Implantação do Business Intelligence da CGU, com cruzamento de informações do sistema Ativa, módulo Correição do SGI, sorteio de municípios e Portal da Transparência;
- e) Implantação do Sistema de Cálculo de Aposentadoria, fornecendo ao servidor público informações sobre previsão e validade de sua aposentadoria conforme a legislação vigente;
- f) Implantação do Sistema de Controle de Ativos de Tecnologia da Informação CATI, que tem como objetivo o registro e controle de equipamentos, licenças de softwares e responsabilidades de utilização dos equipamentos de informática da CGU.
- g) Implantação do Sistema de manutenção de Inscrições na Consulta Convênios, bem como de rotinas de envio de E-mail e WebServices referentes à comunicação entre os equipamentos servidores envolvidos.
- h) Acompanhamento da implantação do sistema de Gestão de Processos Administrativos Disciplinares (CGU-PAD) no âmbito dos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.
- i) Implantação do Processo de Desenvolvimento de Software - PDS-CGU, englobando as disciplinas de levantamento de requisitos, análise de sistemas, gerência de configuração e priorização de tarefas, com foco na melhoria da governança da Tecnologia da Informação;
- j) Implementação de diversas demandas por aperfeiçoamentos e novas funcionalidades, no Sistema de Gestão de Informações – SGI e implantação do módulo Plano de Ações e Metas que trata do registro e controle de metas das diversas unidades da CGU;
- k) Implantação da arquitetura de desenvolvimento em plataforma Java, utilizando-se de softwares exclusivamente livres, adaptados às necessidades da CGU;
- l) Operações especiais em bancos de dados envolvendo atividades como apurações especiais, segurança da informação, melhorias de performance, monitoramento e modelagem de dados;
- m) Internalização do Portal da Transparência, promovendo economia significativa para a CGU nos gastos de sua produção;
- n) Processamento e envio para carga no Serpro de diversos arquivos de dados de contratos, licitações, convênios, diárias e passagens das entidades da Administração Indireta para carga nas páginas de Transparência Pública.
- o) Implantação da consulta CPGF por Portador, desmembramento da consulta de Gastos Diretos por Favorecido em Entes Governamentais, Entidades sem fins lucrativos, Pessoas físicas, empresas e outros e da consulta Transferência de Recursos por Favorecido em Entidades sem fins lucrativos e Demais pessoas jurídicas, no Portal da Transparência;

- p) Realização de diversas manutenções evolutivas no sistema ATIVA e no sistema MONITOR WEB, abrangendo novas funcionalidades e novos relatórios, bem como alterações e implementações de novas regras de negócio.

#### **COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA-SITEC:**

Em 2008, a Coordenação-Geral de Infra-Estrutura Tecnológica (SITEC), aprofundou-se no trabalho de ampliação das capacidades da Rede CGU, de sua disponibilidade e sua segurança, além da viabilização de novos recursos e serviços para os usuários da CGU. Nesse sentido, foram desenvolvidos os seguintes projetos e atividades:

- a) Substituição do provedor de serviços de Rede WAN (interligação do Órgão Central às Regionais), com significativa redução de custos (os preços caíram em mais de 50%, em relação aos valores praticados pelo fornecedor anterior), aumento de velocidade de acesso (em média, os circuitos dobraram de velocidade), ampliação de funcionalidades (está em fase de implantação a configuração da rede que possibilitará serviços com garantia de qualidade de transmissão e transmissão de áudio e vídeo com otimização de uso da capacidade dos circuitos);
- b) Iniciou-se a segmentação da rede local do Edifício Darcy Ribeiro, em Brasília, em redes locais virtuais, a fim de maximizar a segurança e o desempenho dos serviços prestados, por meio do isolamento entre redes de grupos de usuários diferentes e redes que contêm os equipamentos servidores corporativos. Foram segmentadas as redes que atendem os seguintes pavimentos: 1º, 4º, 5º e 6º andares;
- c) Implantação da rede sem-fio em salas de autoridades e salas de reuniões do Órgão Central, bem como no auditório do Edifício Darcy Ribeiro, possibilitando aos usuários de estações móveis (notebooks) o acesso aos serviços da Rede CGU com a conveniência de não se usar cabos de conexão. É também possível, por meio da rede sem-fio, a criação de autorizações provisórias de acesso à Internet para convidados da CGU em eventos e reuniões;
- d) Disponibilização de infraestrutura e serviços de TI no Edifício Wagner, no Setor Bancário Norte em Brasília-DF, prédio que abriga a Corregedoria-Geral da União, interligando esta unidade ao Edifício Darcy Ribeiro, por meio de acesso de alta velocidade e segurança (Infovia Brasília);
- e) Em fase de teste piloto, foi implantado o acesso remoto à Rede CGU (VPN) a partir de estações de trabalho em ambiente externo à Controladoria. Tão logo seja implantado em caráter definitivo, o acesso possibilitará o uso dos recursos e sistemas aos dirigentes e da CGU em trânsito e aos servidores da Casa em trabalho de campo;
- f) Aquisição de 35 (trinta e cinco) mini-modems (entrega efetuada em 2009), que possibilitarão ao usuário da CGU portador de um notebook, em trabalho de campo ou em viagem, a Conexão à Internet e, de forma associada à estrutura de acesso remoto à rede CGU (VPN), o acesso aos recursos da Rede CGU;
- g) Aquisição de solução de análise e filtro de conteúdo Web (em fase de implantação), que tem a finalidade de avaliar e controlar todo tráfego destinado à Internet gerado a partir das estações da rede CGU. Além disso, essa solução permitirá a geração de relatórios gerenciais do uso de banda, possibilitando maior controle sobre o tráfego categorizado como não pertinente às atribuições da Controladoria, otimização do uso da banda (capacidade de transmissão e recepção de dados do circuito de acesso à Internet), bem como a detecção e análise de incidentes de segurança;
- h) Implantação, em 4 (quatro) regionais da CGU (RR, MS, AP e AM), do serviço de autenticação 802.1x que permite que apenas os ativos de TI autorizados pela DSI sejam conectados à Rede CGU;
- i) Homologação de 55 (cinquenta e cinco) softwares para uso na Rede CGU, em adição a outros 137 (cento e cinquenta e sete) já homologados em 2006 e 2007, envolvendo, para cada software, instalação de teste, verificação de condições de licenciamento, adequações de segurança às normas da CGU, dentre outros quesitos;

- j) Disponibilização da infraestrutura necessária para implantação do sítio Portalzinho da CGU (Portal Infantil), serviço disponível na Internet, gerido pela Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI);
- k) Virtualização dos equipamentos servidores Draco (SPCI), Heimdall (Microstrategy), Leto (SPCI) e Apolo, procedimento que permite a redução da quantidade de equipamentos e da necessidade de espaço físico, além de aumentar a disponibilidade dos serviços hospedados nestes equipamentos;
- l) Implantação, em conjunto com a SIINF, do Sistema de Controle de Ativos de Tecnologia da Informação - CATI, sistema de informação que gerencia o inventário de hardware e software da CGU, com a disponibilização de relatórios que viabilizam a adequada gestão, pela DSI, do parque de equipamentos de TI da Controladoria;
- m) Aquisição de solução de processamento em lâminas – Blade Server. Essa solução é composta por um chassi (enclosure) que pode receber até 14 lâminas, tendo sido adquiridas 10 (dez) lâminas. Cada lâmina tem características de processamento equivalentes a um equipamento servidor, porém com custo relativamente inferior. Esses novos equipamentos permitirão a ampliação da capacidade de processamento do centro de dados da CGU em Brasília, suprimindo novas demandas e aumentando a confiabilidade da infraestrutura de TI;
- n) Aquisição de novo equipamento de armazenamento de dados (storage), com capacidade líquida de 10 (dez) terabytes. O novo dispositivo permitirá atender ao aumento de demanda por armazenamento de dados em meio eletrônico, e aumentar a disponibilidade do conjunto de soluções de armazenamento de dados;
- o) Aquisição de 26 (vinte e seis) novos switches (comutadores de rede local) para expansão dos pontos de rede local no Órgão Central e nas Regionais;
- p) Com respeito à melhoria dos processos de trabalho internos, foram formalizados, implantados e/ou revistos (sofrendo diversos melhoramentos) os processos de: Gerenciamento de Mudanças, Gerenciamento de Segurança, Homologação de Softwares, Atualização de Softwares, Gerenciamento de Certificados Digitais, e Gestão de Projetos. Formalizaram as revisões dos processos mencionados as publicações das Ordens de Serviço de nºs. 120 a 126, em Boletim Interno da CGU.

#### **ASSESSORIA ESPECIAL DE GESTÃO DE PROJETOS - AESP**

A Assessoria Especial de Gestão de Projetos (AESP) foi criada pelo Decreto nº. 6.656, de 20 de novembro de 2008, que alterou o Decreto nº. 5.683, de 24 de janeiro de 2006, que trata da estrutura da Controladoria-Geral da União (CGU).

A AESP tem como principal finalidade prestar assessoramento direto ao Secretário-Executivo no desenvolvimento, implantação e acompanhamento de projetos e ações estratégicas para a CGU, com visão sistêmica de fazer da Controladoria-Geral da União uma instituição cada vez mais integrada.

Os benefícios advindos das ações da AESP não devem ser analisados, exclusivamente, sob sua perspectiva anual (curto prazo), na medida em que inúmeras iniciativas alcançarão seus produtos e resultados principais nos anos vindouros. Apresenta-se, em seguida, três dos seus principais projetos desenvolvidos em 2008:

##### **Plano de Ações e Metas**

O Plano de Ações e Metas (PAM), elaborado pela AESP desde 2006, tem por objetivo registrar e acompanhar, em uma única ferramenta, as atividades e projetos planejados pelas diversas unidades da CGU. O documento representa o planejamento tático da instituição, relacionando-se ao plano de longo prazo da CGU - Plano de Integridade Institucional, Controle dos Recursos Públicos e Prevenção da Corrupção - 2007-2010 – (PII).

Por meio desse instrumento as unidades da CGU são sensibilizadas quanto à aplicação de princípios de planejamento no processo de gestão institucional, buscando, acima de tudo, tornar o PAM um instrumento de integração de esforços e facilitador no processo de tomada de decisões gerenciais.

Visando otimizar a alimentação e tratamento das informações referentes ao planejamento e acompanhamento das ações, a AESP, em parceria com a Diretoria de Sistemas e Informações (DSI), implantou sistema informatizado para o PAM - no Módulo de Gestão do Sistema de Gestão de Informações (SGI). Foram ainda implantadas melhorias metodológicas com o objetivo de garantir um acompanhamento mais próximo do PII por meio do PAM.

A partir de 2009, o PAM passa a ser o instrumento de aferição do desempenho setorial e institucional da CGU, de acordo com os dispositivos da Portaria nº 2.343, de 29 de dezembro de 2008, com as alterações Portaria nº 147, de 16 de janeiro 2009. Adicionalmente, haverá maior equivalência temporal entre PII e PAM no que se refere aos períodos de planejamento e avaliação. Assim, o planejamento que antes era anual passou a ser bianual (2009/2010), com períodos de avaliação semestrais, em vez de trimestrais.

A partir do supracitado instrumento legal restou, também, determinada a constituição de grupo de trabalho, coordenado AESP, com vistas à proposição de nova metodologia para as avaliações de desempenho setorial e institucional da CGU, baseada em indicadores de desempenho atrelados às ações e metas previstas no PAM 2009/2010. Para tanto, foi constituído grupo de trabalho, pela Portaria nº 2.344, de 29 de dezembro de 2008, composto por representantes de todas as unidades da CGU, para trabalhar no aprimoramento da forma de planejamento e avaliação da CGU, promovendo a melhoria contínua e o aumento da eficiência administrativa da instituição.

#### **Painéis de Acompanhamento das Ações da CGU**

Buscando a extração de informações gerenciais relevantes, atualizadas e com baixo custo, a AESP e a Diretoria de Sistemas e Informações (DSI), com o apoio da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), elaboraram diversas consultas de interesse dos dirigentes da CGU.

Utilizando-se de tecnologia livre, foram extraídos dados dos diversos sistemas de informação existentes na CGU, disponibilizando-os conforme o agrupamento desejado e de forma rápida, inteligível e de fácil acesso aos usuários, inclusive por meio de interfaces gráficas.

Estão disponibilizados diversos painéis com informações sobre andamento de Ordens de Serviço – OS, tais como: quantidade de Os por situação (em estoque, realizando, concluídas) até nível de UCI executora; por tipo de demanda (externa, interna); por setor demandante; OS por atividade (sistemático/assistemático; auditoria/fiscalização); por tipo de auditoria (acompanhamento de gestão, avaliação da gestão, contábil, operacional) e situação; quantidade de constatações por sorteio. Tais informações, que podem ser trabalhadas de forma detalhada pelo usuário, caso necessário, permitem comparação entre unidades, entre tipos de demanda de trabalho, dentre várias outras análises de interesse dos dirigentes da CGU.

O projeto terá continuidade em 2009, com a disponibilização de informações sobre demandas externas (denúncias e demais demandas recebidas) e acompanhamento dos desdobramentos das ações da CGU em outros órgãos (Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, entre outros).

#### **Revisão da Sistemática de Tratamento de Denúncias**

O tratamento de denúncias recebidas é um macro-processo de grande relevância institucional para a CGU e, ao mesmo tempo, considerado crítico em termos de processos de trabalho, tendo em vista que requer esforço coordenado entre diversas áreas e o trabalho concomitante de diversos sistemas de informação.

A AESP ensejou esforços, ao longo de 2008, no sentido de desenhar proposta de melhoria ao processo de trabalho, buscando aprimorar os sistemas de informação relacionados à denúncia utilizados na Casa para maior comunicação entre eles, adequação aos fluxos de trabalho existentes e, por conseguinte, aprimoramento da eficiência do processo.

## **2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL**

A partir do produto *Consolidação Preliminar do Painel de Indicadores da Controladoria-Geral da União*, gerado, em 2007, pelo projeto instituído para a concepção de indicadores para a CGU, a AESP deu continuidade no primeiro semestre de 2008 aos seus objetivos, mediante a promoção de oficina de trabalho sobre indicadores, com a finalidade de aprimorar os conhecimentos dos servidores das diversas unidades da CGU, assim como de palestra para secretários e diretores das unidades, com o propósito de sensibilizá-los quanto à importância do uso de indicadores pela Administração Pública Federal.

Os eventos resultaram em produtos importantes para o projeto de implantação de indicadores na CGU, visto que propiciaram o início do refinamento de proposta de indicadores para cada unidade e da

elaboração de seus respectivos planos de implantação, assim como a apresentação aos dirigentes do protótipo do Painel de Controle por Indicadores da CGU.

Considerando a estratégia estabelecida pela Portaria nº 2.343/2008, com as alterações Portaria nº 147/2009, que propõe o desenvolvimento de uma nova metodologia para as avaliações de desempenho setorial e institucional da CGU, baseada em indicadores de desempenho atrelados às ações e metas previstas no PAM 2009/2010, os resultados deste projeto, até então obtidos, serão incorporados na proposta de trabalho a ser apresentada pelo Grupo de Trabalho constituído para este fim.

#### 2.4.1 EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS – PROGRAMA 1173

DESCRIÇÃO	R\$1,00		
	ANO		
	2006	2007	2008
1. Passagens	748.135	932.109	1.618.662
2. Diárias e Ressarcimentos de Despesas de Viagens <sup>(1)</sup>	723.833	1.495.173	3.019.027
3. Serviços Terceirizados	6.419.243	7.754.341	8.380.818
3.1. Publicidade	-	-	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	1.285.926	1.581.804	1.581.804
3.3. Tecnologia da Informação <sup>(5)</sup>	951.631	1.336.588	1.319.394
3.4. Outras Terceirizações <sup>(2)</sup>	4.181.137	4.834.432	5.479.621
3.5. Suprimento de Fundos <sup>(3)</sup>	549	1.517	-
4. Cartão de Crédito Corporativo	30.268	22.875	16.781
<b>TOTAL</b>	<b>7.921.478</b>	<b>10.206.015</b>	<b>13.035.288</b>

Base: execução na UG 170940

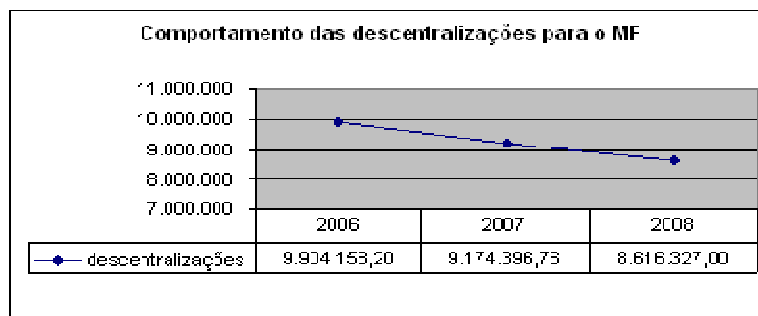
**Nota 1:** O incremento das despesas com passagens e diárias a partir do Exercício 2006 deve-se ao fato da implantação gradativa do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP nas Unidades Regionais, consolidando os gastos no órgão central, que até então eram contabilizados nas Gerências de Administração do Ministério da Fazenda. A implantação do SCDP foi concluída no 2º semestre/2008, motivo pelo qual ocorrerão incrementos de valores em 2009.

**Nota 2:** 2008 - Natureza das despesas que compõem o item 3.4 - Outras Terceirizações:

NATUREZA	DESCRIÇÃO	VALOR
33903701	Apoio administrativo, técnico e operacional	3.323.931,32
33903707	Serviços de brigada de incêndio.	1.092.431,08
33903916	Manutenção e conservação de bens imóveis	972.058,34
33903917	Manutenção de central telefônica	91.200,00
<b>TOTAL</b>		<b>5.479.620,74</b>

**Nota 3:** Suprimento de Fundos para atividades finalísticas (concedidos para fiscalização por meio de OBP).

**Nota 4:** O demonstrativo reflete tão somente a posição da despesa efetiva do Órgão Central, na UG 170940. Durante o período, foram destacados ao Ministério da Fazenda créditos orçamentários das despesas de passagens e diárias e com a contratação de serviços e mão-de-obra, para subsidiar os gastos das Unidades Regionais da CGU com o rateio das despesas de manutenção predial, ações de informática, dentre outros, conforme gráfico abaixo. Como observado na Nota 1, o comportamento descendente da curva se deve à migração da execução das despesas de diárias e passagens para o Órgão Central, tendo em vista a implantação do SCDP.



**Nota 5:** Não foi considerado no item 3.3 – Tecnologia da Informação a despesa de R\$ 9.316.512,61 com o SERPRO relativo à prestação de serviço de TI à CGU, por não enquadrar-se no conceito de terceirização adotado nos demais casos do item 3.

O quadro abaixo demonstra os valores totais descentralizados para as Regionais da CGU nos Estados, utilizados pelas Gerências Regionais do Ministério da Fazenda conforme demanda, constantes do orçamento da CGU:

UG EXECUTORA GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NA UF:		DESCENTRALIZAÇÃO EXTERNA CRÉDITO LÍQUIDA	DESPESAS EXECUTADAS	CRÉDITO DISPONÍVEL
170025	Maranhão	661.849,72	657.979,53	3.870,19
170032	Piauí	370.840,48	370.840,48	
170038	Ceará	691.740,92	691.187,90	553,02
170045	Rio Grande do Norte	266.084,14	266.084,14	
170050	Paraíba	422.017,87	414.779,55	7.238,32
170055	Pernambuco	824.294,29	824.291,29	3,00
170064	Alagoas	450.878,44	447.726,45	3.151,99
170069	Sergipe	367.452,34	365.630,84	1.821,50
170075	Bahia	794.150,69	790.234,99	3.915,70
170085	Minas Gerais	4.040.632,72	4.034.116,86	6.515,86
170100	Espírito Santo	267.254,16	267.254,16	
170106	Mato Grosso Do Sul	371.488,56	371.486,10	2,46
170114	Rio De Janeiro	578.536,76	566.708,31	11.828,45
170131	Sao Paulo	839.128,19	839.128,19	
170153	Paraná	235.625,31	235.625,31	
170166	Santa Catarina	383.264,19	383.264,19	
170175	Rio Grande do Sul	522.801,10	522.767,10	34,00
170190	Mato Grosso	374.759,65	374.456,24	303,41
170195	Goiás	818.193,79	818.193,79	
170207	Amazonas	302.278,25	194.725,33	107.552,92
170214	Pará	571.905,04	571.905,04	
170344	Acre	61.793,54	61.358,54	435,00
170345	Amapá	140.465,27	140.465,27	
170346	Rondônia	213.550,64	202.769,39	10.781,25
170347	Roraima	249.984,68	249.984,68	
<b>TOTAL</b>		<b>14.820.970,74</b>	<b>14.662.963,67</b>	<b>158.007,07</b>

**Obs.:** A Descentralização Externa Líquida, refere-se aos valores concedidos menos os devolvidos.

### 3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS (VALORES LANÇADOS NA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.11.00 – POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECURSOS DO SIAFI)

Não houve ocorrências no período.

#### 4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

##### EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO POR ANO DE INSCRIÇÃO NO SIAFI

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2005	114.094,50	100.410,81	13.683,69	-	3.214.502,31	551.345,80	2.663.156,51	-
2006	203.495,56	1.299,71	202.195,85	-	4.548.859,94	550.887,18	2.278.389,22	1.719.583,54
2007	2.273.388,78	3.148,80	146.426,59	2.123.813,39	4.925.687,42	575.531,91	4.325.939,05	24.216,46
<b>TOTAL</b>	<b>2.590.978,84</b>	<b>104.859,32</b>	<b>362.306,13</b>	<b>2.123.813,39</b>	<b>12.689.049,67</b>	<b>1.677.764,89</b>	<b>9.267.484,78</b>	<b>1.743.800,00</b>

**Nota:**

Devem ser informados os valores constantes do SIAFI dos últimos três exercícios;

O quadro deve ser complementado por uma análise abordando:

as razões para a permanência de Restos a Pagar Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro; discriminação de valores referentes a restos a pagar que permanecem no sistema sem que porventura sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto.

#### 5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS NO EXERCÍCIO)

Tipo*	Código SIAFI/SIASG	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado R\$	Valor total recebido ou transferido no exercício R\$	Contrapartida R\$	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
2	298472	Início da Vigência: 12/ABR/2005 Fim da Vigência: 11/ABR/2010	Implementação de ações especiais de combate a corrupção - projeto BRA/05/s07.	02/MAI/2005	8.794.956,00	1.500.000,00	0,00	04.426.253/0001-82 - Centro Internacional de Prevenção Ao Crime (Unodc)	Parceria em plena execução, dentro do prazo de vigência.
1	498945	Início da Vigência: 11/FEV/2004 Fim da Vigência: 11/FEV/2009	Desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de programas de estágio de estudantes.	19/FEV/2004	2.444.750,00	42.543,03	0,00	61.600.839/0001-55 - Centro de Integração Empresa Escola CIEE	Convênio no prazo de prestação de contas.
3	555970	Início da Vigência: 06/FEV/2006 Fim da Vigência: 15/Out/2006	Prestação de assistência técnica com vistas a definição de estratégias e instrumentos de prevenção da corrupção que possam vir a ser adotados pelo parceiro público, no exercício de suas competências.	17/FEV/2006	190.840,00	0,00	0,00	03.741.616/0001-01 Transparência Brasil	O objeto foi completamente entregue e aprovado, faltando tão somente a publicação do extrato do Relatório de Execução Físico-Financeira, o que está sendo providenciado.

Tipo*	Código SIAFI/ SIASG	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado R\$	Valor total recebido ou transferido no exercício R\$	Contrapartida R\$	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
4	637829	Início da Vigência: 10/DEZ/2008 Fim da Vigência: 10/DEZ/2010	Concepção do projeto " Um por Todos e Todos por Um", que visa disseminar valores e padrões éticos de conduta na comunidade escolar e na sociedade na qual esta inserida, de modo que os conceitos de transparência e controle social e cidadania sejam divulgados.	26/DEZ/2008	206.300,00	0,00	0,00	01.987.656/0001-02 - Instituto Cultural Mauricio De Sousa	Parceria em plena execução, dentro do prazo de vigência.

\* Tipo de transferência: 1 - convênio, 2 - acordo, 3 - ajuste, 4 - parceria, 5 - subvenção, 6 – auxílio, 7 – contribuição ou 8 - outros.

## 6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não se aplica.

## 7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não houve ocorrências no período.

## 8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se aplica.

## 9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA

Não se aplica.

## 10. OPERAÇÃO DE FUNDOS

Não se aplica.

## 11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Cartão De Crédito Corporativo - Série Histórica das Despesas

DESPESAS DE CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL - CGU ÓRGÃO CENTRAL				
ANO	FATURA		SAQUE	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
2006	159	17.440,75	57	12.827,51
2007	127	14.572,77	45	8.302,60
2008	129	15.836,83	03	944,24

A quantidade refere-se a cada ocorrência da fatura (item de gasto).

\* Estão excluídas as despesas das Regionais, que estão computadas nos lançamentos da GRA/MF por concessão.



DESPESAS DE CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL – CONSOLIDADO CGU REGIONAIS						
ANO	FATURA		SAQUE		TOTAIS	
	QTDE	VALOR (R\$)	QTDE	VALOR (R\$)	QTDE	VALOR (R\$)
2006	491	71.423,81	1145	248.061,60	1636	319.485,41
2007	564	68.189,85	1450	236.045,12	2014	304.234,97
2008	1854	218.268,72	631	127.433,58	2485	345.702,30

A quantidade refere-se a cada ocorrência da fatura (item de gasto).

**INFORMAÇÕES SOBRE AS DEFINIÇÕES FEITAS PELO ORDENADOR DE DESPESAS DA UG, CONSOANTE PREVISÃO DO ART. 6º DA PORTARIA MP Nº 41, DE 04.03.2005.**

<b>LIMITE DE UTILIZAÇÃO TOTAL DA UG 170940: R\$ 100.000,00</b>	
NATUREZA DOS GASTOS PERMITIDOS: saque e outros estabelecimentos, exceto: agências de turismo, aluguel de carros, companhias aéreas, hospitais e clínicas, hotéis e restaurantes.	
<b>LIMITES CONCEDIDOS A CADA PORTADOR</b>	
<b>PORTADORES SEDE CGU – BRASÍLIA</b>	<b>LIMITE</b>
Anastácio Rodrigues Aguiar	R\$ 18.000,00
Marcos Motta Monteiro	R\$ 7.712,00

Em cumprimento ao art. 6º. da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005, outros procedimentos foram adotados no âmbito da Controladoria-Geral da União, visando estabelecer limites para a utilização do suprimento de fundos:

**I. Portaria nº. 539, de 15 de abril de 2008**

- a) estabeleceu o limite de 30% do valor total da despesa anual de concessão nessa modalidade, cujas despesas somente deverão ser utilizadas:
- i) em viagem a trabalho fora das capitais do país, quando exigido pronto pagamento em espécie, ressalvadas as despesas cobertas por diárias;
  - ii) com serviços e compras de valor não superior a R\$ 100,00 (cem reais); ou
  - iii) despesas realizadas nos termos do art. 9º do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006.

**II. Portaria nº. 686, de 16 de maio de 2008**

- a) fixou limites percentuais na modalidade de saque referente a suprimento de fundos para as unidades da Controladoria-Geral da União, por região geográfica, conforme abaixo:
- i) Região Norte: 45% (quarenta e cinco por cento);
  - ii) Região Nordeste: 30% (trinta por cento);
  - iii) Região Centro-Oeste: 20% (vinte por cento);
  - iv) Região Sul: 20% (vinte por cento); e
  - v) Região Sudeste e Órgão Central em Brasília: 10% (dez por cento).

**QUADRO DE APURAÇÃO FINAL DO % COM SAQUE DA CGU – EM 2008**

GASTOS NACIONAIS COM CPGF	CGU
<b>TOTAL DE SAQUES EM 2008 - Em R\$</b>	<b>128.377,82</b>
<b>TOTAL DE FATURAS EM 2008 - Em R\$</b>	<b>234.105,55</b>
<b>TOTAL DE GASTOS EM 2008 - Em R\$</b>	<b>362.483,37</b>
<b>PERCENTUAL DE SAQUE</b>	<b>35,4%</b>

Obs.: Se considerarmos somente os valores de saque e fatura após a publicação da Portaria 539/2008 temos um percentual de relação total/saque aproximadamente em 28%.

## 12.RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

NÚMERO DO RELATÓRIO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	SETOR RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E/OU JUSTIFICATIVAS
20/2008	6.1. Solicitar cópia da rescisão do contrato de locação para aferir se o ressarcimento deveria ser integral ou proporcional. Se for constatado que deveria ser proporcional, instaurar procedimento próprio para restituição da quantia indevidamente recebida pelo beneficiário. Para os casos futuros, aconselhamos instruir, em qualquer hipótese de exoneração, o processo relativo ao ressarcimento do auxílio-moradia com cópia da rescisão do contrato de locação.	CGRH/DGI/SE	A falha apontada pela equipe já se encontrava saneada desde julho/2007, quando foi alterado o procedimento de pagamento do auxílio-moradia, readequando-o ao status de ressarcimento, em que somente se paga o mês vencido, e nunca a vencer.
20/2008	6.2. Evitar, salvo obstáculos invencíveis, rodízios de servidores na forma constatada no presente caso (rodízio triangular), por implicar em aumento de despesa.	CGRH/DGI/SE	<p>Conforme registrado no Plano de Providências encaminhado à Unidade de Controle Interno, não corroboramos da opinião da equipe quando caracterizam o volume das despesas com ajuda de custo como desarrazoadas no exercício sobre exame. Registramos que, durante todo o exercício de 2007, os gastos com ajuda de custo, passagens e transporte de mobiliário representaram menos de 0,5% dos gastos totais com pessoal na CGU.</p> <p>Reafirmamos ainda nossa opinião quanto ao enquadramento do procedimento em questão como adequado às boas práticas de gestão e inserido plenamente no direito discricionário do gestor, que faz rodízio dos dirigentes para estimular boas práticas nas Unidades Regionais de destino, o que, de fato, aconteceu nos três estados envolvidos.</p> <p>Ademais, os princípios de controle administrativo cabem como luva à prática ora analisada, pois estabelecem a necessidade de rodízio de servidores de uma forma geral, o qual engloba os cargos em comissão.</p>
20/2008	6.3. Incluir nos próximos processos de contas todas as diligências e acórdãos proferidos pelo TCU relativos ao exercício auditado, bem como prestar informações quanto às providências adotadas.	GAB/DGI/SE	Já a partir deste Relatório de Gestão, todas as diligências do TCU encaminhadas a esta DGI/SE, independente de tratarem de matéria sob nossa responsabilidade ou não, estão sendo incluídas no Quadro correspondente.
20/2008	6.4. Evitar saques para pagamento em espécie de aquisições de gêneros alimentícios em grandes centros urbanos.	CGRL/DGI/SE	A orientação foi repassada à área de Recursos Logísticos, setor responsável pelas aquisições, bem como aos supridos e aos Estados, tendo sido encaminhada a licitação para contratação nacional de empresa de eventos com vistas à evitar definitivamente tal prática.
20/2008	6.5. Manter o rol dos responsáveis atualizado, procedendo tempestivamente aos registros e às alterações necessárias no sistema SIAFI, quando do ingresso e baixa dos agentes responsáveis.	CGPO/DGI/SE	O setor responsável foi informado e está atentando para as mudanças ocorridas e procedendo às alterações pontualmente.
20/2008	6.6. Manter, semestralmente, esta	CGSS/DGI/SE	Não obstante a existência de 6.500 processos na

NÚMERO DO RELATÓRIO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	SETOR RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E/OU JUSTIFICATIVAS
	Secretaria informada sobre o andamento das medidas saneadoras dos 6.500 processos sem situação definida, bem como, na hipótese da ocorrência de prazo prescricional, das providências pertinentes para apurar eventuais responsabilidades.		<p>qualidade de “ativos” no sistema SGI, isso não implica, de forma alguma, demora das análises pelas áreas da CGU, tão somente pelo fato de os processos, muitas vezes, chegarem à CGU já com mais de 5 anos.</p> <p>Ademais há ainda o fato de as unidades finalísticas da CGU, por necessidade de serviço, possuírem arquivo nas respectivas áreas, não identificado no SGI.</p> <p>Além do mais, o atual sistema também apresenta como “ativos” os processos que já saíram da CGU (Trâmite Externo), bem como os processos do quadro de pessoal da CGU, que se encontram sob guarda da Coordenação-Geral de Recursos Humanos.</p> <p>Assim, considerando que o atendimento a esse controle semestral se reflete em um custo-benefício desfavorável à Administração Pública, uma vez que a constatação de auditoria não se apoia em um único processo com perda de prazo, entendemos suficiente a remodelagem proposta no Sistema de Gestão de Informações – SGI, descrita abaixo, encaminhada às Áreas responsáveis pela gestão do sistema (AESP e DSI), cujo atendimento se encontra em fase de implantação, que é a criação da funcionalidade “Arquivo na Unidade” em cada Unidade da Casa, com a identificação da razão, qual seja: “Em análise” ou “Aguardando resposta”: após nova análise do tema pelas unidades envolvidas, optou-se pela criação da funcionalidade “Sobrestamento”, com possibilidade de informar o motivo (“Aguardando Resposta”, “Em Análise” etc.), que ainda não foi implementada;</p> <p>De outro lado, já foi implantado: - Criação da identificação de “Trâmite Externo” para os documentos que são enviados a outros órgãos, sob responsabilidade da CGSS/DGI e das Unidades Regionais: funcionalidade “Identificação do Trâmite Externo”.</p>

NÚMERO DO RELATÓRIO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	SETOR RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E/OU JUSTIFICATIVAS
20/2008	6.7. Proceder tempestivamente aos inventários de bens móveis e de bens imóveis das unidades pertencentes à estrutura da CGU-PR, com vistas à apresentação anual do processo de contas, em observância ao art. 96 da Lei nº 4.320/1964.	CGRL/DGI/SE	As comissões de inventário para os bens móveis foram designadas por meio da Portaria nº 1803, de 28/10/2008, e as comissões de inventário para os bens imóveis foram designadas por meio da Portaria nº 2003, de 24/11/2008, em atendimento às normas que tratam do assunto. Assim, a situação atual é a seguinte:  Bens Móveis - todos os inventários efetuados e encaminhados à Área de recursos logísticos da CGU, exceto AP, BA, GO, PR, RJ e RN; que se encontram em fase de conclusão ou em remessa; e  Bens Imóveis – todos os inventários efetuados e encaminhados à Área de recursos logísticos da CGU, exceto MG, PA, SC e RR; cuja finalização está dependendo de ações junto à GRPU/local.
20/2008	6.8. Avaliar a conveniência e oportunidade do desfazimento das bebidas alcoólicas (vinho) em estoque, objetivando manter uma gestão eficiente do estoque de materiais de consumo armazenados no almoxarifado da CGU-PR.	CGRL/DGI/SE	Todas as garrafas de vinho estocadas na CGU foram devolvidas à Presidência da República em agosto/2008, a partir de solicitação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial para utilização em evento (Ofício nº 188/GEFIN/SUBPLAN/SEPP/PR, de 27/08/2008).

### 13.DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

NÚMERO DA DECISÃO OU ACÓRDÃO	DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO OU RECOMENDAÇÃO	SETOR RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E/OU JUSTIFICATIVAS
Diligência – Acórdão nº 264/2008–1ª Câmara – Ofício nº 476/2008-TCU/Sefip, de 20/02/2008	Determinar à CGU que disponibilize, no Sistema SISAC, o desligamento do cargo de Analista de Finanças e Controle exercido pelo servidor de CPF nº 007.619.847-20, tendo em vista sua investidura em outro cargo público.	CGRH/DGI/SE	O desligamento em questão foi providenciado pela CGRH/DGI/SE, e a Guia de Encaminhamento de Dados foi preenchida e encaminhada ao TCU em 27/02/08, juntamente com o Formulário de Desligamento. A DGI/SE encaminhou o Ofício nº 6179/DGI/SE/CGU-PR, de 07/03/08, informando as providências adotadas.
Diligência – Ofício nº 783/2008-TCU/SECEX-6, de 18/07/2008 – Processo nº 018.427/2007-3	Visando o saneamento do processo de Tomada de Contas da CGU, exercício 2006, solicita encaminhar informações e respectivos documentos de suporte sobre os seguintes aspectos:  a) ressarcimento ao erário decorrente do desaparecimento dos equipamentos de Patrimônio nº 1.241.944, nº 1.252.537 e nº 1.231.173;  b) apuração de responsabilidade pelo desaparecimento dos notebooks de Patrimônio nº 081.992, nº 2.398.335, nº 2.398.336 e nº 2.399.973 e ressarcimento ao erário do valor correspondente; e  c) ressarcimento de pagamentos a maior efetuados à empresa Asa Transportes e comprovação de que os	GAB/DGI/SE (itens 'a' e 'b') e CGRL/DGI/SE (item 'c')	Em 01/08/08 foi encaminhada resposta via Ofício nº 24.149/DGI/SE/CGU-PR (complementado depois pelo Ofício nº 27.378/DGI/SE/CGU-PR, de 28/08/08), com os seguintes esclarecimentos:  a) Encaminhado novo Ofício ao SPOA/MF, responsável, à época, pelo contrato com a empresa de vigilância, reiterando a solicitação de adoção de providências, nos termos da conclusão do processo de sindicância. Na resposta (Ofício nº 778/2008/SPOA/SE/MF, de 13/08/08), o SPOA/MF informou que o ressarcimento, no valor de R\$ 16.831,00, foi providenciado;  b) Foram instituídas Comissões de Sindicância em todos os casos. Quanto aos notebooks de patrimônio nº 081.992, nº 2.398.335 e 2.398.336, os processos foram arquivados, com

NÚMERO DA DECISÃO OU ACÓRDÃO	DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO OU RECOMENDAÇÃO	SETOR RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E/OU JUSTIFICATIVAS
	bens transportados pela empresa foram segurados.		absolvição dos servidores, por tratarem-se de casos fortuitos (furto dos equipamentos no interior de residências ou de veículo). No caso do notebook de patrimônio nº 2.399.973, a autoridade julgadora absolveu o servidor e determinou a instauração de procedimento administrativo para apurar a responsabilidade contratual da empresa de vigilância, o que está em curso. c) Quanto ao ressarcimento dos pagamentos a maior, a empresa quitou as 2 primeiras parcelas via GRU e as 2 restantes foram recolhidas por meio de glosa nas faturas. Quanto ao seguro dos bens, a empresa remeteu cópia das propostas de apólice.
Acórdão nº 4731/2008-2ª Câmara – Ofício nº 2791/2008-TCU/Sefip, de 17/11/2008	<p>- Considerar ilegais as concessões de aposentadoria referentes a determinados servidores e negar o correspondente registro aos atos, pela seguinte motivação:</p> <p>1. Não cabe a percepção, de forma destacada e em percentual, da parcela de 3,17% decorrente da defasagem no cálculo da URV em dezembro de 1994, ainda que concedida por meio de decisão judicial, haja vista que a MP nº 2.225-45/2001 a estendeu a todos os servidores civis do Poder Executivo Federal</p> <p>2. É ilegal a contagem de tempo de aluno bolsista para fins de aposentadoria, conforme entendimentos proferidos pelo TCU, a exemplo do contido nos Acórdãos nºs 874/2004 e 1187/2004.</p> <p>- Determinar à CGU que faça cessar os pagamentos decorrentes das parcelas impugnadas.</p> <p>- Alertar a CGU que o órgão poderá proceder à emissão de novos atos dos interessados elencados, escoimados das irregularidades apontadas, e submetê-los à apreciação do Tribunal.</p>	CGRH/DGI/SE	<p>Foram emitidos novos atos de aposentadoria, sem a irregularidade apontada (inclusão do percentual de 3,17%), para os servidores identificados no Acórdão, conforme informado por meio do Ofício nº 39.660/CGRH/DGI/CGU-PR, de 05/12/08.</p> <p>Com relação à determinação de sustação dos pagamentos, a edição da Medida Provisória nº 440/2008 prejudicou o seu cumprimento, ao instituir o subsídio, fixado em parcela única.</p> <p>Com relação ao servidor de CPF nº 008.809.493-68, seu ato de aposentadoria sofreu retificação (com emissão de novo Título Declaratório de Aposentadoria Voluntária), desconsiderando o tempo de serviço averbado como aluno bolsista, salientando que, mesmo com a citada exclusão, o servidor já contava com tempo de serviço suficiente para aposentadoria com proventos integrais.</p>
Oitiva/Diligência – Ofício nº 1306/2008-TCU/SECEX-6, de 21/11/2008 – Processo nº 030.039/2008-1	<p>- Manifestar-se sobre as questões indicadas nos itens 19 a 23 da Decisão sobre a Denúncia de possíveis irregularidades no âmbito do Pregão Eletrônico nº 35/2008, quais sejam:</p> <p>a) Utilização do termo inadequado “prova de quitação com a Fazenda Federal” e não da “prova de regularidade fiscal”, conforme determina o art. 29, inciso III, da Lei nº 8.666/93; e</p> <p>b) Exigência de certificações de qualidade.</p>	CGRL/DGI/SE e DSI/SE	<p>Em 28/11/08 foi encaminhado o Ofício nº 38.707/DGI/SE/CGU-PR, com anexos que substanciam as respostas e documentação requeridas:</p> <p>a) Quanto à utilização da expressão “prova de quitação”, buscou-se tão somente regular as condições de comprovação da regularidade fiscal da licitante. Embora a escolha do termo tenha se apresentado inapropriada, as prescrições insertas no edital fazem menção expressa ao inciso III do art. 29 da Lei nº 8.666/93. A área de licitações da CGU adotou providências para adequação das redações de seus editais e instrumentos convocatórios.</p>

NÚMERO DA DECISÃO OU ACÓRDÃO	DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO OU RECOMENDAÇÃO	SETOR RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E/OU JUSTIFICATIVAS
	- Encaminhar cópia do atestado apresentado pela empresa TSI Tecnologia e Segurança de Informática Ltda. relativo à alínea 'a' do item 9.4 do edital, bem como da análise que resultou na sua inabilitação.		b) Quanto à exigência de certificações de qualidade, tinha a intenção de aumentar a probabilidade de obter a prestação de serviços de melhor qualidade. Conforme relatado na própria Decisão do Tribunal, o Pregão em questão foi realizado antes da deliberação daquela Corte sobre a vedação desse tipo de exigência. Além disso, a empresa TSI Tecnologia foi inabilitada em razão de não ter sido aceito o seu atestado de capacidade técnica, ou seja, por motivo que nada tinha a ver com a certificação de qualidade.

#### 14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
		QUANTIDADE
Admissão	375	70
Desligamento	81	32
Aposentadoria	31	63
Pensão	11	2

**Obs 1:** Quanto ao baixo percentual de registro no SISAC dos processos de admissão e desligamento até o momento, é mister esclarecer que deveu-se principalmente ao rodízio de servidores para a atividade, que ensejou nova rodada de treinamento, com descontinuidade da tarefa em 2008. A atividade já está retomada em 2009 e o % tende a diminuir no decorrer do atual exercício.

**Obs 2:** Quanto aos processos de aposentadorias, o quantitativo de atos informados no SISAC 2008 não corresponde apenas aos efetuados no exercício de 2008, constando também os referentes a exercícios anteriores ainda não registrados, bem como aos referentes a Diligências da Ciset/PR e Acórdãos do TCU.

#### 15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

Não houve ocorrências no período.

#### 16. COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	QUANTIDADE	DESPESA	QUANTIDADE	DESPESA	QUANTIDADE	DESPESA
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	2181	262.790.545,73	2389	326.093.190,22	2700	393.196.351,65
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL PESSOAL PRÓPRIO</b>	<b>2181</b>	<b>262.790.545,73</b>	<b>2389</b>	<b>326.093.190,22</b>	<b>2700</b>	<b>393.196.351,65</b>

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	QUANTIDADE	DESPESA	QUANTIDADE	DESPESA	QUANTIDADE	DESPESA
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	32	1.379.285,67	29	1.516.707,00	26	1.781.874,11

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	QUANTIDADE	DESPESA	QUANTIDADE	DESPESA	QUANTIDADE	DESPESA
Contratações Temporárias (Lei nº 8.741/1993)	-	-	-	-	-	-

	2006		2007		2008	
	QUANTIDADE	DESPESA	QUANTIDADE	DESPESA	QUANTIDADE	DESPESA
Pessoal Terceirizado Vigilância	32	744.993,24	32	886.440,24	32	948.760,99
Pessoal Terceirizado /Limpeza	37	540.932,52	37	612.930,06	41	633.042,62
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	164	2.656.685,00	177	3.026.658,54	177	3.323.931,32
Pessoal Terceirizado Outras Atividades	74	2.476.083,14	77	3.144.361,96	76	3.475.083,12
Estagiários	106	452.160,34	117	482.606,10	74	585.634,75
<b>TOTAL PESSOAL TERCEIRIZADO + ESTAGIÁRIOS</b>	<b>413</b>	<b>6.870.854,24</b>	<b>440</b>	<b>8.152.996,90</b>	<b>400</b>	<b>8.966.452,80</b>

Obs.: Os dados foram extraídos do SIAFI (valores liquidados)

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	QUANTIDADE	DESPESA	QUANTIDADE	DESPESA	QUANTIDADE	DESPESA
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	29	2.665.008,73	26	2.853.432,42	26	2.522.699,40
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	72	1.449.510,99	77	1.934.401,16	89	2.497.241,69
<b>TOTAL PESSOAL REQUISITADO, EM EXERCÍCIO NA UNIDADE</b>	<b>101</b>	<b>4.114.519,72</b>	<b>103</b>	<b>4.787.833,58</b>	<b>115</b>	<b>5.019.941,09</b>

Obs: Quantidade: posição em 31.12.08 - Despesa: Total incorrido no exercício

Brasília, 30 de abril de 2009.

**Luiz Navarro de Britto Filho**  
Secretário-Executivo  
Controladoria-Geral da União



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

## DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de composição do Relatório de Gestão, que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964), referentes ao exercício 2008, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras 170940 – Coordenação –Geral de Planejamento e Orçamento, 110174 – Diretoria de Gestão Interna/CGU/PR e 110175 - Coordenação –Geral de Recursos Humanos as quais integram a Unidade Jurisdicionada Controladoria – Geral da União – CGU.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 06 de fevereiro de 2009.

ROSAURA CONCEIÇÃO HADDAD  
Chefe da Divisão de Contabilidade/COAVA/CISET/CC/PR  
CRC N° 9686-DF





**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
Casa Civil  
Praça dos Três Poderes – Palácio do Planalto – Anexo III – Sala 204  
70150-900 – Brasília - DF  
*cogif@planalto.gov.br*

## **DECLARAÇÃO**

**Declaro**, para os efeitos do disposto no inciso III do art. 13, da Instrução Normativa TCU nº 57/2004, de 27 de agosto de 2008, que os servidores da Presidência da República **JOÃO BOSCO GARCIA e ROSAURA CONCEIÇÃO HADDAD** cumpriram a exigência de fornecimento das informações relativas à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física e respectivas retificações, mediante autorização do acesso, por meio eletrônico, à base da Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme determinação contida na Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 6 de setembro de 2007, que atende aos requisitos constantes no art. 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e no art 1º da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 9 de fevereiro de 2009.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Jandira Siqueira Rodrigues'.

**JANDIRA SIQUEIRA RODRIGUES**  
Coordenadora-Geral de Gestão de Informação Funcional da Diretoria de  
Gestão de Pessoas da Casa Civil da Presidência da República



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS

INSCRIÇÃO NO CNPJ  
05.914.685/0002-86  
CONTROLADORIA-GERAL  
DA UNIÃO  
SAC: Quadra 6 - Bloco "A" - Ed. Darcy Ribeiro  
CEP 70070-905  
BRASILIA - DF

## DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que os servidores constantes do Rol de Responsáveis da Controladoria-Geral da União, apresentaram neste Órgão as Declarações de Bens e Rendas, referentes ao exercício de 2008, ano-base 2007, em cumprimento à exigência contida na Decisão do Tribunal de Contas da União nº 62, de 27 de outubro de 2004, na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993 e art. 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Brasília, 18 de março de 2009.

  
Graziela Spada  
Coordenadora-Geral de Recursos  
Humanos da DGI/CGU-PR